

UM SABER QUE NÃO SE SABE
A EXPERIÊNCIA ANALÍTICA

MAUD MANNONI

Tendo vivido sua primeira infância no Ceilão, Maud Mannoni nos conta hoje: "a vida, para mim, confunde-se com as lendas de um país onde se aprende a falar com as serpentes ou com os corvos, e a não maltratá-los".

Sua súbita mudança para a Europa representará para ela uma ruptura que ficará gravada em sua memória, assim como as recordações de sua ama cingalesa.

Depois são os estudos, uma adolescência linear, e logo, ela começa a conhecer pessoas como Françoise Dolto, J. Lacan e Octave Mannoni — que se tornará seu marido.

É então que ela desperta para uma nova vida, descobrindo o mundo da psicanálise, primeiro na Bélgica, e na sequência em Paris.

Figura de destaque na psicanálise moderna, Maud Mannoni tem, entre outros, os seguintes títulos publicados: *L'enfant arriéré et sa mère* (1964), *L'enfant, sa "maladie" et les autres* (1967), *Le psychiatre, son "fou" et la psychanalyse* (1970), *Education Impossible* — trabalho realizado com S. Benhaim e R. Lefort (1973), *Un lieu pour vivre* (1976), *La théorie comme fiction* (1979), *D'un impossible à l'autre* (1982), *Le symptôme et le savoir* (1983), todos editados pela **éditions du Seuil**.

Antonio Secundo dos Santos
Psicólogo - C. R. P. 11/0476

UM SABER QUE NÃO SE SABE

A experiência analítica

Maud Mannoni

**UM SABER
QUE NÃO SE SABE**

A experiência analítica

Posfácio
de
Patrick Guyomard

Tradução:

Martha Prada e Silva

Título original em francês: *Un savoir qui ne se sait pas, L'expérience analytique*
© Denoël, Paris, 1985

Capa: Francis Rodrigues

Tradução: Martha Prada e Silva

Fotocomposição: Soluções Artes Gráficas

Equipe Editorial

Coordenação: Maria Aparecida Balduino Cintra

Copidesque: Luiz Arthur Pagani

Revisão: Josiane de Fátima Pio Romera
Beatriz Marchesini

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mannoni, Maud, 1923 —

Um saber que não se sabe : a experiência analítica
Maud Mannoni; posfácio Patrick Guyomard ; tradução
Martha Prada e Silva. — Campinas, SP : Papyrus, 1989.

Bibliografia.

1. Freud, Sigmund, 1856-1939 — Psicologia 2. Lacan,
Jacques, 1901-1981 3. Psicanálise 4. Psicolinguística
I. Título.

CDD-150.195
-150.1952
-401.9
-616.8917

89-0614

NLM-WM 460


Índices para catálogo sistemático:

1. Freud, Sigmund: Sistemas psicanalíticos 150.1952
2. Lacan, Jacques: Teoria psicanalítica 150.195
3. Linguagem e psicanálise 401.9
4. Psicanálise: Medicina 616.8917
5. Psicanálise: Teorias: Psicologia 150.195
6. Psicolinguística 401.9

ISBN 85-308-0052-4

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© M. R. Cornacchia & Cia. Ltda.

 EDITORA

Av. Francisco Glicério, 1314 - cj.21
Fone: (0192) 32-7268 - Cx. Postal 736
13 010 - Campinas - SP - Brasil

proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em língua portuguesa ou qualquer outro idioma.

Índice

Capítulo I

Do sintoma histérico à análise

A questão da transferência.....7

Capítulo II

A experiência analítica.....25

Capítulo III

Freud, Lacan: sobre alguns objetivos da psicanálise.....43

Capítulo IV

A psicanálise de crianças.....57

Capítulo V

O ensino da psicanálise.....83

Capítulo VI

Psicanálise didática ou de formação

Problemas passados e presentes.....93

Posfácio de Patrick Guyomard

O tempo do ato.....109

Capítulo 1

Do sintoma histérico à análise *A questão da transferência*

Para reencontrar a trama de certos conceitos analíticos que ainda hoje nos guiam em nossa prática, eu me proponho a seguir aqui uma certa evolução clínica de Freud (em especial a de 1882 a 1895, que precedeu diretamente a invenção da psicanálise), lembrando algumas descobertas ligadas ao discurso dos pacientes e ao que nele Freud pôde ouvir, graças aos progressos conseguidos em seu próprio percurso pessoal. Vou tentar privilegiar portanto os elementos da linguagem “trivial”, comum ao médico e ao paciente, a ponto de fazer deles um eixo em torno do qual se ordenará minha reflexão.

O sintoma, no sentido freudiano, revela que o inconsciente fala, que o discurso sustentado separa o homem de si próprio. Esta divisão, que funda uma palavra ao mesmo tempo mentirosa e verdadeira, está portanto no ponto nevralgico do que me proponho a examinar. A fórmula lacaniana que estabelece, na linhagem direta de Freud, que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” encontra ela própria sua origem na fala do histérico, sob a condição de que se queira ouvi-la.

Várias questões surgem ao se encarar sob esta perspectiva as diferentes etapas que marcam os desenvolvimentos do pensamento médico a respeito da histeria:

— Como se passou do discurso *sobre* a histeria ao discurso *do* histérico?

— Quem pagou o preço da verdade?

— Para quem se destinou o saber adquirido?

A mudança trazida pela análise corresponde ao estabelecimento de uma ligação diferente com o paciente, visto levar em conta “transferências” que subtendem a relação médico-paciente.

A HISTERIA ANTES DA ERA MODERNA

Ao ler os trabalhos escritos sobre a histeria em tempos mais recuados, percebe-se que o estudo da histeria não escapa à maneira pela qual ela se inscreve na imaginação dos homens¹.

Quando Hipócrates esforçou-se por arrancar a histeria das práticas religiosas em uso na época (encantamentos, sacrifícios, expiações), ele banalizou a doença assimilando a convulsão histérica a uma “doença comum” como a epilepsia. Mas esse ponto de vista foi esquecido na Idade Média, quando a crença na origem sobrenatural de certas convulsões voltou a ser dominante. Os convulsivos foram considerados perigosos (já que habitados pelo diabo) e condenados à fogueira. Dentro do quadro da Inquisição assistiu-se a uma explosão de perseguições que se acompanhavam de delírios histéricos num clima onde a expressão individual da histeria cedeu lugar a suas manifestações coletivas (epidemias de transes, possessões). Assim, mulheres designadas como histéricas sofreram castigos exemplares por aparecerem como inimigas e supostamente encarnarem um perigo contra o qual era preciso se proteger.

A HISTERIA NOS TEMPOS MODERNOS

Com os tempos modernos a histeria volta ao âmbito da medicina. O primeiro livro a subtrair a histeria às crenças na bruxaria é de um médico inglês, Edward Jorden (1569-1632). Nomeado perito junto aos tribunais, foi chamado para defender uma velha senhora, Elizabeth Jackson, acusada de ter enfeitado Mary Glover, de quatorze anos, presa de ataques convulsivos (mutismo, cegueira, paralisia) sobrevivendo após uma briga da jovem com a velha senhora. As perturbações desapareceram rapidamente, o que levou Jorden a dizer que se estava em presença de uma doença “comum” chamada “paixão histérica”. Como os ataques só reapareciam após cada encontro da jovem com Elizabeth Jackson, parecia que um elemento afetivo atuava como *evento* desencadeador da crise. E Jorden ofereceu ao juiz outros exemplos de “ataques” similares acompanhados de insensibilidade à dor com periodicidade às vezes semanal, mensal ou anual. Todos esses sintomas, concluiu ele, longe de serem imputados ao diabo, na verdade originam-se

-
1. Os mitos e lendas (ameríndios e outros) evocam os passeios uterinos (o útero errante descrito no *Timeo* de Platão) ou veiculam os fantasmas de vaginas dentadas, narrando as depredações que ocasionam à noite, quando se aventuram para fora do corpo de suas donas. Os órgãos genitais femininos são sentidos como devoradores e as observações médicas asseguraram a continuidade de tais vivências ao traduzir os temores e ressentimentos dos homens face ao sexo da mulher e, por extensão, do histérico.

de “doenças da alma” ou doenças nervosas².

O juiz, no entanto, permaneceu insensível a este testemunho: não pôde admitir, de fato, que o médico confessasse sua impotência (não conhecia remédio algum). Condenando Elizabeth Jackson à morte, a autoridade judiciária veio substituir a autoridade médica esmorecida, persuadida como estava da necessidade de opor uma “autoridade” ao mal. Se a medicina não pode “reduzir” a desordem, a justiça se ocupará disso eliminando a causa do mal na pessoa de E. Jackson.

Este testemunho tem valor de exemplo. Pois, se outrora se esperava que a medicina tivesse domínio sobre a doença, a demanda atual não está tão afastada daquela que aparece através dos debates em curso no século XVII (como tão bem expõem R. Hunter e Ida Macalpine)³. Ainda hoje persiste esta vontade de compreender completamente as implicações psicopatológicas de certas perturbações e de exigir que toda observação se integre num procedimento científico (classificação e normas padrões). Se ontem toda doença inacessível à medicina era taxada de bruxaria, hoje pode-se dizer que toda doença rebelde a uma psicoterapia é considerada como orgânica. O que permanece é a vontade de vencer a doença: em suma, de fazê-la calar-se.

Mas o interesse sempre atual do procedimento de Jorden é que ele salienta a maneira pela qual um sujeito pode se servir de seu corpo ao invés da fala, para exprimir seu sofrimento e até mesmo dramatizá-lo. No confronto com a surdez (resistência) de seus contemporâneos, ele acaba por cair no esquecimento.

No século seguinte, Thomas Willis (1664), ainda atribuindo uma origem visceral à histeria, reserva ao cérebro um papel de intermediário. Ele lança os fundamentos de uma neurologia que distingue a epilepsia das “desordens uterinas” e abre lugar assim para a noção de histeria masculina. Um contemporâneo seu, Thomas Sydenhan, vai aprofundar o aspecto psicológico das perturbações. Ele dá o nome de histeria a toda perturbação somática de origem psíquica e estuda as queixas hipocondríacas dos homens, fazendo delas o equivalente da histeria feminina. Seus trabalhos (diferentes das pesquisas em neurologia)

-
2. Retomando a idéia platônica de uma matriz que se desloca perigosamente pelo interior do corpo, E. Jorden fala de uma doença, recém-descoberta por ele, denominada “sufocação da mãe”. Acrescenta que não se pode negar que algumas crises são provocadas por ciúmes ou por amor.
 3. Richard Hunter e Ida Macalpine, *Three hundred years of psychiatry, 1535-1860*, Oxford Univ. Press, London, 1963.

ilustram a entrada no domínio do que hoje chamamos psiconeuroses, mas sua atitude face à histeria faz lembrar a de inúmeros médicos do século passado, que vão recriminar o histérico por se recusar a jogar o jogo (por escapar a tudo o que é cientificamente codificável).

Mas antes disso, em 1795, as teses de Jorden vão ser retomadas por Ferriar, que dá às crises e sintomas histéricos o nome de *conversão*, retomado mais tarde na noção de *histeria de conversão*. O progresso conquistado com Ferriar está em seu conselho de prestar ouvidos à desgraça histórica. Entretanto, não lhe parece que esta escuta seja função da medicina, cabendo aos amigos, segundo ele, o encargo de trazer um apoio ao padecimento da alma.

A HISTERIA COM CHARCOT

Assim, a histeria se vê às vezes rejeitada do campo da medicina, e outras vezes suscita vocações de curandeiros e taumaturgos (com Anton Mesmer). Por outro lado, o hospital geral mantém sua função de afastar do mundo os que perturbam e alguns histéricos são internados. Durante a segunda metade do século XIX ressurge na França o interesse pelos histéricos. Por esta época a medicina já faz parte dos costumes e os feiticeiros já não lhe fazem concorrência⁴.

Quanto à psiquiatria, encontra-se ainda dominada na França desta época, por Morel⁵, cujo tratado tenta explicar a origem das doenças mentais pela noção de degenerescência da raça. Ele acredita na existência de uma hereditariedade ligada ao vício (fumo, alcoolismo). Mas Charcot, "Senhor" na *Salpêtrière*, abre um serviço de neurologia em 1882. Anátomo-patologista, ele está à procura da lesão causal da histeria. Como não a encontra, ele inventa o conceito de *lesão dinâmica*. E sobretudo introduz uma dimensão completamente diferente ao mostrar, graças à hipnose, que os fenômenos histéricos obedecem a leis.

Em 1885, Freud assiste a suas aulas. E lhe expõe o caso de Bergha Pappenheim, paciente histérica de quem Breuer lhe falara. Mas a psicologia não interessa muito a Charcot. Ainda assim, Freud descobre com ele como os sintomas histéricos podem ser provocados ou suprimidos, sob hipnose, pela fala. A causalidade da histeria aparece então como psíquica, e as experiências de Charcot obrigam Freud a desenvolver a

4. Lucien Israël, *L'hystérique, le sexe et le médecin*, Masson, 1976.

5. B. A. Morel, *Traité de dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine*, Paris, 1857.
Études cliniques, Traité théorique et pratique des maladies mentales, 2^o vol., 1852-1853.

hipótese de um pensamento “separado da consciência” e a constatar, inclusive, o efeito somático de um pensamento numa paciente, sem que o eu tenha conhecimento disso ou possa intervir para impedi-lo⁶. *Que não se alegue* — escreverá Freud mais tarde (1893) — *que a teoria de uma clivagem da consciência como solução do enigma da histeria seja por demais abstrata para poder se impor ao observador não prevenido e não especializado. De fato, a Idade Média tinha escolhido esta solução quando declarava que a possessão pelo demônio era a causa dos fenômenos histéricos; bastaria substituir a terminologia religiosa daquela época, obscura e supersticiosa, pela científica dos tempos atuais.*

Mas se a partir do século XVII o discurso da medicina foi chamado para substituir o discurso religioso, nem por isso os médicos escaparam aos preconceitos e fantasmas do “homem comum” quanto ao sexo e à feminilidade. São esses mesmos preconceitos que Freud terá que combater, e isto numa época onde ainda domina a tradição anátomo-clínica (Lasègue, Magnan), onde o ideal científico que anima o médico do século XIX o leva a privilegiar o discurso da ciência (que se desenrola fora de si) e onde o médico é antes de mais nada espectador na relação ao doente.

Se o problema da *dupla personalidade* do histérico (abordado na França por Janet, em continuação a Charcot) retém a atenção de Freud desde 1885, não se trata ainda do inconsciente. Em suas cartas à Martha, Freud se queixa, na época, de males somáticos diversos e reconhece sua “neurastenia”. Em suas cartas a Fliess, ele se qualificará voluntariamente de histérico. Com efeito, Freud vai simpatizar de imediato com os histéricos da *Salpêtrière*. Ele percebe que as posições de Charcot contrastam com o moralismo da época, mas os limites de sua ação são inerentes ao quadro no qual ele conduz sua pesquisa: a Instituição hospitalar, transformada em teatro por Charcot (seus cursos e apresentações de doentes) e em museu da histeria⁷. Ainda que impressionado pelo tipo de pacientes que encontra junto a Charcot, são seus próprios pacientes que em seguida vão levá-lo a modificar suas atitudes.

Os esforços de Charcot se orientaram para o lado de uma precisão diagnóstica e de uma experimentação a serviço quase que exclusivo da ciência, onde a preocupação não era tanto a de “curar” a histeria, mas antes de cultivá-la por necessidades de pesquisa. Ao

6. S. Freud, “Charcot (1893)”, in *Résultats, Idées, Problèmes*, P.U.F., p. 70.

7. Museu anátomo-patológico, segundo as próprias palavras de Charcot, ao qual se anexavam oficinas de modelagem e fotografia, gabinete de oftalmologia e anfiteatro de aula “provido de todos os aparelhos de demonstração”.

contrário de Freud, Charcot se manteve à distância de tudo o que pudesse se revelar perturbador na histeria e fez a fala do histérico servir como fonte de informação para a ciência, protegendo-se assim dos efeitos de verdade que ela pode produzir. Freud, no entanto, foi seduzido pela paixão pela pesquisa que animava Charcot. Mas foi necessário, mais tarde, tomar suas distâncias quanto à maneira deste último utilizar o elemento afetivo de uma relação médico-paciente para os fins exclusivos de experimentação. Com efeito, foi dos pacientes de Charcot, sobretudo, que Freud recebeu esclarecimento sobre a doença, identificando-se com eles⁸. É esta disposição de espírito que influenciou sua pesquisa, mas isso ele só vai perceber depois.

O TEATRO DA HISTERIA

De início, Freud ficou muito impressionado pela variedade de demonstrações na *Salpêtrière* (histeria masculina, paralisias e contraturas histéricas, sem contar os trabalhos de anatomia patológica). Ao contrário da escola alemã, Charcot trata as observações clínicas como fatos e tira delas desenvolvimentos neurológicos. Quanto a Freud, sente-se tentado a ligar os “estados mórbidos” a uma teoria fisiológica. Mas admira a fleugma de Charcot, que responde invariavelmente às objeções teóricas: “está bem a teoria, mas isso não impede que exista” — pois são os fatos clínicos, sobre os quais nos debruçamos sem cessar, que têm a última palavra. É também à escola dos fatos que se entrega Freud⁹, mesmo que em seguida tenha que cumprir um certo caminho para romper com a segregação psiquiátrica que faz a “loucura” recair sobre o doente, sendo a “razão” apanágio exclusivo do médico.

No fundo, todas as demonstrações de Charcot visam a perenizar o momento visível de uma afecção, a histeria. Já antes dele, Charles Lasègue havia insistido sobre o fato de que as leis da histeria não se submetiam às leis admitidas pela medicina e têm suas leis próprias¹⁰. Formado pela anatomia patológica, Charcot procura primeiro comparar paralisias histéricas e paralisias orgânicas, e para isso autopsia histéricos que sucumbiram à anorexia ou aos espasmos. Mas não lhe interessa aprofundar o estudo psicológico das neuroses. Deseja transformar o enfoque clínico dos médicos, mas o que lhes entrega é um *instantâneo*

8. Desenvolvido por Octave Mannoni, in *Freud*, Seuil, 1968.

9. S. Freud, *Ma vie et la psychanalyse*, 1925, Gallimard, p. 18.

S. Freud, *Charcot*, op. cit., p. 63.

10. Ch. Lasègue, *Archives générales de médecine*, 1878, retomado in *Écrits psychiatriques*, Privat édit., p. 151.

*fotográfico*¹¹. Assim se monta uma cena do teatro da histeria, na qual o paciente é chamado a *repetir* as crises num contexto preciso, para fins didáticos. A dramatização histérica se vê reduzida ao sintoma corporal, e a fala que ela produz não é levada em conta. O que se pede à paciente é que encarne um “conjunto” de sintomas que possam ser classificados e distinguidos de doenças aparentemente similares (mas, de fato, diferentes). É o que se chama de *diagnóstico diferencial*. O que complica o procedimento de Charcot é sua paixão pelo *descriável*. Ele está em busca de *verdadeiros quadros vivos* que lhe permitam aguçar seus diagnósticos diferenciais (por exemplo, separar a histeria da epilepsia, ainda que em seguida tenha avançado o conceito de histero-epilepsia). Seu ideal anátomo-clínico leva-o a tratar o corpo do histérico como o *corpo morto* da medicina (autópsia). Assim, sua pesquisa concerne as alterações da fisiologia nervosa, as lesões da anatomia dos nervos, lesões sem inflamação nem febre. Ora, o histérico escapa a todas estas codificações, na medida em que as paralisias e anestésias históricas desafiavam as leis da anatomia. Questão que será muito mais de Freud que de Charcot.

O grande interesse deste último é sem dúvida pela pesquisa, junto ao paciente, da *cena traumatizante* responsável por problemas somáticos diversos. Mas ele acaba por *petrificar* a cena de tanto pedir aos pacientes que a *exibam*, que a *repitam*, para fins didáticos. O que o histérico diz torna-se objeto de verificação. O *discurso* é equiparado à *confissão* e assim se perde a dimensão metafórica de uma verdade que se confessa através da mentira. O mesmo acontece cada vez que a atitude de desafio do médico (à procura de uma verdade objetiva) torna impossível a escuta e a leitura instauradas mais tarde por Freud¹², demonstrando que o sintoma reenvia a uma dimensão fantasmática na qual tomam lugar lembrança encobridora, deslocamento, condensação sobredeterminação, símbolo¹³, representação de desejo, fantasma. Mas só após a morte de Charcot¹⁴ (1895) é que Freud desenvolverá duas hipóteses que podem ser ilustradas pela história de Augustine, de Charcot:

-
11. Este aspecto da questão está excelentemente desenvolvido por Georges Didi-Huberman, in *Invention de l'hystérie*, édit. Macula, 1982.
 12. S. Freud, “Os fantasmas históricos e sua relação com a bissexualidade” (1908), in *Névrose, Psychose et Perversion*, P.U.F., p. 151. *Os sintomas históricos não são nada mais do que os fantasmas inconscientes que, por “conversão”, encontraram uma forma figurada e, na medida que são sintomas somáticos, muito frequentemente são empregados do domínio das mesmas sensações sexuais e das mesmas inervações motoras que, na origem, acompanharam o fantasma quando este ainda era consciente.”*
 13. S. Freud, *A cena traumatizante, via associações múltiplas, deve chegar a se simbolizar*. escreve Freud em *Études sur l'hystérie*, 1895, P.U.F., p. 140-144.
 14. S. Freud, *Naissance de la psychanalyse*, P.U.F., pp. 365-366.

— De uma parte, a hipótese da existência de *traços* ligados à cena traumatizante. De onde parte, mais tarde, sua interrogação sobre o destino do recalque e conduz, seja aos mecanismos de conversão, seja a um deslocamento das representações.

— De outra parte, a hipótese segundo a qual é *apenas a posteriori* que uma lembrança recalçada se transforma em traumatismo (processo que ele chamará de *retorno do recalçado*).

AUGUSTINE

Sigamos a história de Augustine tal como aparece nos tomos II e III da iconografia fotográfica da *Salpêtrière*¹⁵ (está retomada de forma detalhada por Georges Didi-Huberman em *Invention de l'hystérie*).

Trata-se de uma jovem que se pode ver fotografada, com os cuidados de Charcot, tanto em camisola de internada como em uniforme de auxiliar de enfermagem. Surge a pergunta, como o sugere G.D.H., se as funções (ou o uniforme) de auxiliar de enfermagem não são atribuídas a Augustine como recompensa por sua docilidade por ocasião das apresentações de doentes.

Em todo caso, é certo que lhe pedem a horas fixas, que se contorsa e que alucine durante as sessões de hipnose e as aulas no anfiteatro. Pedem-lhe que encene “sua cena” de violação. Com treze anos e meio, Augustine foi violentada por seu patrão, amante de sua mãe. Os primeiros “ataques” irromperam alguns dias após o incidente, quando, deitada em seu quarto, ela viu com terror os olhos verdes de um gato que a olhava. As contorsões de Augustine, ao sabor dessas recordações, são pontuadas de invectivas: “porco! porco!... contarei a papai... porco! como é pesado... você me machuca... C. me disse que me mataria... O que ele me mostrava, eu não sabia o que significava... Abriu-me as pernas... Não sabia que era um animal que me morderia”. Na sua repetição do estupro¹⁶ Augustine representa portanto o duplo papel de vítima e de agressor, dirigindo-se por momentos a um dos assistentes: “beije-me... Me dá... Toma, olha meu...”. O ataque histérico

15. IPS I, por Bourneville et Regnard, 1876-1877, pp. 70-71, 78 (bibl. Charcot, Paris); IPS II, 1878, pp. 139, 159, 161; IPS III, 1879-1880, pp. 187-190. Desenvolvido por Georges Didi-Huberman, in *Invention de l'hystérie*, op. cit., pp. 159-284.

16. Cf. S. Freud, “Hereditariedade e etiologia das neuroses” (1895), in *Névrose, Psychose et Perversion*, P.U.F., p. 55. *Para ele, é a experiência precoce de atentado sexual que reincede, “convertida” no ataque.*

convulsivo se revela, como dirá Freud ulteriormente, como um equivalente do coito¹⁷.

O estado de Augustine acaba por se agravar. Ela se torna prisioneira de seu cenário e se esgota na violência a que se submete. Em seu corpo, ela oferece ao médico o que *deseja saber* e, para não perdê-lo, pereniza e exalta este saber transformando-o em fetiche.

Um dia, com o consentimento de Augustine e para fins de público, Charcot produz “dores pela imaginação” sugeridas por hipnose. Ele provoca assim uma contratura da língua e da laringe¹⁸. Faz cessar em seguida a contratura da língua, mas não consegue eliminar a da laringe, de forma que Augustine, afônica, se queixa de câimbras no pescoço. Nos dias seguintes utiliza-se eletricidade, hipnose, éter: nada resolve. O jogo teatral se interioriza e as crises se fazem mais freqüentes, até o dia em que Augustine reconhece seu violador na assistência. Resultado: cento e cinqüenta e quatro ataques em um único dia. Esgotada, Augustine recupera a fala e lança estas palavras ao médico: “Você me disse que me curaria, me disse que faria de mim outra pessoa. Você queria que eu fracassasse.” Dirá ainda, mais tarde: “Você faz de mim o que bem entende... Não adianta dizer sim, eu digo não.”

Quando, em dado momento, Augustine não consegue continuar alternando sua “função” de interna e de auxiliar de enfermagem, ela “se abandona” e ocorre a recaída, junto com a violência. Presa na cela, ninguém espera mais nada dela. Desaparece bruscamente o interesse dos médicos por ela. É então que, num último sobressalto, ela consegue escapar à morte (simbólica) que a espera. Rasgando sua camisa de força, foge da *Salpêtrière* sob o disfarce de homem. Seguramente haviam exigido demais dela e, durante todos aqueles anos, Augustine não encontrou nada além do desejo médico de *saber sempre mais*. Pareceria que as “curas” de uma série de histéricos, na época de Charcot, se devem a um excesso da demanda do médico, que acaba por levar a uma recusa do paciente em encarnar por mais tempo o papel de ator e mártir de seus sintomas.

FREUD E CHARCOT

Em suas *Observações sobre o amor de transferência*¹⁹, Freud dá a entender que um amor não confessado pelo médico, não somente

17. S. Freud, “Considerações sobre o ataque histérico” (1909), in *Névrose, Psychose et Perversion*, P.U.F., p. 165.

18. IPS II, pp. 148, 150, 205, 245, 269, citado in *Invention de l'hystérie*, op. cit. pp. 250-252.

19. S. Freud, *La technique psychanalytique*, 1915, P.U.F., pp. 116-130.

é desfavorável à cura, mas também compromete a continuação do tratamento. É a cena que muda, diz ele, como se o fogo estalasse durante a representação teatral. Nessas condições a situação analítica só muito dificilmente será mantida. Nos tempos de Charcot não se fala de transferência, mas a sedução médico-paciente, longe de estar ausente do teatro da histeria, situa-se nos seus próprios alicerces.

Com certeza, Charcot não está longe de captar a relação entre o sintoma histérico e os eventos passados. Mas, absorvido pela observação científica, não se interessa em nada pela vida infantil do sujeito, assim como oculta a parte desempenhada pelo médico no espetáculo encenado (a intimação dos fenômenos suscitados, e até a encenação de histerias coletivas). A seus olhos, a observação anatômica prevalece sobre qualquer consideração pela sexualidade do sujeito²⁰.

FREUD E BERNHEIM

Quando, na Páscoa de 1886, Freud se instala como médico em Viena, seu arsenal terapêutico se reduz à eletroterapia e à hipnose. Logo deixa de lado o aparelho elétrico, percebendo que o sucesso do tratamento elétrico se deve apenas à sugestão. Na procura de um tratamento neurológico, ainda não pensa contudo em privilegiar o aspecto psicológico dos casos que trata. Quanto à hipnose, ela lhe parece eficaz, mesmo que Charcot não se tenha interessado pela terapêutica. É então que Freud tem notícias de uma escola em Nancy que usa a sugestão, hipnótica ou não, com fins terapêuticos. Durante o verão de 1889, ele decide aperfeiçoar sua formação na técnica hipnótica e vai para Nancy onde observa o trabalho de Liébaud junto a mulheres e crianças do povo, e segue as experiências de Bernheim com histéricos de seu hospital. Junto a este último, ele descobre a importância de se levar em conta a relação médico-paciente nas manifestações histéricas. Atitude que não deixa Freud insensível. Bernheim se envolve nas relações com o paciente numa época em que os conhecimentos neurológicos serviam de instrumento ao médico para se proteger do histérico.

Mas a virada decisiva para Freud vai se produzir com Breuer, na medida em que este último o interessa principalmente porque utiliza

20. Os trabalhos de Charcot tentaram destacar a importância do papel das representações na gênese dos acidentes histéricos. Estes trabalhos conduziram às teorias de Janet (e Binet) ao esclarecer a existência de grupos psíquicos separados da consciência, e ao determinar-lhes os sintomas. Janet utilizou o termo "subconsciente" antes de Freud e Breuer. Em 1917, Freud lhe rendeu homenagem e admitiu que Janet poderia ter reclamado a prioridade da descoberta, ainda que tenha tomado um caminho diferente do dele. Em 1920, Janet o acusou de plágio (*S. E.*, vol. 16, p. 257).

a hipnose a serviço dos efeitos catárticos num tratamento.

FREUD E BREUER

Em junho de 1882, três anos antes do encontro de Freud com Charcot, Breuer consultou Freud a respeito de uma paciente: Bertha Pappenheim (a Anna O. dos *Estudos sobre a Histeria*). A descrição do caso o impressiona. Anna O., jovem lúcida e inteligente, cuida com devoção de um pai muito doente (abcesso pulmonar). Um dia ela pára de se alimentar, a tal ponto que lhe proíbem de continuar cuidando de seu pai. Aparecem acessos de tosse (tosse que lembra a doença do pai). Em seguida, surgem outros sintomas de conversão: estrabismo, paralisia do pescoço, cefaléias, mutismo histérico e esquecimento da língua materna. Surgem, enfim, alucinações com visões de serpentes. A jovem se torna violenta, rasga suas vestes etc.

O pai morre a 5 de abril de 1881. Aparecem sintomas visuais, tais como uma recrudescência de sintomas anoréxicos. Breuer vê a paciente várias horas por dia, e ele próprio a alimenta, ao ponto de Anna O. não querer comer senão com ele. Breuer utiliza hipnose com a intenção de fazer a paciente falar. Ela descreve seus fantasmas e, em seguida, o início de seus sintomas, dos quais fica imediatamente livre. A mulher de Breuer passa a sentir ciúmes desta paciente que, devido a seus sintomas, ocupa um lugar privilegiado junto a seu marido. Este elemento transferencial (percebido pela Sra. Breuer, mas oculto por seu marido) apavora Breuer a ponto de fazê-lo decidir-se a partir imediatamente em viagem com sua esposa. Anna volta a chamá-lo em plena noite: ela tem cólicas abdominais e o faz assistir a uma espécie de parto histérico, enquanto deixa escapar as palavras: “Está chegando o filho que tenho com o Dr. Breuer”²¹. Breuer, transtornado, foge para Veneza onde uma pequena Breuer será concebida.

Após a interrupção do tratamento, Breuer declara a Anna O. que está curada. A continuação da história nos informa que, embora Anna O. não esteja verdadeiramente “curada” (será ainda hospitalizada em 1883), ela transformará *uma neurose paralizante em uma energia utilizável*, fundando na Alemanha os primeiros movimentos de assistência social.

Freud logo se interessa por esta fuga de Breuer que, ainda mal recuperado de suas emoções por ocasião do projeto de publicação dos

21. Carta de Freud a Stephan Zweig, de 2 de junho de 1932.

Estudos sobre a Histeria, deseja que a questão do “amor de transferência” seja revelada ao mundo! É evidente que Breuer apavorou-se ao descobrir o desejo sexual de Anna O. por ele, porque através deste desejo chegou-lhe a revelação (rejeitada) de seu próprio desejo por ela. Só bem mais tarde²² (em 1932) Freud compreenderá a que ponto a *transferência e a resistência* (no caso a de Breuer) foram os propulsores do tratamento de Anna O. Trinta anos depois escreve: *Breuer teve nas mãos a chave que nos abriria ‘a porta das mães’, mas ele a deixou cair.*

Naquela época tampouco Freud estava pronto para recolhê-la. No momento seu enfoque é teórico: fazer reconhecer a autenticidade dos fatos hipnóticos e chegar a uma técnica para o tratamento dos hísticos. Mais tarde, entretanto, na *Interpretação dos Sonhos*, ele fará uso da observação de Anna O.: “Que no próprio centro de todas estas extravagâncias havia como que um observador tranqüilo, oculto num canto de seu cérebro” - e também esta outra observação que diz respeito à noção de dois estados coexistentes nela: “um eu que era o verdadeiro e um outro que a levava a agir mal”²³.

ESBOÇO DE UMA TEORIA

Freud e Breuer publicam, em 1895, sua *Comunicação Preliminar*²⁴. Aí se encontra, ao lado da noção de estado hipnóide anunciada por Breuer (diretamente inspirada por Anna O.), a idéia freudiana de *defesas* (de onde nasce a de *recalque*) e a hipótese de que o *estado separado da consciência* deve (para levar à cura) ser reconduzido à consciência. Nesta época, Freud acredita ter encontrado a chave do problema ao provocar na paciente uma *ab-reação*, como se bastasse retirar do sujeito um *corpo estranho* nocivo para assegurar a cura. Uma outra hipótese teórica desenvolvida por Freud, nesta época, diz respeito ao funcionamento do aparelho psíquico, descrito segundo as leis do princípio de constância (descarregar as excitações para mantê-las no nível mais baixo). Este postulado teria, em seguida, cada vez menos aplicação prática²⁵.

Em 1895, Janet expõe, em Munique, os aspectos de uma pesquisa (não ignorada por Freud e Breuer no momento da redação

22. S. Freud, *Correspondance*, Gallimard, carta a Stephan Zweig, de 2/6/1932, citada por Octave Mannoni, in *Freud*, Seuil, p. 44. A expressão usada por Freud é de Goethe.

23. S. Freud, A. J. Breuer, *Études sur l'hystérie*, P.U.F., p. 17.

24. *Ibid.*, pp. 1-15.

25. Cf. Octave Mannoni, *Freud*, Seuil, p. 47.

dos *Estudos sobre a Histeria*, em 1895). A propósito da hipnose²⁶, Janet situa diferentes etapas na relação terapeuta-paciente. Durante a primeira etapa, o paciente abandona seus sintomas e não pensa no terapeuta; a segunda etapa é descrita em termos de “entusiasmo sonambúlico”. É quando surgem os sentimentos de amor, ciúmes ou temor pelo terapeuta, situado como todo-poderoso. Com frequência o paciente interrompe a terapia no momento em que os sentimentos negativos vêm substituir os sentimentos de um amor exacerbado. Janet qualifica esta etapa de “paixão erótica” e a compara à relação arcaica da criança com a mãe. É então que se impõe a idéia, para Janet, de que o paciente tem necessidade de ser dirigido por seu terapeuta. Isto implica também numa outra dificuldade ligada à impossibilidade que o paciente pode sentir de deixar seu médico, quando os laços de dependência se desenvolveriam por toda a vida.

Mas onde Janet (à exemplo de Charcot) permanece na experimentação e no descritível, Freud faz a escolha de tornar-se terapeuta e de colocar a pesquisa a serviço do paciente. De certo modo, é opondo-se a Janet que ele forja, em 1895, a palavra *psicanálise*²⁷, apenas para esclarecer que, por razões éticas, abandona definitivamente a hipnose e, com ela, os métodos ativos que procuram obter a qualquer custo uma rememoração dos pacientes.

Ao mesmo tempo, a teoria vai sofrer modificações. Freud se distancia sucessivamente tanto do ponto de vista fisiológico de Breuer, como da noção, cara a Janet, de “fragilidade psíquica congênita” e tenta corrigir suas formulações por demais próximas de critérios anátomo-patológicos. A partir de uma crise pessoal (1897), ele abandona também a crença na realidade dos fantasmas de sedução, introduzindo a partir de então uma distinção capital entre realidade psíquica e realidade externa. Entretanto, não é sem pesar que abandona a teoria do trauma (uma das peças mestras da etiologia da histeria), pois, escapando-lhe a realidade do trauma, procura ancorar o fantasma na realidade da primeira infância, ou mesmo da pré-história. Desta maneira, a lembrança

26. Pierre Janet, *L'influence somnambulique et le besoin de direction*, III Internationale Congress für Psychologie in Münche, 1896, München, 1897, pp. 43-147.

27. O termo “psicanálise” aparece, pela primeira vez, num artigo escrito por Freud em francês e publicado na *Révue Neurologique*, Paris, 1896. Este texto, “Hereditariedade e etiologia das neuroses”, in *G. W.*, I, pp. 407-422 (ver também *S. E.*, III, pp. 141-156), escrito em francês, foi reeditado em francês in *Psychose, Névrose et Perversion*, P.U.F., pp. 47-60. Em 1898, Freud fala do aperfeiçoamento de seu método (método de associações livres). Mas já o *Não se mexa! não diga nada! não me toque!* (*études sur l'hystérie*, p. 36) mostra que são as ordens de uma paciente, Emmy von N., que abriram o caminho da análise (cura pela palavra).

só se tornará patológica na puberdade. Teoria que encontraremos no *Homem dos Lobos* (onde aparece a noção de cena primitiva).

A bem dizer, a idéia de trauma funcionou para Freud como disfarce em relação à descoberta do Édipo, ou seja, do desejo incestuoso do pai por sua filha. Foi necessário, todavia, esperar a morte de seu pai Jacob (23 de outubro de 1896) e o aniversário desta morte, para que ele desenvolvesse o que entende por “complexo de Édipo”, a propósito de Hamlet. Nesta data (14/11/1897), Freud esclarece também de que maneira a auto-análise é impossível, pois analisar-se como a um outro não é uma auto-análise. Quanto a isto, foi Fliess que, por sua existência, permitiu que se mobilizasse em Freud o desejo inconsciente da aventura analítica.

Quanto à *Interpretação dos Sonhos*, escrita após a morte do pai de Freud, ela nasceu de uma crise na relação deste com Fliess. No capítulo VII, ao retomar certos aspectos do *Projeto de uma Psicologia para Neurologistas*²⁸ endereçados a Fliess em 1895, ele tenta explicar a “circulação de cargas psíquicas” e parece interessado em elaborar um modelo (fictício) que possa dar conta da “máquina” desejanste. O sonho aparece como um enigma, as imagens remetem a palavras. Freud está atento aos trocadilhos, lapsos ou chistes, e mostra que a condensação e o deslocamento se fazem sobre elementos verbais. Impõe-se para ele o seguinte axioma²⁹: “Um mesmo fato de pensamento permanece idêntico a si próprio, quer o sujeito, conscientemente, o reconheça ou não”. É este axioma que acarreta a hipótese de um inconsciente como lugar do Outro. Hipótese que leva Freud a pesquisar o funcionamento de um sujeito desejanste. Ele toma ao pé da letra o que os pacientes dizem e observa que o fantasma tem relação com coisas ouvidas, porém, só mais tarde compreendidas. Portanto é no poder das palavras trazidas pelo histérico que Freud se detém a partir de então. Há palavras que tomam o sujeito pelo corpo, palavras que deixam doente.

UM CASO DE CURA POR HIPNOSE

Três casos de 1892 (*histeria de ocasião, Frau Cecília, Elisabeth von R.*) situam de maneira exemplar as preocupações de Freud, terapeuta, antes mesmo da descoberta da psicanálise. Estes exemplos esclarecem o que irá guiá-lo em sua escuta, a partir de então, e fazer de Freud um analista.

28. Ver capítulo II, p.37.

29. Cf. Octave Mannoni, *Freud*, Seuil, p. 48.

Em 1892, época onde ainda utiliza hipnose, ele consegue suprimir um sintoma (impossibilidade de amamentar) numa jovem de uns vinte anos. Nesta ocasião, ele encontra uma espécie de *contra-vontade*³⁰ que leva a doente a fracassar, justamente quando o desejo de conseguir amamentar é mais forte. No mesmo artigo, Freud trata da questão dos “tiques convulsivos” e evoca a história de um homem afetado pelo grito “Maria”. Quando estudante, este paciente tivera uma paixão por uma mocinha de nome Maria, nome que permanece como um tique, mais de trinta anos depois. Como no exemplo precedente, Freud vê aí a manifestação de uma *contra-vontade*, que aparece justamente onde o nome deveria ser mantido em segredo. É o retorno do segredo sob a forma de tique (o nome da amada) que Freud propõe como eixo de pesquisa (que ele situa entre o normal e o patológico).

Assim, as contorsões do corpo remetem a palavras. Sobre isso, Freud propõe duas hipóteses: a manifestação somática substituiria “alguma coisa psíquica”, e a defesa contra a idéia penosa, que ele chama de *recalque*, deveria ser situada em função do processo primário³¹, submetido ao princípio de prazer. Suas interrogações sobre as psiconeuroses de defesa vão ser retomadas alguns anos mais tarde, a propósito da análise de Frau Cecília.

FRAU CECILIA

O que impressiona Freud, nesta paciente, é a maneira pela qual suas palavras determinam os sintomas. Ele destaca a precisão dos termos utilizados: “olhar perscrutante da avó”, “é como um golpe recebido em plena face”, que provocavam imediatamente dores na cabeça e nos olhos. O “golpe” (ligado às reprimendas e às afrontas do marido) toma a forma de uma nevralgia do trigêmeo que aparece e desaparece, segundo as associações de idéias ligadas à lembrança das afrontas. Um “sou obrigada a engolir isso” é acompanhado, a cada vez, por dores de garganta provocadas por alguma ofensa. Freud não tem dificuldade em mostrar que os sintomas revelam a estrutura de uma linguagem a decifrar³², desde que o médico fique à escuta do “duplo

30. S. Freud, *Um caso de cura por hipnose com observações sobre a aparição de sintomas histéricos por contra-vontade*, in *Résultats, Idées, Problèmes*, P.U.F., pp. 30-43.

31. S. Freud, *Études sur l'hystérie*, P.U.F., p. 58. Posteriormente Freud dá a entender que a *representação pertence ao princípio de prazer. É o desprazer que motiva o recalque, enquanto que a repetição serve para dominar o desprazer.*

32. O que será retomado por Lacan: “O sintoma é uma linguagem cuja palavra precisa ser libertada”, *Écrits*, Seuil, p. 269.

sentido”³³. Aparece assim a que ponto a interpretação, a metáfora utilizada pelo terapeuta, pode restituir ao paciente aquilo que ele fala e sofre — quer se trate de uma nevralgia facial ou de uma astasia-abasia. E é uma queixa de Cecília que, ainda uma vez, vai guiar Freud em suas elaborações teóricas. Cecília se queixa um dia de ser perseguida, em suas alucinações, pela imagem de seus dois médicos (Breuer e Freud) *pendurados* no jardim. Esta alucinação desaparece quando a cólera de Cecília vem à tona: furiosa por Breuer lhe ter recusado um certo remédio, ela se irrita e diz, acrescenta Freud, em sua emoção: “Esses dois se equivalem, um é bem o par do outro”³⁴.

São essas interrogações que dizem respeito a certas situações conflitivas que Freud retoma com o caso de Elisabeth von R³⁵.

ELISABETH VON R.

Ao interrogar esta jovem sobre como apareceram os sintomas da abasia nas zonas dolorosas, Freud fica sabendo que, por ocasião de um evento penoso, no caso o retorno à casa do pai atingido por um ataque cardíaco, ela permaneceu imóvel à porta, *pregada ao chão*, como já lhe tinha acontecido uma outra vez, quando a paciente ficou parada na frente da cama da sua falecida irmã. Inegavelmente, confirma-se mais uma vez a relação da carga emocional das palavras com um mal somático, no caso, a astasia-abasia.

Como evento significativo, Freud interroga agora o traumatismo (ou incidente original), que ele situa num conjunto de motivos presentes e passados. Ele destaca que a memória, às vezes por falta, às vezes por excesso, induz, ao nível das representações, uma espécie de *repetição punitiva* para o sujeito. A partir das próprias palavras dos pacientes, ele demonstra que é no corpo que eles são atingidos, mas o “algo de psíquico” que provocou o comprometimento corporal só pode ser deslindado ao ser expresso em palavras. Freud revela, assim, rompendo com seus mestres (Charcot, Breuer), a renúncia em descobrir o *segredo* da palavra, e permite aos sintomas a possibilidade da fala. Isso significa

33. *Freud mostra que as idéias obsessivas são auto-acusações que ressurgem do recalque, sob uma forma modificada.*

34. (N.T.) A língua francesa dá margem a um jogo de palavras com *pendus* (pendurados, ou enforcados) e *pendant* (pendente, ou conjunto de dois elementos, onde um forma par com o outro). Ambas encontram sua origem comum no verbo *pendre*, do qual representam, em sentido literal, o participio passado e o gerúndio respectivamente.

35. S. Freud, *Études sur L'hystérie*. P.U.F., pp. 106-146.

que ele reconhece *um saber que fala por si mesmo, o saber do histórico*.

De 1892 a 1897, quando começa a levar em conta o discurso dos pacientes, Freud não só interroga os mecanismos de defesa utilizados no que chama de psiconeuroses de defesa, mas tenta encontrar (da histeria à psicose), na infância, etiologia comum. É sobre a *escolha da neurose*, então, que ele se interroga, num manuscrito intitulado *Conto de Natal*, endereçado a Fliess, de 1/1/1896! Ele situa quatro possibilidades de desvios dos estados afetivos normais (conflitos na histeria, auto-acusações na neurose obsessiva, rancor na paranóia, e depressão no delírio alucinatório). Ao propor estas *construções* a Fliess, acrescenta: *falta determinar se esta explicação tem um valor terapêutico*. Assim, por um lado, elabora sua teoria em oposição ou em diálogo com os homens que marcaram sua geração, e por outro, procura criar uma ferramenta conceitual útil no direcionamento de um tratamento. Fliess, como se sabe, era o destinatário de suas principais descobertas e reformulações teóricas (muito especialmente de 1892 a 1897)³⁶.

Durante estes mesmos anos, Freud vai reservar um lugar cada vez mais importante para a sexualidade e para a transferência, noções já presentes nos tempos de Charcot, mas que só com Freud encontram seu verdadeiro lugar na dinâmica de uma cura.

SEXUALIDADE TRANSFERÊNCIA

É um sonho que revela a Freud a que ponto sua teoria do trauma o protege do conhecimento do Édipo (que primeiro lhe aparece como desejo de um pai por sua filha). Mas, em seguida, ele deve se desembaraçar da crença na realidade da sedução das filhas por seus pais, para abrir espaço não somente aos fantasmas, mas também às crenças populares. Ser-lhe-á necessário separar a sexualidade da pura pulsão biológica e reintroduzir a noção de *prazer, muito além da satisfação*

36. Jones (*Vie et oeuvre de S. Freud*, P.U.F., t. I, p. 315) lembra que entre 1890 e 1896, as cartas de Freud para Fliess falavam das contribuições de Freud com relação às defesas do ego, de suas concepções quanto ao ego dissociado, dos efeitos do conflito intra-psíquico, das *idéias antitéticas* contrariando as intenções conscientes, do obstáculo ao retorno do recalçado, chamada de resistência, do recalque com seus efeitos de conversão ou de deslocamento na representação, como na neurose obsessiva, da forma assumida pela sexualidade infantil e também de uma questão deixada em aberto: por que razões a lembrança de um incidente pode se revelar, bem mais tarde, mais patogênica do que o próprio incidente, por ocasião de seu acontecimento? Em 1908, Freud constatará que os fantasmas paranóicos são da mesma natureza dos fantasmas histéricos, mas que têm *um acesso direto à consciência* e que se baseiam *no componente sadomasoquista do instinto sexual*.

de uma necessidade fisiológica³⁷.

A descoberta da transferência por Freud, através de sua amizade por Fliess (1887-1902), foi estudada com suficiente profundidade por Octave Mannoni no *Análise Original*³⁸, de forma que não precisamos retomá-la. A identificação de Freud com os pacientes de Charcot, sua transferência com Fliess a seguir, lhe permitiram produzir um saber como um sintoma. Ele colocou o sintoma em posição de poder falar (a partir de um campo transferencial), como alguns grandes escritores antes dele já tinham conseguido fazer³⁹ (sem dúvida é esta a razão pela qual Freud os considerou como seus verdadeiros mestres). Isto posto, a transferência, tal como aparece na correspondência com Fliess, toma um aspecto de resistência e funciona como fechamento e abertura ao inconsciente (assim como a todas as formas de criação e de obstáculos à criação). São estes aspectos que me proponho a aprofundar agora a partir do que se estabelece na análise do analista e na que ele conduz com um paciente.

37. Os debates analíticos dos anos 1920, que giraram em torno da questão da diferença dos sexos, foram da mesma ordem que os mantidos em torno da noção de inconsciente em suas relações com a psicanálise ou com a biologia.

A chave destes debates (o complexo de castração) foi retomada bem mais tarde por Lacan, que situou a instância de humanização do menino ou da menina a partir do complexo de castração (*Feminine Sexuality*, edit. por Juliet Mitchell e Jacqueline Rose, Mac Millan Press, London, 1983).

38. Octave Mannoni, *Clefs pour l'Imaginaire*, Seuil, 1969, pp. 115-130.

39. Assim, numa passagem de Goethe, já se pode descobrir no que consiste a transferência. No capítulo XV do livro IV de *Anos de aprendizagem*, Aurélie declara a Wilhelm: Até agora eu podia me manter em silêncio com meus sofrimentos, e mesmo eles me davam força e consolo. Mas agora, não sei como, você desfez os laços que me reduziam ao silêncio e, queira ou não, passou a tomar parte no combate que travo. A transferência, aqui, se liga ao fato do sujeito ter reencontrado a palavra e renunciado ao silêncio. Octave Mannoni salienta que *a originalidade de Freud foi reconhecê-la também no silêncio e na recusa*. Goethe, *Romans*, Gallimard, col. La Pléiade, p. 616.

Capítulo 2

A experiência analítica

DE QUE SE CONSISTE UM PENSAMENTO CRIADOR

As primeiras cartas de Freud (para Fliess, especialmente) nos deixam entrever as crises pelas quais teve que passar, durante as quais refletiu sobre as questões técnicas de um tratamento, crise na conceituação de uma experiência, crise pessoal enfim¹. Como a interação destas crises está na origem de um pensamento criador e da descoberta da psicanálise, é este movimento de descoberta que tentaremos seguir neste momento.

Como se sabe, durante longos anos, Fliess foi o único confidente de Freud (que espera então, graças às pesquisas de Fliess sobre a periodicidade, encontrar uma solução para as questões sobre a sexualidade). De entrada, Freud situa o que espera dele (carta 13): “Espero que queiras explicar-me tua maneira de encarar o mecanismo fisiológico de minhas constatações clínicas; desejo conservar o direito de te apresentar todas as minhas teorias e todos os meus achados sobre as neuroses; eu te considero como o Messias que deverá resolver o problema que coloco, graças a um progresso técnico qualquer”.

Isolado em sua pesquisa, Freud sente a necessidade de partilhá-la. Na carta 18 revela: “Tenho a impressão de ter abordado um dos grandes segredos da natureza”. Esse “segredo”, que Freud precisa transmitir a alguém, concerne a suas hipóteses sobre o lugar que ocupa o “dano sexual” sofrido por um sujeito, na origem de uma neurose. Mas se cada

1. Cf. Erik H. Erikson, *Insight and Responsibility*, Norton, New York, 1964, pp. 17-47.

questionamento sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses é acompanhado, em Freud, por uma culpabilidade edipiana, que só é percebida a posteriori, ele se dá conta, por outro lado, de que cada descoberta compreende uma parte de “irracional” que torna a comunicação difícil. Ele dá a entender que se o observador está implicado “de forma irracional” na observação, isso quer dizer também que ele não poderá descobrir num outro senão o que já tenha aprendido a reconhecer primeiro em si mesmo. A idéia de que se deva fazer um trajeto como paciente antes de tornar-se terapeuta encontra-se portanto na base do procedimento freudiano e de sua busca apaixonada pela verdade (que pretende partilhar com Fliess, de quem espera um conhecimento que ao próprio Freud falta).

Freud considera imprescindível a invenção de uma posição terapêutica totalmente diferente da que se usava na época, ainda que penosa para o médico que a adotasse. A psicologia, escreve ele, age como um tirano que não dá repouso a seu súdito. As idéias de Fliess sobre a periodicidade² vão, no entanto, embará-lo por um longo tempo. As hipóteses de Fliess (assim como a noção de repetição inventada mais tarde por Freud) giram em torno da idéia de morte, tendo predito a de Freud para 1907 (pelo menos, é o que acredita Freud). Freud tem também a impressão de que Fliess lhe esconda a verdade sobre sua doença. Ele somatiza cada vez mais, até o dia em que se reconhece histórico³, o que lhe permite então situar-se de maneira diferente em relação à doença.

Mas antes, num esforço de resistência às predições de Fliess, começa a escrever o *Projeto de uma psicologia para neurologistas*, que envia a ele. Procura criar algo como um robô, uma espécie de “máquina pensante” cujos mecanismos de funcionamento são explicados através das leis do *princípio de constância*⁴. Freud tenta elaborar uma teoria psicológica em linguagem neurológica. Algumas idéias serão retomadas

-
2. Em 1892, Fliess publica um livro sobre a terapia da *neurose moral reflexa*. Freud se entusiasma. A teoria da bissexualidade será utilizada nos *Três Ensaio*s e servirá para a explicação da homossexualidade, mas será transformada devido à introdução da noção de pulsão parcial.
 3. “Se eu consegui resolver minha histeria, eu o devo à memória desta velha senhora que, numa idade tão tenra, me deu razões para viver e sobreviver”, Carta a Fliess de 3/10/1897.
 4. O “princípio de constância” desempenha um papel como “princípio de inércia” e em seguida se tornará, sob a forma do “Princípio de prazer”, depois “Princípio do nirvana”, num dos princípios reguladores da psicanálise (“Cartas a Fliess”, in *Naissance de la Psychanalyse*, p. 120, nota). Ver cap. I, p. 21.

na *Ciência dos Sonhos*, embora desembaraçadas de todo modelo neurológico⁵. O que Freud precisa é de um modelo fictício que funcione como uma máquina⁶. Um mês depois ele irá abandonar tudo e declara (carta de 29/11/1895): “Não consigo mais compreender o estado de espírito em que me encontrava quando concebi a psicologia; não posso me explicar como pude impingi-la a ti”.

Notemos que essas elaborações do *Projeto* acontecem num momento de resistência na relação com Fliess. Resistência na transferência que Freud demonstra, mas que ainda não pode reconhecer. Dois anos mais tarde, quando ela se torna mais consciente, Freud se sente num estado eufórico (12/6/1897). As idéias emergem mas, no entanto, nada permanece disponível, o trabalho torna-se inviável, falta-lhe a “inspiração”, interrompe-se a criação (16/5/1897).

REMANEJAMENTOS TEÓRICOS

De 1904 a 1918, Freud aprofunda a questão da resistência. Foi preciso tempo para afastar-se das crises pessoais que atravessou⁷: a transferência com Fliess, a morte de seu pai (23/10/1896), a descoberta do Édipo (15/10/1897), a data presumível de sua própria morte (1907).

Freud descobre a resistência primeiro como *obstáculo à comunicação*, ao descobrir que necessita escrever a Fliess mas que as idéias não lhe ocorrem mais. Ele reencontra este mesmo problema nos pacientes que, até então bem dispostos a seu respeito, subitamente passam a não compreender mais nada do que lhes diz (ou melhor, compreendem as interpretações intelectualmente, mas as isolam de toda instância emocional). É então que compreende que a sobrevivência da resistência num tratamento é inevitável e que aí está o *segredo da neurose*.⁸ O que esteve germinando durante esses anos na descoberta freudiana será retomado vinte anos mais tarde na *Psicologia das Massas e Análise do Ego*. Assim, sob certos aspectos, já está indicado desde 1904 o que vai-se encontrar nos escritos ulteriores de Freud, em

5. Cf. Octave Mannoni, , Seuil, p. 58.

6. O. Mannoni, *ibid.*, p. 58.

7. S. Freud, *Cartas a Fliess* de 2/3/1899, de 7/7/1897, de 14/11/1897. Nelas, Freud explica que seu trabalho com os pacientes está ligado a suas próprias dificuldades. Em acréscimo, Fliess constitui um obstáculo, por momentos: então, Freud não consegue escrever, mas não sabe porque. A auto-análise é impossível. De outra forma não haveria doença.

8. Desenvolvido por Octave Mannoni, in *Séminaire de Lacan* de 21/1/1954 (não retomado por Jacques-Alain Miller na transcrição de J. Lacan, *Le Séminaire, I, Les Écrits Techniques de Freud*, Seuil).

particular *Análise terminável e interminável*, de 1937.

No início, graças a seus pacientes, Freud está consciente que o obstáculo no tratamento é o analista, e que o primeiro efeito da regra fundamental é o de emudecer o sujeito⁹. “A interpretação movimenta as resistências latentes e logo já não se distingue mais nada” (é por isso que o analista não deve intervir muito cedo). Assim, a própria situação da análise faz aparecer a resistência — enquanto sintoma — como uma estrutura. Decifrar o que se passa é ter acesso à dimensão do inconsciente. Após ter analisado seus fracassos da época em que queria evitar a resistência, Freud se apercebe da existência de uma certa equivalência entre a idéia de resistência e a de recalque.

Não adianta evitar o *obstáculo* da resistência, indica ele, porque são as forças do recalque que estão em jogo. Abdica também do registro topológico em favor do registro dinâmico e convida o paciente a considerar sua doença como um adversário digno de si, *ao mesmo tempo em que reconhece a resistência (equivalente à doença) como fonte de informações preciosas*. Para Freud, a análise das resistências questiona *as forças antagonicas* presentes no recalque e traz um esclarecimento sobre a posição do sujeito (sobre o que o paciente procura dizer no sintoma, e *a quem* dirige suas queixas). Nesse estado de desenvolvimento no pensamento de Freud, a noção de resistência pertence à clínica (Freud marca sua estima pelo paciente que resiste) mas a resistência ainda não foi verdadeiramente objeto de uma teorização.

Nesse momento, Freud ainda não afirma que *a resistência seja o ego*, mas sim que *a resistência é a transferência* e aconselha portanto¹⁰ a não abordar a questão da transferência enquanto *não tenha se transformado em resistência*, ao mesmo tempo que indica claramente que o amor pode — tanto quanto a transferência negativa — tornar-se resistência e retardar o fim da análise.

Mas se é no domínio clínico que Freud faz suas descobertas, as “especulações” da metapsicologia¹¹ não lhe são menos necessárias para forjar os instrumentos de sua teoria: *Sem, eu quase diria, a fantasia da metapsicologia, nós não iríamos um único passo além*. Assim, constrói uma teoria para dar conta da proposição de que *a transferência é a resistência*, onde a transferência surge como um efeito secundário das resistências primárias.

9. S. Freud, *La Technique Psychanalytique*, P.U.F., pp. 46, 114, 15, 4, 111.

10. S. Freud, “Le début du traitement”, in *La technique Psychanalytique*, P.U.F., p. 99.

11. S. Freud, *Analysis terminable and interminable*, 1937, *S. E.*, XXIII, p. 225.

Nas reconstruções metapsicológicas (1915), Freud aborda a questão da relação entre resistência e recalque, fazendo da resistência uma espécie de válvula do recalque. Mas, após ter enunciado a proposição: *a transferência é a resistência*, ele dá a entender, num outro momento, que *a resistência é o pai*.

Depois, a etapa dinâmica conduz a uma etapa estrutural. Em 1918¹² Freud fala do *psiquismo retalhado do neurótico, fendido pelas resistências*. Já se anuncia sua concepção de que é eliminando as resistências que se criam condições para a síntese de um *ego* virtual ao qual se agregam pedaços do *id* (o que será retomado mais tarde por Balint, sob o termo de “núcleos do ego”, lembra Octave Mannoni).

O aspecto clínico das diferentes posições teóricas de Freud está aí. Como desde o início (desde 1894), mas os desenvolvimentos que lhes dá, sob formas diversas, vão ser recebidos de maneiras diferentes por seus discípulos e se chocar com incompreensões e resistências. Num artigo inacabado, publicado após sua morte, sobre a *Clivagem do Ego*¹³, ele faz alusão às dificuldades encontradas, dificuldades que são as mesmas da análise e dizem respeito a esta ausência de liberdade interior trabalhando com *resistência* na consciência de cada um. Estas idéias, em germe em 1894, ainda parecem novas em 1938: “Encontro-me hoje”, escreve Freud, “na interessante situação de não saber se o que tenho a dizer deve ser considerado como óbvio e familiar desde muito tempo, ou se, pelo contrário, não se trata de algo inteiramente novo e embaraçoso”.

A maneira de Freud se engajar na pesquisa é portanto marcada por um estilo. Seu trabalho com o paciente se atém a uma *procura da verdade do sujeito*¹⁴, conforme o caminho que primeiro empreendeu para si próprio e cujo efeito se lê não só no tipo de relação instaurada com seus pacientes, mas também no que elabora a partir daí como teorização da singularidade da experiência analítica que, de fato, se apresenta como uma experiência humana sob uma forma mascarada.

Freud mostra que a experiência humana que a aventura analítica restitui se fabrica a partir da noção de *reencontro e restituição do passado* (que — à época de Breuer — ele fazia aparecer sob a forma de uma

12. S. Freud, “Les voies nouvelles de la thérapeutique psychanalytique”, in *La Technique Psychanalytique*, P.U.F., p. 134.

13. S. Freud, *Le clivage du moi dans les processus de défense, 1938, S.E.*, XXIII, p. 275, traduzido in *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, n° 2, Gallimard, 1970.

14. Cf. J. Lacan, *Séminaire de 20/1/1954*, in *Le Séminaire, livre I, Les Écrits techniques de Freud*, Seuil, 1975.

reconstrução). Mas acontece que o sujeito se defende contra o surgimento desta restituição do passado que acontece numa análise... Assim, Freud insiste para que a *interpretação* não se faça jamais muito apressadamente. Não basta que o sujeito seja afetado por uma interpretação para se dizer que ela é verdadeira. Pois a interpretação-choque pode muito bem reconduzir o sujeito ao senso de unidade de seu *ego* (como sublinhará Lacan em 1954), ou seja, fazê-lo sair de um estado de confusão, mas que seria acompanhado do aparecimento de outras defesas. Eis porque o analista deve aprender a evitar de se pôr, a exemplo de muitos pós-freudianos, a interpretar sistematicamente as defesas do sujeito, pois conduziria perigosamente a análise a uma relação *de ego a ego*, sendo que o efeito persecutório resultante aumentaria as resistências do sujeito.

Na Ciência dos Sonhos¹⁵, Freud evoca “tudo o que pode destruir, suspender, alterar a continuação do trabalho”, e acrescenta: “tudo o que suspende ou destrói a continuação do trabalho é uma resistência”. Trata-se da análise dos sonhos, quer dizer, do que arrisca ser posto em jogo como “revelação do inconsciente”. Se esta “revelação” é forçada, o inconsciente se fecha. O sujeito se protegerá.

Por volta de 1916, Freud situa a resistência do lado do consciente, mas indica a relação que esta resistência introduz com o que foi originalmente recalçado do passado. Suas interrogações a respeito do trauma o conduziram, cercado de perto a clínica, a compreender que o aspecto *fantasmático* do trauma era mais importante do que a realidade do evento passado. Mas ele mostra também que o que é útil para a análise é que o evento *possa ser datado*. No *Homem dos Lobos*¹⁶, texto redigido em 1914-1916 para refutar Jung, não se trata tanto de verificar se o paciente viu ou não a realidade da cena primitiva, mas sobretudo de datá-la dentro de uma história. É em torno desta data que se colocará para o sujeito a questão do reconhecimento de um mal-estar surgido em tal momento de sua história e não em outro. É o evento passado que, graças à análise, deve chegar a ser *reconhecido no presente*, eixo em torno do qual alguma coisa vai poder se ordenar em uma análise como síntese do passado. É nesta história que a análise acredita.

Mas isto não basta.

Freud evoca, por exemplo¹⁷, um caso em que a mãe da paciente

15. Desenvolvido por J. Lacan, in *Séminaire* de 27/1/1954.

16. S. Freud, *Cinq Psychanalyses*, P.U.F., pp. 325-420.

17. Desenvolvido por J. Lacan, in *Séminaire* de 27/1/1954, retomado in *Le Séminaire I, Les Écrits Techniques de Freud*, Seuil, p. 47.

havia comunicado a ele, a título de informação, a história da doença de sua filha. Ele relatou à moça as informações fornecidas pela mãe, dizendo-lhe: *Isto é o que se passou, eis aí o que lhe fizeram*. Mas, em todas as vezes, a paciente respondeu à informação transmitida pelo analista com a reprodução de seu sintoma (crise de histeria). Mas, trata-se de resistência?

No fim dos *Estudos sobre a histeria*, a propósito da hipnose, Freud situa a resistência *como esta inflexão que o discurso toma à medida que se aproxima do núcleo patogênico*. Sob a hipnose, o sujeito mantém um discurso (dirigido a alguém). Quando sai da hipnose, esse discurso o abandonou. Já não se lembra. Mas se percebe que a revivência do trauma foi terapêutica por si só. Em que, por via de um discurso restituído, teria havido assunção pelo sujeito de seu vivido, de sua história? Não se trata de que o analista revele uma verdade objetiva ao sujeito, e isto a prática da análise vai impor a Freud como evidência, mas de que o sujeito encontre nela seu lugar e faça de uma verdade mítica (mais do que objetiva) alguma coisa que ele poderá retomar em seu próprio nome, tornando-se assim o sujeito de um discurso do qual, até então, era objeto (abandonando portanto o sintoma e o discurso que ele sustentou, para tornar-se o EU de uma história, marcado por uma verdade que ele reconheça como sua).

A resistência (quanto a isso as cartas a Fliess são eloquentes) emana do que está para se revelar¹⁸, ou seja, do *recalcado* (que as primeiras traduções chamavam de *sufocado*).

Dentre os vários rumos dados por Freud à resistência destaca-se, num dado momento, o que a trata como emanção do próprio discurso do paciente¹⁹. Para Freud, a experiência mostra que é aí que surge a *transferência e que ela satisfaz a resistência*. Por exemplo, é no momento que o paciente está prestes a dizer alguma coisa de autêntico que ele pára, dando-se conta da presença do analista. Produz-se então como que uma virada no discurso do sujeito. Bruscamente, o testemunho se torna impossível, a fala já não diz nada. É no movimento onde o sujeito se entrega que reside a resistência. Ela aparece numa certa conexão com a transferência, quer dizer, na atualização de um elemento associado à pessoa do analista, ligado a alguma coisa já constituída, mas que não se confessa. Este primeiro núcleo do recalcado, afirma Freud, atrai em seguida todos os recalques. A partir de alguns fragmentos, acrescenta,

18. Cf. J. Lacan, *Séminaire* de 3/2/1954, sobre a *Carta a Fliess* de 7/7/1897.

19. S. Freud, "La dynamique du transfert", in *Téchnique psychanalytique*, P.U.F., pp. 50-60, retomado e comentado por J. Lacan, *Le Séminaire I*, Seuil, p. 50.

pode-se reencontrar os pensamentos que estavam na base do sonho. Trata-se então de um desejo: mas desejo de quem? Questão retomada por Lacan para lembrar que a experiência introduzida por Freud é *uma nova maneira de escutar o doente*. Pois, no campo da experiência analítica, dominam os efeitos de linguagem, aos quais um analista deve permanecer atento.

O que acontece, com efeito, ao nível das inversões dialéticas no decurso da análise de um sujeito? Qual é o eixo do trajeto no qual, através da palavra, o sujeito ora toma o analista como testemunha, ora tenta seduzi-lo ou rejeitá-lo, e ora não pode mais falar, já que sua palavra se encontra prisioneira da situação de transferência. O sujeito se extravia, ou seja, uma fala circula mas não expressa uma busca (ou uma reconquista) da verdade. A resistência se aloja então no sintoma do *ego*. Para Lacan, ela se encarna no sistema do *ego* e do outro, num momento em que o que falta para o sujeito é a possibilidade de realizar o que se poderia chamar de assunção (realização) de uma verdade.

A posição do analista é sempre a de se manter além do discurso corrente do sujeito (posição que se elabora com as projeções do próprio analista, que aparecem em um ponto onde o sujeito se realiza, desde que não constituam um fator de bloqueio). É a partir do momento em que o sujeito reduz o outro à função de seu próprio *ego* que a mediação não é mais possível e que a violência implícita da fala domina.

“É impossível (carta 145 a Fliess) dissimularmos que nos distanciamos um do outro, inúmeras pequenas coisas me demonstram isso... Tu atinges o limite de tua perspicácia. Tomas partido contra mim dizendo que quem lê o pensamento de outrem não encontra mais que seus próprios pensamentos, o que retira todo valor a minhas pesquisas... Se assim é, jogue minha *psicopatologia* no lixo sem lê-la. Há neste livro muitas coisas que te dizem respeito”. Mais adiante, Freud acrescenta que é a resistência de Fliess que o impede de compreendê-lo. Em outro ponto, Freud situa a degradação da palavra que se introduz quando não se pode mais apoiar-se no outro. “Quando não estou nem disposto, nem senhor de mim, cada um de meus doentes se torna para mim um espírito maléfico” (carta 130).

Após ter se apoiado em Fliess, a ponto de se alienar na admiração por ele, Freud empreende um trabalho de desligamento, de luto, não sem antes tentar arrancar de Fliess uma espécie de reconhecimento por seu trabalho. Como já vimos, cada vez que Freud se aproxima de uma verdade, a angústia o toma, não pode mais escrever nem trabalhar e até se torna surdo aos pacientes. Em suas cartas, onde procura despertar

o interesse de Fliess, quanto mais idealiza seu amigo, mais se sente ele mesmo um grande homem. É quando o movimento da experiência analítica aparece como exaltante que se revela em seguida a função de desconhecimento do ego. Mas, a partir da *análise dos sonhos*, Freud descobre, no discurso, a importância dos “brancos”, dos esquecimentos, assim como o fato de que é nos traços do sonho, nos fragmentos, que se aloja a transferência. Na *Psicopatologia da Vida Quotidiana* ele mede o peso do não dito na história do sujeito e se interessa pela palavra *recusada* pelo sujeito, que ocorre nestes lapsos. Enfim, ao examinar a questão dos esquecimentos (de nomes), faz surgir (depois de 1920) uma interrogação: o que se passa, ao nível da resistência, com a polarização entre o ego e a palavra? ²⁰

Deve-se dizer então, como Fenichel, que o sentido das palavras vem ao sujeito pelo ego?

Em 1925, Freud escreve um artigo capital sobre a negação ²¹. Ele mostra que, quando surge num sonho uma imagem comentada pelo sujeito sob a forma de um: *não é a minha mãe*, trata-se de uma confissão: é ela, com certeza. O significante *não* faz portanto aparecer ²² um mecanismo que difere do recalque ou da rejeição. Com efeito, a negação permite que o julgamento se constitua e não somente torna possível a emergência da linguagem, mas engendra a inteligência. Para Freud, o inconsciente não conhece o “não”, e se o reconhecimento deste tem lugar no *ego*, é através do desconhecimento ²³. Parece, portanto, que ao nível do conhecimento, é possível conservar o inconsciente ao recusá-lo.

No artigo sobre o *Fetichismo* ²⁴, Freud retoma os efeitos de uma crença repudiada. Trata-se de uma crença no fálus materno, conservada na sombra, guardada em segredo. No fim da vida, Freud retomará esta questão da *clivagem do ego*, tomando particularmente o exemplo do sujeito que aparentemente aceita a morte de alguém, mas se conduz como se a pessoa ainda estivesse viva.

Em 1923, Freud constrói uma nova Tópica, diferente daquela da *Interpretação dos Sonhos*. Ao invés de árbitro dos conflitos (com o id e o superego), o ego se torna seu juguete. Mas, 1923 é também o ano

20. Cf. J. Lacan, *Séminaire* de 10/2/1954.

21. S. Freud, “La Dénégation - Die Verneinung”, *S.E.*, XIX, pp. 233-239.

22. Cf. O. Mannoni, *Freud*, Seuil, p. 160.

23. Cf. a intervenção de J. Hyppolite no *Séminaire de Lacan* de 10/2/1954.

24. S. Freud, *Le fétichisme*, 1927, in *La vie sexuelle*, P.U.F., pp. 133-138, cf. O. Mannoni, op. cit., p. 161.

em que Freud descobre sofrer de um câncer, sofre múltiplas operações e acaba por renunciar a limitações inúteis (recomeça a fumar e se dá a liberdade de se interessar pelas questões culturais, retomando assim suas paixões de adolescente).

As construções teóricas de Freud, ao longo de sua vida, foram surgindo de um drama pessoal, ou o acompanharam. Assim é que a questão da resistência do paciente só foi compreendida através de um trabalho com as suas próprias (ligadas a imagens ideais de si próprio). Foi-lhe necessário também confrontar-se com sua parte feminina e com a infantil. Desde que passou a trabalhar com o inconsciente, compreendeu que os acidentes de seu passado estavam presentes em sua busca e que conduzir um tratamento só é possível se o analista tem a possibilidade de permanecer atento àquilo que persiste de conflitivo em si mesmo. Os relatos de casos clínicos escritos por Freud tiveram a finalidade de colocar a teoria em evidência, o que não deixa de ser um problema, na medida em que o paciente é chamado para provar a justeza de certas construções teóricas.

Lembremo-nos que Freud se tornou terapeuta por necessidade. Ele não tinha nenhum gosto pela carreira médica e seu ideal continuou sendo o de um homem de ciência, apaixonado pela descoberta psicanalítica. Foram as questões intelectuais que se pôde colocar a partir dos pacientes que tornaram o ofício suportável para ele. Os pacientes, por sua vez, foram tomados nesta paixão de Freud, em seu desejo de pesquisa e descoberta. Ora, isso também não deixa de ter efeitos no movimento de um tratamento.

OS PACIENTES

Pudemos ver que os primeiros casos de psicoterapia de Freud²⁵ (1893-1895) coincidem com sua própria análise com Fliess.

*Emmy von N.*²⁶ é a primeira paciente de Freud. Viúva, quarenta anos, sofre de tiques e de “delírio histérico” desde a morte do seu marido, há quatorze anos atrás. A cada dois ou três minutos ela grita: “Cale-se, não se mexa, não me toque!” Mesmo sob hipnose ela insiste para que a deixem falar e para que não lhe fiquem perguntando de onde vem este ou aquele problema. É de fato a técnica da associação livre, imposta por ela, que lhe permite falar de suas frustrações sexuais e do ódio familiar.

25. Mark Kanzer, “New dimensions in human relationship”, in *Freud and his Patients*, ed. Kanzer-Glenn, New York, Aronson, 1980.

26. S. Freud, J. Breuer, *Études sur l'hystérie*, P.U.F., p. 35.

Em 1895²⁷, Freud inventa a psicanálise, no momento em que sua relação com Fliess havia se cristalizado ao redor de Irma (Emma). Mas é com Dora, em seguida, que desenvolve a relação do sonho com a transferência (as cartas 139 e 140 o comprovam). Escreve a Fliess: *A vida me proporcionou um novo caso, uma jovem de dezoito anos. É um caso que vai muito bem com a coleção já existente de minhas chaves-mestras*. As primeiras pacientes de Freud, com frequência, são adolescentes como Dora (1905) e, mais tarde, “um caso de homossexualidade feminina” (1920)²⁸. Elas vão servir sobretudo para verificar suas hipóteses teóricas. No plano do tratamento, Freud fracassa com muita frequência (com excessão de Katharina que ele não analisou). Ele não leva devidamente em conta os problemas específicos de idealização, de intransigência, de ambivalência, fragilidade identificatória, de revolta, que são próprias à adolescência. Com frequência suas interpretações são formuladas com *autoridade*, e ele lhes dá a impressão de estar aliado aos pais. Reforça na transferência a imagem do pai e não reconhece o que, a partir daí, se bloqueia na análise. Em sua revolta, as adolescentes tocam num ponto cego de Freud: sua ambivalência na relação com o pai. Isto o leva a se sentir rejeitado (como no caso de Dora), ou a interromper o tratamento (como no “caso de homossexualidade feminina”), a partir do momento em que a moça deixa explodir seu ódio pelo pai. Mais tarde voltaremos às dificuldades transferenciais de Freud, ou seja, à sua maneira de bloquear uma situação na qual estava implicado como observador e como ator. A noção de projeção não tinha ainda sido elaborada em 1899 (data real do tratamento de Dora). Ora, as projeções do analista fazem parte do campo transferencial onde se elabora, com o paciente, uma estrutura comum.

Na época dos *Estudos sobre a Histeria*²⁹, Freud considerava a transferência (enquanto deslocamento e repetição) como obstáculo à análise. Mas, como indica em 1922³⁰, quando novamente se refere à hipnose, se o sucesso de um tratamento depende da relação médico-paciente, particularmente numa situação em que se lança mão da *sugestão*, os sintomas reaparecem quando esta relação sofre uma perturbação, como se jamais tivessem sido elucidados antes. Só quando abandona a hipnose é que ele poderá esclarecer a questão da transferência, graças à análise dos sonhos. Ele descobre então uma certa semelhança entre a dinâmica

27. Ver o primeiro capítulo.

28. S. Freud, “Sur la psychogénèse d’un cas d’homosexualité féminine”, in *Névrose, Psychose et Perversion*, P.U.F., pp. 245-270.

29. Desenvolvido por O. Mannoni, em “Le rêve et le Transfert”, in *Clefs pour l’Imaginaire*, Seuil, 1969.

30. S. Freud, *S.E.*, XVIII, p. 237.

em ação na formação do sonho e na que preside a formação de sintomas³¹. Ele percebe que nos dois casos se assiste a uma espécie de combate entre duas forças opostas, cujo resultado é uma espécie de formação de compromisso. Se o sonho não é um fenômeno patológico em si, isso demonstra, para Freud, que os mecanismos mentais que produzem a doença existem também em todo homem dito “normal”. Freud tenta então elucidar a relação do sujeito com seu universo próprio, privilegiando primeiro a relação do sujeito com os símbolos, com os *significantes*, como se diz atualmente de acordo com Lacan. Com a *análise dos sonhos*, Freud está atento sobretudo ao que se passa com o sujeito fora de toda relação interpessoal. Quando em seguida, toma em consideração os *fatos de transferência*³², já vimos que ele vai situá-los (em seus aspectos positivos e negativos) como *resistência*. E também os aborda pelo aspecto de *deslocamento* (já tinha sido assim nos *Estudos sobre a Histeria*), mas agora este último transforma-se num *deslocamento das representações no campo do desejo inconsciente*³³. Pois, tendo abandonado a hipnose, Freud procura fazer com que a psicanálise se separe claramente de toda tentativa de sugestão³⁴. O objetivo primeiro do tratamento já não pode ser a eliminação do sintoma, como na hipnose. Trata-se de análise, onde a cura vem por acréscimo, e onde os elementos em jogo são outros. Em 1922, Freud chega a desejar mesmo alguma resistência no tratamento, a fim de evitar os efeitos de sugestão na relação analista-paciente. Segundo Freud, ao contrário do hipnotizador, o analista deve abandonar toda posição de poder.

No entanto, Freud ocupou esta posição de autoridade com as adolescentes, para seu próprio prejuízo, e com Dora em especial³⁵, caso

31. Cf. S. Freud, *S.E.*, XVIII, p. 242.

32. Cf. S. Freud, *S.E.*, XVIII, p. 247.

33. Desenvolvido por O. Mannoni, in *Clefs pour l'Imaginaire*, Seuil, pp. 150-161.

34. Cf. S. Freud, *S.E.*, XVIII, p. 250.

35. É por meio do pai que Dora inicia a análise (por diversos sintomas histéricos: tosse nervosa, afonia, depressão, desgosto pela vida). O pedido do pai a Freud é “que reconduza a filha à razão”. Freud deve fazê-la aceitar a idéia de que entre a Sra. K. e o pai de Dora “nada havia além de amizade”. Que Dora aceite ignorar a ligação do pai. Dora reivindica o sentimento do pai, tomando Freud por testemunha da situação impossível em que se encontra: o Sr. K., diz ela, tenta seduzi-la desde os quatorze anos de idade. Não adianta a tentativa de Freud de fazer Dora se questionar sobre a participação que tem na desordem que a cerca, ele fracassa em se fazer ouvir porque quer que Dora admita que não é indiferente ao Sr. K. Além disso, faz interpretações prematuras sobre a significação masturbatória de alguma de suas atitudes sintomáticas. Após estas interpretações, Dora traz seu *primeiro sonho* (sonho de incêndio e de fuga de casa com o pai), que, de fato, é um sonho de repetição que tem desde os dezesseis anos (num momento em que repele os avanços do Sr. K.) Freud interpreta a fuga com (em direção ao) o pai como uma manifestação de amor

em que todo o trabalho analítico esteve comprometido, desde o início, pelo fato de Freud ter aceitado analisá-la por pedido do pai (“reconduza minha filha à razão”, ou seja, faça com que ela aceite ignorar minha ligação), sem ter questionado este pedido em nenhum momento. A partir daí, Dora pode situar Freud como cúmplice do pai e permanecer insensível às interpretações recebidas como verdade-mentira do adulto, de um sedutor em potencial.

Nesta época, Freud procura os indícios de transferência nos sonhos, seja sob a forma de deslocamento, seja sob a de resistência. Só após a ruptura de Dora é que ele compreende que esta ruptura já estava, de fato, indicada no primeiro sonho. Ele permaneceu surdo aos indícios de transferência presentes no sonho. Indícios que, conforme explica a posteriori, não se constituem tanto por deslocamento ou acidentes da relação interpessoal, quanto pela maneira do sujeito *já se apresentar num fantasma*, desde antes do início de sua análise. No presente caso, um cenário constituído, os papéis a distribuir, e a porta de saída que Dora não deixaria de usar se a cena proposta tivesse permanecido imutável. Pois o que ocorria com Dora, desde há muito tempo, é que o silêncio mentiroso dos adultos lhe impunha a escolha do *acting out*.

Na análise há, assim, um local preparado que se desenvolve e cujo cenário, às vezes, já vem escrito. Freud aprendeu isto às suas próprias custas, com Dora. Ela o colocou na posição de analista (de pai), alimentando nele a ilusão de que sua fala poderia ter algum efeito. Mas apenas com intuito de lhe retirar este poder (de interpretar), programando sozinha e antecipadamente a ruptura. Sob a forma de uma identificação com o pai, Dora colocava a questão de sua rivalidade com uma outra mulher, e Freud fracassou por não ter percebido, com suficiente presteza, o lugar que isto ocupava na transferência. “Eu não

pelo Sr. K. e não percebe que é à Sra. K. que Dora está ligada (ela partilha seus segredos). É através dela que Dora procura colocar sua questão sobre a feminilidade. O *segundo sonho* gira em torno da morte do pai. Dora penetra numa floresta. Um homem lhe diz: “duas e meia ainda” e propõe acompanhá-la. Ela recusa e parte sozinha. As associações dadas por Dora (que, a duas semanas e meia atrás, tinha prevenido Freud sobre sua decisão de interromper a análise) esclarecem sua maneira de se vingar tanto de Freud como do Sr. K. Desse segundo sonho Freud reteve apenas a idéia de vingança. Ora, a busca apaixonada de Dora (como de toda adolescente) é uma busca de verdade — e além disso — uma busca existencial (através da Sra. K.) sobre a interrogação: o que é ser uma mulher?

(S. Freud, *Cinq Psychanalyses*, P.U.F., p. 46, pp. 69-70. Ver também *Les Séminaires de Lacan* de 9, 16, 23/1/1957.)

sei que tipo de auxílio ela veio me pedir”³⁶, dirá mais tarde. Sabe-se que, mais de vinte anos após o tratamento com Freud, o médico de Dora a enviou a Félix Deutsch³⁷ (os sintomas eram os mesmos do tempo em que foi a Freud). Na primeira entrevista, ao perceber que F. Deutsch era analista e conhecia a obra de Freud, ela lhe revelou sua identidade, sua infância infeliz, sua história com Freud. Todos os sintomas desapareceram após a segunda visita. Mas fica-se sabendo depois (por uma confidência do irmão de Dora a F. Deutsch) a que ponto o comportamento de Dora, descrito como “paranóide”, ocupou a família durante mais de vinte anos, e que sua morte foi acolhida com alívio por este último.

No decurso dos dois decênios que se seguem ao tratamento de Dora (1899), não faltaram transtornos na vida de Freud, particularmente por ocasião das rupturas com Fliess (por volta de 1901-1902) e com Jung (a partir de 1912). Após a publicação do caso Schreber, Freud empreende estudos semi-autobiográficos, como *A Gradiva*³⁸ (1907), estudos que o ajudaram a superar sua própria fobia de viagens. Numa carta a Ferenczi³⁹ (de 5/10/1910), ele evoca as dificuldades e a natureza do trabalho consigo próprio: “O senhor não somente observou, mas compreendeu que já não sinto necessidade de revelar completamente minha personalidade e, com muita justeza, o atribuiu a uma razão traumatizante. Depois do envolvimento Fliess, que tive que encerrar recentemente, como é de seu conhecimento, a necessidade em questão não existe mais para mim. Uma parte do bloqueio homossexual desapareceu e o usei para alargar meu próprio ego. Tive sucesso justamente onde o paranóico fracassa”. Dizendo de outro modo, Freud conseguiu sublimar justamente onde Schreber havia fracassado.

Em 1911, Freud leva em conta a realidade, mas, no mesmo movimento, passa a dar uma importância maior ao fantasma⁴⁰. Escreve: “Não se deve subestimar a importância das fantasias na formação dos sintomas... a moeda neurótica é a da fantasia”. E, finalmente, Freud vai situar a realidade na pré-história do sujeito. Surge aí um duplo sentido, aparentemente contraditório, mas que segue as dificuldades encontradas na prática.

-
36. Cf. Gregorio Kohon, *Reflections on Dora*, Int. J. of Psychoanalysis, 65, I, pp. 73-85, 1984.
37. Félix Deutsch, *On the mysterious leap from the mind to the body*, New York, International Universities Press, 1959, pp. 49-58.
38. Cf. Mark Kanzer, *Freud and his Patients*, ed. Kanzer-Glenn, Aronson, 1980, p. 422.
39. Citado por E. Jones, *La Vie et l'Oeuvre de Freud*, P.U.F., t. II, p. 87.
40. S. Freud, “Formulations sur les deux principes du cours des événements psychiques”, in *Résultats, Idées, Problèmes*, P.U.F., p. 142 (retraduzido por nós).

Se em *Totem e Tabu* (1912-1913) Freud vai fundar a culpa sobre a existência do fato real (o assassinato do pai primitivo devorado pelos filhos), fazendo surgir, como num sonho, a imagem culpabilizante daquele *que não sabia que seu pai estava morto (de acordo com o desejo do sonhador)*, na *Formulação dos Dois Princípios* (1911) parece que o fundamento da culpa tem origem no fantasma. A dificuldade que Freud tenta cercar está ligada ao que acontece com a culpa quando nenhum crime foi realmente cometido. E assim define um campo que não está nem na realidade, nem no inconsciente, mas que pertence ao mundo da *fantasia*. Deste ponto de vista, é ela que constitui a “realidade” do sujeito, a trama do que se costuma chamar de seu “vivido” e, para conseguir analisar esse “vivido” é preciso, portanto, se interessar pelos *votos inconscientes* que estão na base do sentimento de culpa (o que aparece com clareza particular na análise dos obsessivos).

Em 1920, Freud escreve um artigo sobre *Um caso de homossexualidade feminina*⁴¹, no qual vamos nos deter mais. Aí também (como em Dora), Freud não percebe que está lidando com uma adolescente que coloca a questão da sua feminilidade através das outras mulheres. Num primeiro momento, esta jovem (como todas as meninas) tinha sonhado em ter um filho com o pai e, num segundo momento, desenvolveu uma homossexualidade reativa sobre o fundo de uma identificação com o pai. O ressentimento para com este último está patente. No entanto, as interpretações de Freud não deixam espaço nem para este jogo identificatório, nem para a maneira pela qual a jovem faz de seu pai uma testemunha privilegiada de sua “homossexualidade” (inclusive com

41. Trata-se de uma jovem de dezoito anos que deseja ter uma ligação com uma mulher (de costumes frouxos), heterossexual mas também homossexual. A mulher descarta seus avanços. Um dia, o pai encontra a filha com esta mulher e fica furioso. A jovem se joga de uma ponte sobre a via férrea. Admite, mais tarde, que a mulher, inquieta com a atitude do pai, tinha lhe pedido para parar qualquer relacionamento consigo. Depois os pais a levam a Freud. A jovem não deseja ser “curada” de sua homossexualidade, mas começa uma análise “para os pais”. Dócil, ela mantém um interesse puramente intelectual, mas emocionalmente a experiência analítica não a toca. É este “isolamento” e a hostilidade latente da paciente que levam Freud a interromper o tratamento.

A anamnese não deixa de ser interessante. Esta jovem é muito ligada ao irmão mais velho. A preferência da mãe é pelos três filhos homens. Na escola, apaixonou-se por uma professora, substituto materno e, aos quatorze anos, tomou-se de amores por um garotinho de dois anos. Cuidou dele com paixão. Aos dezesseis anos, momento da gravidez de sua mãe e nascimento do irmão, ela fixa o interesse pelas mulheres. Agressiva com o pai, a jovem o desafiou passeando praticamente sob suas janelas com a mulher. Na análise ela revela uma série de sonhos (anúncio de um casamento, espera de um filho) que Freud rejeita como mentiras. Ele vê na transferência a reprodução do jogo de esconder que a paciente mantém com o pai e se pergunta: se o inconsciente mente, em que se fiar?

sua tentativa de suicídio onde aparece o desejo de ter um filho com o pai). Aliás, o pai a envia a Freud no momento em que nada mais pode ser dito entre pai e filha. Portanto, a jovem inicia o tratamento num contexto em que todos os adultos parecem cúmplices. Pedem-lhe que se torne heterossexual, mas o que ela procura dar a entender como drama existencial não é levado em consideração. A própria posição de Freud quanto ao complexo de Édipo continua convencional: os moços amarão as moças, e elas a eles. É o que transparece em suas interpretações.

Entretanto, nos *Três Ensaios* (1905), Freud tinha começado seu livro sobre as “aberrações sexuais”, descrevendo a normalidade como “ficção ideal” e sem introduzir qualquer distinção qualitativa entre o normal e o anormal. Situava a pulsão em oposição ao instinto animal que se satisfaz com o objeto⁴², e evitava claramente qualquer idéia de sexualidade normativa (ainda que a encontremos, apesar de tudo, nos relatos clínicos da mesma época)⁴³. Como teórico, Freud mostrou claramente que o que está em jogo é a relação do homem com o símbolo (com o significante), tanto no *mito do Édipo* como no *mito da origem (assassinato do pai)*. Mas no acompanhamento do tratamento de adolescentes insolentes parece perder de vista o balizamento teórico estabelecido. Apresenta-se às suas jovens pacientes como um substituto paterno, sem reconhecer uma série de mecanismos de defesa próprios da adolescência. Permanece surdo frente a uma forma de ambivalência marcada pelo narcisismo, pelo idealismo e por uma intransigência moral à toda prova. Autoritário em suas intervenções, aparece para as adolescentes sob os traços de um adulto em conluio com os pais. Fica faltando uma dimensão no espaço de jogo da análise. A contra-transferência de Freud, ligada às defesas por provocação das adolescentes, acaba por imobilizar tudo rapidamente. A situação de *ambigüidade* própria da relação analítica cede lugar a uma realidade: Freud torna-se o perseguidor, encarna os pais, e em vez de ocupar o lugar vazio de uma projeção possível, adere a uma função de autoridade. Tudo se bloqueia no processo analítico. Participando com a adolescente de um drama comum (o da experiência analítica), não consegue liberá-la mais do que a si próprio. O ponto cego de Freud (sua feminilidade) tem como efeito uma

42. Cf. Juliet Mitchel, Jacqueline Rose, *Feminine Sexuality*, MacMillan Press, London, 1983.

43. A noção de Édipo (ausente nos *Três Ensaios*) conduz à idéia de uma heterossexualidade normal. Mas Freud vai acrescentar o *conceito de castração* em 1915. Em 1924, ele o fará ocupar o lugar de eixo central no estudo da dissolução do Édipo. Em *clivagem do ego no processo de defesa* (*Nouvelle Revue de Psychanalyse*, n.º 2, 1970, pp. 25-28), ele retomará as implicações do complexo de castração no desenvolvimento do sujeito, mostrando que em toda procura de satisfação alguma coisa se perde para sempre, e que é a ideologia que comanda toda a busca de um sentimento interno de unidade com seus efeitos de certeza sobre a identidade sexual.

espécie de cristalização das defesas e resistências do paciente. Ele se sente reduzido à impotência e a situação se imobiliza no ponto em que ele passa a temer um *acting out* do outro, a atuação de uma pulsão autodestrutiva ou de uma vingança. Então ele mesmo põe fim ao tratamento por já não acreditar no discurso mentiroso que sustenta, esquecendo-se assim, curiosamente, que a verdade se esconde justamente na mentira.

Freud se sente manifestamente mais a vontade com um paciente obsessivo como o *Homem dos Ratos* pois, num caso assim, sente-se abrigado dos *acting out* e pode tratar a neurose do paciente como um sonho. A transferência aparece sobre a cena do sonho, ou melhor, o “terreno de jogo” da transferência permanece nos estritos limites do quadro analítico. Não há nenhum transbordamento e Freud, que se sente seguro, pode tranqüilamente decifrar as frases “em dialeto” aparecidas no estado de vigília, e analisar as compulsões em estado nascente.

O que já não é o caso do *Homem dos Lobos* (1910-1914), iniciado no calor de sua disputa com Jung. Neste momento, o paciente é pego nas proposições teóricas da análise. Ele colabora com o pedido de Freud para que venha confirmar a realidade da cena primitiva, mas sabemos que depois será tomado por um acesso de delírio paranóide⁴⁴. Só bem mais tarde em sua vida o paciente se perguntará: “Será que a aparição de minha paranóia tem relação com as questões colocadas pelo Prof. Freud?” E ainda: “Esses lobos brancos considerados como sendo meus pais e seu coito e que isso seria a causa de tudo, o senhor acredita nisso?”

Como escreve Michel Schneider, o *Homem dos Lobos* aceita todas as interpretações de Freud (sobre a fixação nas empregadas, os temores de castração, a sedução pela irmã etc), mas não a que dizia respeito aos lobos. Será que, para preservar Freud, ele precisou identificar-se com esta construção tão querida a Freud, mas que não é uma lembrança que lhe venha à memória?

Sabemos como Freud forçou o processo fixando autoritariamente uma data para o fim da análise. Sem dúvida isso permitiu a aparição e um material interessante com seus efeitos de “cura”, mas, como sublinha Ruth M. Brunswick⁴⁵, isso permitiu que o paciente (Serguei Pankejeff) “conservasse este núcleo que mais tarde produziu sua psicose”. Ao precipitar o fim da análise, Freud agiu ao contrário dos conselhos que

44. Cf. Karin Obholzer, *Entretiens avec l'Homme aux Loups*, prefácio de Michel Schneider, Gallimard, 1981.

45. *L'Homme aux loups par ses psy et par lui-même*, Gallimard, 1981.

dava. Ele abalou a maneira que o obsessivo tem de introduzir o tempo morto em sua neurose⁴⁶ para se defender da transferência. Mas, ao precipitar a mudança, Freud abandonou sua posição de pai simbólico. Foi ao pai imaginário que o paciente se agarrou a partir daí, acentuando o lado simbiótico do laço transferencial. O paciente responde à ameaça de separação (castração primária), fazendo de Freud uma parte de si mesmo, conservando-o assim para sempre.

Serguei Pankejeff entregou então a Freud tudo que este queria saber sobre a cena primitiva, e o deixou feliz por ter os elementos para uma publicação que confundiria os dissidentes. Serguei Pankejeff e Freud se separaram contentes, mas enganados. Sabemos que o *Homem dos Lobos* acabou por pertencer à instituição psicanalítica, que se encarregou financeiramente dele até sua morte. A psicanálise tornou-se assim sua companheira, e ele não pôde lhe dizer adeus até pouco antes de sua morte.

Em cada caso clínico que foi escrito para valorizar um ponto de sua teoria, Freud fracassou no momento em que o paciente se tornou o pivô de uma disputa entre ele e seus discípulos, e quando negligenciou em tomar a distância necessária em relação às famílias das adolescentes.

Após seu último caso clínico, que data de 1920, Freud retomou os interesses de sua adolescência (problemas culturais) e deu livre curso à especulação. Seus sofrimentos físicos (câncer) começaram em 1923, data a partir da qual, segundo seu próprio testemunho, seu interesse pelos pacientes foi diminuindo. O terapeuta deu lugar ao profeta.

A história do movimento analítico mostrou como o sucesso da psicanálise foi pago por uma burocratização de suas Instituições. A preocupação com a organização institucional acabou por sobrepujar a criação e, num dado momento, conduzir a uma estagnação da análise.

Foi também necessário, como iremos tentar no capítulo seguinte, voltar à própria definição de psicanálise e seus objetivos.

46. Cf. Serge Leclair, "A propos de l'épisode psychotique que présente l'Homme aux loups", in *La Psychanalyse*, n° 4, P.U.F.

Capítulo 3

Freud, Lacan: sobre alguns objetivos da psicanálise

Há mais ou menos uma dezena de anos, os analistas atravessam uma crise ligada aos excessos de teorização de alguns, excessos que levaram a uma rejeição e a um vazio conceitual, ou seja, a mesma situação que Lacan encontrou nos anos 1940-1950, quando começou a ensinar psicanálise. Isto é o que leva à necessidade de lembrar agora alguns eixos teóricos em torno dos quais se ordena a prática analítica.

Entre 1956 — data em que os analistas celebraram o centenário de Freud — e 1985, a França conheceu anos propícios no plano da pesquisa psicanalítica, mas também anos sombrios nos quais a elaboração de um saber psicanalítico unificado resultou num corte entre a teoria e a prática. Este corte teve por efeito a oposição de alguns clínicos “perdidos nos pântanos da teoria”¹ a teóricos mais preocupados em aperfeiçoar uma “teoria inabalável” do que em cuidar de um tipo de pacientes (psicóticos e fronteiriços) que poderiam trazer algumas contradições à teoria.

Perdeu-se de vista que o saber sobre a doença não nasce de um observador sadio que observa a doença, mas brota da própria doença².

Quanto a Freud, ele jamais empregou o termo *teoria* no sentido que o entendemos. Para ele, as teorias são fictícias, como por exemplo, as

-
1. Roger Gentis, *Leçons du corps*, Flammarion, 1980.
 2. A “doença” é um estado no qual o sujeito, mesmo sem querer, se dirige a alguém. É preciso portanto entender quem fala no corpo que sofre. Um Groddeck havia compreendido isto, quando dizia que o órgão doente devia participar da conversa (com o médico), numa situação onde a transferência esteja presente.

teorias sexuais das crianças. Onde falamos de teoria, ele usa *metapsicologia*. E mesmo aí, os procedimentos que usa são comparáveis aos dos filósofos que constroem *ficções lógicas* para resolver problemas obscuros.

Depois dele, a orientação da análise foi falseada muitas vezes. Os analistas freqüentemente privilegiaram o lado *real* na teoria e negligenciaram o mundo da fantasia e do imaginário, que no entanto é um meio pelo qual se desenvolve o discurso do neurótico e o domínio onde o psicótico é ainda incapaz de entrar. Assim, acentuou-se a separação entre a teoria e a prática. Criou-se uma espécie de bipolaridade dentro da teoria analítica que, por um lado, se abre para um saber adquirido que se rege segundo o esquema do desenvolvimento, da estrutura, das reflexões sobre a linguagem e, por outro, se abre para um outro tipo de saber nascido do trajeto singular de um analista e seu paciente. A relação entre estas duas formas de saber, sua tradução em uma linguagem não unívoca, constitui precisamente uma das maiores dificuldades que a análise encontra para a teorização de uma prática.

Para tentar captar o que pode ainda hoje parecer revolucionário no percurso freudiano, eu me apoiarei nas notas manuscritas originais estabelecidas por ocasião de três entrevistas de Octave Mannoni com Jacques Lacan, em 1966³.

Como os trabalhos franceses de 1956 (centenário de Freud) salientaram o *achamento* sofrido pela descoberta freudiana, Octave Mannoni se pergunta, dez anos mais tarde, se a culpa está na falta de rigor ou no desgaste causado pelas resistências que Freud sempre encontrou? Ou se trata de um retorno, no meio da própria psicanálise, de concepções pré-freudianas evolucionistas, behavioristas, pedagógicas? E como manter ainda, sob esta cobertura enganosa, a agudeza da descoberta freudiana? Como desembaraçar o que há de verdade na descoberta freudiana, sob os elementos científicos ou pseudocientíficos que envelheceram mais rápido que ela?

Não haveria algo como três degraus na maneira pela qual se pode voltar a Freud (ou, mais exatamente, três degraus na maneira que Lacan parte de Freud)?

Nos anos do pós guerra, responde-lhe Lacan sobre este ponto, a ignorância dos analistas era grande — ignorância não somente sobre os conceitos maiores da teoria, mas também sobre a maneira como a

3. *Três entrevistas Octave Mannoni/Jacques lacan*: notas manuscritas de um trabalho incompleto, não publicado.

psicanálise nasceu, a maneira como se separou as práticas que a precederam. Foi esta carência que o levou a propor primeiro uma releitura de Freud, afastando-se do ensino dos Institutos de Psicanálise que pareciam preocupados sobretudo em oferecer aos analistas em formação cursos de técnica analítica, a partir de uma experiência comum — Freud, num tal contexto vinha como recurso, mas os textos freudianos não pareciam precisar de nenhum aprofundamento. A palavra de ordem inicial — de uma certa maneira, continuar a experiência — não constituía propriamente um retorno a Freud, mas sim um esforço para fazer Freud entrar no quadro da psicologia geral (o que era particularmente verdade para o Instituto de Nova York).

A prática da análise, prossegue Lacan só institui uma experiência definida pelo que podemos chamar de *um campo restrito* que é a condição para toda possibilidade de experiência. Nenhuma experiência é possível num sistema plenamente aberto, pela razão de que passa a ser impossível controlar o que entra e o que sai.

Uma primeira tomada de posição foi portanto efetuada por Lacan a partir daí. Ele afirma que a psicanálise pertence a um outro registro, diferente de tudo o que até agora se pôde etiquetar com o título de psicologia. O termo de retorno a Freud constitui assim para ele, um primeiro passo na direção a uma definição propriamente epistemológica da psicanálise, ao delimitar um certo campo de experiência.

Fica a questão de saber, a partir daí, se os princípios da experiência analítica permitem entrever que um campo definível como ciência se constitua.

Um retorno a Freud significaria uma definição da psicanálise. E Lacan salienta que se os analistas querem falar de alguma coisa de preciso em seu campo, são obrigados a se apoiar nos textos originais de Freud, pois ninguém (em 1966) tinha encontrado o meio de dar seqüência ao que já fora enunciado por Freud. Ao se olhar as coisas de perto percebeu-se que em certos momentos Freud foi levado a colocar limites, e mesmo a excluir os que pretendiam se autorizar dele. Muito se escreveu sobre a dificuldade das relações de Freud com seus discípulos. Hoje nós conhecemos os dramas, os suicídios e as rupturas que permeavam a vida profissional de Freud. O que percebemos muito menos é a exigência ética de Freud no que concerne a uma certa coerência do discurso. Esta exigência foi o que levou Freud a se separar de Jung, seduzido pela propaganda, mas cujo discurso sustentado torna-se, por natureza, radicalmente diferente do de Freud (o aparelho estrutural com o qual ele constitui a experiência).

Segundo Lacan, o que Freud tenta definir como campo da experiência analítica é alguma coisa que torna este campo solidário da estrutura, na medida em que dominam aí os efeitos da linguagem. Em relação com estas estruturas de linguagem ordenam-se os efeitos com os quais lidamos quanto ao que constitui a consistência do que se chama uma neurose, e mesmo o que constitui a consistência de uma psicose ou de uma perversão — quando podemos abordá-la como psicanalista. Há homogeneidade entre os efeitos de linguagem, tomados em seu mais amplo sentido, e os efeitos cujas marcas podemos registrar no campo da experiência que definimos na psicanálise, ao nível do que se pode chamar de aplicação da psicanálise ao estudo de uma neurose, de uma perversão ou de uma psicose. A questão que Freud coloca através de uma linguagem, continua Lacan, é: o que verdadeiramente acontece com o *sujeito*, se tentamos definir o sujeito na sua dependência da linguagem? Aí está a descoberta de Freud, insiste Lacan: é que a linguagem comporta efeitos que vão bem mais longe do que se imagina de uma economia que carrega um outro peso que não somente o verbal.

Lacan esclarece que o desejo remete a uma infiltração de um certo número de efeitos econômicos na linguagem, até então designados pelo nome de afeto ou de sintoma. A originalidade do inconsciente, tal como foi definido por Freud, destaca-se sobre o que até então tinha sido enunciado. Longe de ser uma função arcaica próxima do orgânico, é algo que, pelo contrário, predomina sobre o que até então só tinha sido elaborado por receber a denominação “pensamento”, numa doutrina que fazia da linguagem alguma coisa destinada a ser o reflexo mais ou menos bem adaptado de certas funções superiores. Ao contrário, marca Lacan, é a linguagem que, por sua estrutura, remaneja o que se chama de *trama psicológica*. São as incidências diretas ou indiretas dos efeitos da linguagem que nos ocupam na ordem dos fatos analíticos.

O retorno a Freud, insiste ele, não significa de forma nenhuma que se atribua uma espécie de solidariedade ao que ele disse, mas consiste em mostrar a única porta pela qual se lhe poderia dar uma seqüência normal, na falta da qual acaba-se por aderir de maneira supersticiosa ao texto freudiano⁴.

É por se perceber do que estes textos comportam de inaugural que se pode distanciar deles. *O retorno a Freud é a condição para sair dele*. O que não foi feito por ninguém, acrescenta Lacan, a não ser fora do campo analítico.

4. Entenda-se, pode-se aderir da mesma forma supersticiosa a qualquer texto — mesmo ao de Lacan.

Ao longo da segunda entrevista, Octave Mannoni interroga Lacan sobre o texto intitulado *Sobre nossos antecedentes*, que precede o *discurso de Roma* de 1953, nos *Escritos*. Ele lembra a Lacan que este discurso, considerado por muitos como uma virada, coincide com o início de uma atividade de ensino. Os postulados deste discurso já não tinham sido formulados nos antecedentes? A maneira de tratar e separar o *Imaginário* naquele texto já implicava, com efeito, que ele se opunha ao *Real* e ao *Simbólico*.

É claro, responde Lacan, que o *Discurso de Roma* não é uma virada. É a formalização de alguma coisa que já estava anunciada por dois anos de seminário, na rua de Lille. *Além do princípio de realidade*⁵ é um texto que permanece porque testemunha uma certa orientação. Neste texto, continua Lacan, há um esforço para se ficar no nível da experiência, do que se passa na sessão analítica. No meio médico da época acreditava-se que era preciso retraduzir o que se passava na sessão. Procurava-se conduzir o que se passava à noção de troca, o que implicava uma noção de diálogo. *Além do princípio de realidade* ou *A propósito da causalidade psíquica* só encontram seu verdadeiro valor se forem tomados a partir do último ponto que consegue exprimir “quando o conjunto de orelhas do auditório” lhe permite chegar a um certo ponto. Ele insiste que é sempre a partir do último ponto do que ensina que se deve interrogá-lo sobre o que significou para ele a passagem de uma etapa a outra. Não há, forçosamente, um pendor contínuo. “É preciso que cada coisa venha a seu tempo”⁶.

Voltemos ao *Discurso de Roma* de setembro de 1952⁷. Octave Mannoni lembra que é o texto inaugural do ensino de Lacan e corresponde também à primeira manifestação da Sociedade francesa de Psicanálise, que acaba de ser fundada. Quando, dez anos mais tarde, em circunstâncias comparáveis, Lacan foi levado a fundar a Escola Freudiana, ele o fez começando por estas palavras: “Só, como sempre estive”. De fato, pelo *Discurso de Roma* Lacan estabelecia os princípios de uma teoria que o afastou de todos. Algumas de suas tomadas de posição, que podia surpreender em 1952, rapidamente se tornaram lugar comum, como por exemplo, a crítica às atitudes behavioristas ou neurologizantes. Outras, ao contrário tiveram sua importância reveladas aos poucos, tal como a distinção entre *Imaginário*, *Simbólico* e *Real*. Porém contesta Octave Mannoni: “restam ainda as questões que continuam abertas à

5. Cf. J. Lacan, *Écrits*, Seuil, 1966, pp. 237-323.

6. Em dado momento, Lacan declara ter esgotado seus esforços de “ação civilizadora” dentro do auditório médico (e acrescenta: ação perfeitamente realizada por Ey que transformou a orelha médica no meio psiquiátrico).

7. J. Lacan, *Écrits*, Seuil, 1966, pp. 237-323.

sua pesquisa, elas continuam e continuarão a ser objeto de seu ensino, como a do sujeito em sua oposição ao ego ou ao indivíduo e a da *lógica subjetiva*". Parece-lhe que o essencial das entrevistas repousa na análise da relação do sujeito com o discurso, e da relação do sujeito do desejo com a palavra — tanto a sua própria, como a do Outro. Mas, em vista da autonomia do discurso — e do risco de alienação que esta autonomia faz correr ao sujeito do desejo no mundo moderno — ao manter "Os conflitos simbólicos e as fixações imaginárias", Mannoni se pergunta se não é o advento deste desejo que está em jogo numa análise?

Em sua resposta, Lacan insiste sobre a *posição original do discurso*. É isto, diz ele, que releva a segundo plano os problemas da intersubjetividade. Estes problemas existem, mas o que importa, em primeiro lugar, é o problema da constituição do sujeito em referência a um certo discurso, que já está lá. Lacan insiste sobre o fato de que no começo de seu ensino, por uma questão de método, pareceu-lhe necessário afastar-se do ponto de vista behaviorista e neurologizante. Parecia-lhe importante marcar primeiro alguns pontos cardeais, como a distinção entre *Imaginário, Simbólico e Real*, a zelar pela coerência de um discurso, evitando abaixar o tom.

Mas, no decurso dessas entrevistas, Lacan esclarece também que o *estádio do espelho* já não o interessa há muito tempo. Menciona entretanto as questões que continuam em pé, a partir desse trabalho:

— *Como se articula a função narcísica na economia pulsional?*

— *Quais são suas relações específicas com o que se manifesta na concepção analítica como pulsão escoptofílica?*

— *Trata-se de uma relação totalmente radical, ou aquilo sobre o qual se instaura esta dimensão de desconhecimento é algo que não se baseia unicamente sobre a pulsão escoptofílica? Eis um problema que não resolve.*

De fato, é difícil fazer coincidir o mundo da pulsão com o mundo do desejo. Mas, lembra Lacan, na pulsão há dominância de uma constância energética. Por esta razão ele vai evocar, a propósito da pulsão, a noção matemática, a imagem de uma função limite, como algo que permite definir o que pode ser esta constância. Pois a constante energética é uma metáfora, diz ele. E a referência a uma função limite não o é. Ele se esforça para esclarecer a relação do desejo e da pulsão por um enfoque teórico no qual tenta defini-la topologicamente como efeito de significante, situando o fantasma impossível de ser excluída da própria função de pulsão. O que o preocupa é poder encontrar no fantasma a junção entre a definição e o desejo (como função metonímica) e, de outro lado, a pulsão como determinante de um certo trajeto, um

certo enfoque definível em termos de *sujeito*, a partir do momento em que o sujeito é descentrado, em que há um sujeito inconsciente. Estabelece-se algo, continua Lacan, que permite entrever a fórmula que se pode deduzir do desejo, com a dinâmica subjetiva em torno do fantasma. Sendo que o acompanhamento pulsional é determinado por um certo trajeto na estrutura da pulsão. “A junção entre o desejo e a pulsão não está completa”, conclui ele.

Octave Mannoni responde que está confuso quanto à maneira do sujeito, que é sujeito do desejo e sujeito da palavra, se situar em relação ao discurso. De um lado, há o sujeito do desejo que tenta se alojar no discurso.

Lacan lhe responde que é aí que está o interesse do diálogo “sob a condição de não se tomar o que vou dizer como fórmulas definitivas”. O discurso da ciência é a-subjetivo. Não é de forma alguma impessoal. Mas também há um sujeito no discurso da ciência, simplesmente porque o conjunto de fórmulas da ciência tem necessidade absoluta de ser apresentado num discurso, mesmo que tudo tenha sido formulado por meio do que se tentou dar efetivamente numa fórmula, que pretende ser fórmula fundamental da economia do universo, a constante universal.

Em seguida Lacan introduz uma retificação em relação ao sujeito do desejo e sua relação ao discurso. Segundo ele, deve-se considerar não o sujeito do desejo, mas o sujeito enquanto falha pela própria natureza, um vazio do sujeito. Deve-se conceber em seguida o que se produz ao nível do sujeito, quanto ao que seria o uso mais qualificado do termo “desejo”, contudo quanto tem de inseparável de um discurso que o anuncia e o sugere. É notável, observa ele, que este termo tenha vindo se alojar num vocábulo, *desiderium*, originalmente empregado para designar o lamento. É justamente esta divisão que o termo de lamento evoca. É irreversível.

O que se estabelece num discurso? Não é o caso, interroga-se Lacan, de dar atenção a este algo que resta, que sofre o que se pode chamar de efeitos de discurso, e não qualquer efeito? Em suma, tratar-se-ia de chegar a conservar apenas uma pequena parte do que o discurso existente nos oferece (as proposições enquanto são esta e aquela)... Mas, acrescenta sobre este ponto, “não posso dizer mais por enquanto”.

Retoma: é ao nível da charada que podemos dizer alguma coisa de coerente sobre o que é o sujeito. “O inconsciente não é sem sujeito. Eis o que se pode dizer”.

Pois o sujeito comporta este impasse: que o pensamento não está lá onde se acredita que esteja. “É ao nível do inconsciente que isso pensa. Eu não pensa”. Quer dizer, eu desconheço. Fica barrado para mim o acesso ao pensamento mais essencial, que se chama inconsciente. É porque este acesso está barrado para mim que não posso dizer: o sujeito do inconsciente. Mas que, por outro lado, posso dizer que o inconsciente não é sem sujeito. Nestas condições, não é apropriado falar de sujeito do desejo. O problema é saber quem ocupa seu lugar, quem se apresenta como uma permanência absoluta na estrutura.

As entrevistas entre Octave Mannoni e Jacques Lacan, iniciadas em 1966 com a idéia de escrever um “Lacan por si próprio”, foram interrompidas. Adiado, o projeto de publicação não se realizou. Num intento pedagógico, Octave Mannoni desejava dar conta do percurso de um pensamento. Quanto a Lacan, estava preocupado por questões que “trabalhavam” seu espírito e para as quais não tinha ainda nenhuma solução em vista. Expor “claramente” sua doutrina naquele momento de sua vida seria trair uma trajetória preocupada antes de tudo em manter as questões em aberto. Nenhum texto é definitivo, dizia ele, todo trabalho comporta suas falhas e seus erros. Lacan, partindo da experiência e voltando a Freud, quis situar primeiro, por uma questão metodológica um campo onde “construções” freudianas (perdas de vista ao longo dos anos) pudessem de novo servir de trampolim para as interrogações surgidas da clínica. E mostrar, assim, que Freud se antecipa entre o sem sentido dos trocadilhos e a fantasia dialética dos sintomas. Assim a psicanálise capta o que escapa ao sujeito e que nem sempre a teoria consegue dar conta, ou ainda, nas vezes que o consegue trazendo a experiência que a sustenta (como foi algumas vezes o caso de Freud).

A origem da ambiguidade da psicanálise reside nisso: onde situar o fenômeno de consciência⁸? Pois uma tela esconde a verdade, e o homem se encontra prisioneiro de um movimento que o priva da verdade. É por isso que nenhuma análise comportamental poderia dar acesso ao Édipo, pois o *ego* não dá acesso ao que o estrutura, e é apesar dele que a verdade transparece.

Não é do *ego* que partem os sinais decifráveis em análise, mas do inconsciente. A função imaginária do *ego*, descrita e criticada por

8. Cf. J. B. Pontalis, “Freud aujourd’hui”, in *Les Temps modernes*, maio-junho, 1956.

Lacan, mereceu destaque em um momento da história da psicanálise em que os psicanalistas dotavam o *ego* de um poder de síntese. Lacan revelou seu modo de constituição, feito de chamadas sucessivas de identificações, com seus efeitos de fragilidade e de engano. Assim também, não é função de uma análise conduzir a um *reforço do ego* mas, ao contrário, à sua *decomposição imaginária* (decomposição que se abre para a fragmentação do objeto e da imagem do corpo, tão admiravelmente enfocada por Melanie Klein). Da mesma forma, sob esse ponto de vista, o *Narcisismo* não deve ser considerado um estágio, e sim um estado (como Freud demonstrou magistralmente a propósito da paixão amorosa, mostrando em especial que a escolha amorosa pode se fundar sobre uma imagem parcial de si). Como, enfim, distinguir o *ego* do *ideal do ego*? Questões que desembocaram em tantas certezas, Lacan as transforma em interrogações novas.

Freud tinha evitado ligar a transmissão da análise a regras técnicas. A *radicalização* de sua posição visava subtrair a análise de toda aplicação da psicologia. É a esta radicalização que Lacan, por seu turno, reconduziu os analistas, para que compreendessem o que deveriam questionar na condução de um tratamento, de forma que se manifestassem à escuta da singularidade de uma palavra e uma linguagem, assim como das estruturas simbólicas às quais um sujeito se prende, levando-se em conta a participação ou não do paciente no drama neurótico (ou psicótico), e cuja origem às vezes retoma à terceira geração.

O doente fala, mas quem, por vezes, fala através dele? O doente se escuta, mas não se compreende. Com quem fala, então, quando se dirige ao analista? Como decifrar os idiomas jamais compreendidos e transformá-los numa linguagem que possa restabelecer as condições de uma comunicação?

Em análise há apenas o verbal, e isso é evidente. Mas como nos separarmos da magia? E como passar do impasse da neurose à sua abertura em criação? Como, enfim, responder às questões do paciente (quem sou eu? o que sou eu? onde está minha verdade?) sem cair na nostalgia religiosa? Pois a verdade em questão não se encontra nem no paciente, nem no analista, mas é muito mais o que cabe ao paciente conquistar, uma verdade que o revela a si mesmo (onde é o lugar do sujeito que é questionado).

Houve um tempo que Lacan, em seu ensino, enfatizou a divisão do sujeito e a importância do bilingüismo. O analista deve aprender a falar a língua de seu paciente, mas acontece que quando acredita estar falando ao paciente, está, na verdade, sustentando um discurso para

seus pares ou seus detratores. Em tal caso, o paciente corre o risco de se tornar o sacrificado da psicanálise e da comunidade analítica (como vimos com o *Homem dos Lobos*⁹).

No fim de sua vida, Lacan desejou apagar esse bilingüismo, e deixou-se fascinar por fórmulas de uma língua lógica que se aproximava dos ideais da ciência. Com o matema, os analistas escorregaram para um simbolismo logicista¹⁰ que dava um ar de cientificidade à sua teoria. Os alunos esqueceram-se então que um ensino de psicanálise deve brotar do discurso do histérico. Ao esquecer isto, parece que o saber corre o risco de ser assimilado a um poder que garante o enquadramento da Instituição analítica. Promovem-se então estruturas infalíveis enunciadas numa linguagem unívoca. Com esta distorção existe o risco de abandonar a análise e se encontrar do lado do comportamentalismo. Com efeito, um tal procedimento se aproxima mais dos pesquisadores de Palo Alto do que de Lacan na época em que retornou à experiência, ao mesmo tempo em que se colocava questões e suportava não poder resolvê-las.

Persiste até hoje, ademais, o sonho de chegar a construir uma teoria analítica que daria conta das contribuições de Freud e de Lacan, mas também de Bateson, o que levaria a confundir a linguagem e a comunicação. Temo que um sonho deste constitua sobretudo um meio de sair da psicanálise... e de voltar à psicologia.

Há, com efeito, comunicação quando o emissor transmite ao receptor um elemento de conhecimento perfeitamente definido, por exemplo, quando o primeiro transmite seu número de telefone a quem o pergunta. A comunicação que pode ser assegurada por meios materiais, pode portanto ser *perfeita*, no sentido de que não se espera dela nada a mais. Mas, se as trocas verbais podem também se reduzir à comunicação (“Você é cidadão francês? — Sim.”), podem também ser de uma outra natureza (e geralmente são). A subjetividade se mescla à informação. Ora, a técnica da comunicação desejaria eliminar o *que há a mais na linguagem*. Entretanto, se um subordinado envia uma carta de queixas às instâncias administrativas, e manifesta os inconvenientes que resultam de uma medida anunciada, o sentimento de frustração que daí resulta, o direito subjetivo que sente de ser tratado melhor, seu desprezo por um serviço que toma tais medidas etc... já não estamos no quadro da comunicação, mas no da expressão. Exemplo que mostra que a mesma linguagem pode ser empregada para a informação e para a expressão.

9. Ver pp. 56-58 deste livro.

10. Cf. Elisabeth Roudinesco, *Pour une Politique de l'Analyse*, Maspero, 1977, pp. 111-114.

É certo que existe uma linguagem artificialmente informativa que elimina a possibilidade de expressão. Se escuto a “Hora Certa”, ela me informa. Se isto me leva a dizer: “Como é tarde meu Deus!”, ela é indiferente à minha expressão. Pois, se é preciso um código para que haja linguagem, nem por isso é necessário que este código seja imputado a dois sujeitos (emissor e receptor). Os poetas sempre souberam disto, eles que, quando não podem resistir ao desejo de ler seus poemas ao primeiro que aparecer, lêem-nos ao outro que é a sombra deles mesmos. Pois para lê-los ao Outro, poderiam bem estar sozinhos.

Quando se trata de linguagem portanto, a noção científica de comunicação está cheia de armadilhas que não esperamos desmontar aqui. O modelo poderia ser o jogo de xadrez, onde cada jogador está diante de um tabuleiro e vê o que há sobre o tabuleiro do outro. Cada jogada é imputada alternativamente a um e a outro jogador: é por isso que há uma partida e um ganhador. Mas os jogadores não comunicam nada do invisível que está sobre o tabuleiro (as combinações que planejam). Há então um *texto* posto diante do leitor, sem outra comunicação que a do texto, mesmo que isto constitua também um dado quanto à forma da troca. É esta a leitura que interessa ao analista, decifrador de hieróglifos, jogador em seus momentos, e aberto ao imprevisto.

Anthony Wilden acreditou ver no movimento de Palo Alto uma espécie de convergência com as posições de Lacan¹¹. Segundo ele, os teóricos da comunicação deveriam estar prontos para interpretar seu material na perspectiva lacaniana das categorias do significante, do simbólico, do imaginário e do real. É precisamente em torno deste eixo (ou de sua ausência) que se ordena aquilo que separa a pesquisa americana da francesa. Pois o emprego das mesmas referências lógico-matemáticas (Frege, Boole, Godel, Russel etc) levaram, nos U.S.A., a um percurso diferente do francês. Para os autores anglo-saxões, a lógica se situa no nível da palavra dita, e a linguagem, reduzida à comunicação, é considerada uma variedade de comportamento. Eles postulam a existência de um código não formulado que permitiria à comunicação funcionar como um cálculo onde as regras seriam observadas em toda comunicação bem sucedida, e transgredidas em toda comunicação perturbada. A partir disso, supõem que uma ordem análoga ao nível estrutural da lógica domina a consciência humana e determina o conhecimento que o homem adquire de seu universo. Nesta perspectiva, neurose e psicose são concebidas como efeitos de situações criadas por uma contradição lógica do discurso na qual o sujeito se encontra. A resposta “extravagante” é

11. Cf. Maud Mannoni, *Le psychiatre, son “fou” et la psychanalyse*, Seuil, 1970, pp. 177-185.

assim estudada como reação a um *contexto* "comunicacional" insustentável para o sujeito. A análise da situação passa a ser antes de tudo análise de um *sistema* de paradoxos. A terapia, concebida como estratégia, tem por objetivo a criação de novos paradoxos, como por exemplo, "prescrever o sintoma".

A fragilidade desta teoria (aliás, muito interessante) repousa na concepção de linguagem que estes autores têm. Ao privilegiarem de início o comportamento, do qual a linguagem seria um dos aspectos, eles perdem o que está em jogo no discurso. De onde resulta que sua pesquisa se oriente pelas *regras* da comunicação, num registro que não leva em conta a função simbólica inerente a qualquer discurso. O sistema lógico utilizado pelo grupo de Palo Alto funciona ao nível de uma realidade perceptiva (as palavras ditas) que não remete a nenhum não-dito; em nenhum momento se interroga o discurso presente no inconsciente. O método experimental utilizado conduz a uma simplificação redutora nos desenvolvimentos teóricos, o que não deixa de ser perigoso. Ao acentuar o paradoxo unicamente a nível consciente, corre-se o risco de desconhecer a importância do corte que separa o discurso consciente do discurso inconsciente.

Lacan, ao contrário, estudou a linguagem dentro da relação do sujeito com o significante. Ele desenvolveu uma lógica do significante que se articula na teoria do desejo: ao estudar o discurso inconsciente que duplica o discurso consciente, ele acentuou, por exemplo, o papel desempenhado pela alternância da presença e ausência no mundo da criança, e o fato de que o objeto é um objeto que falta. Nesta perspectiva o discurso só pode se articular porque existem brechas a serem preenchidas: ele está ligado à falta.

Preocupada unicamente com os dados de uma realidade experimental, a teoria anglo-saxônica oscila entre a referência a critérios lógicos e o recurso à enquete psico-sociológica¹². Ela privilegia a ordem que chamamos de Imaginário e desconhece a verdade que se desprende do Simbólico. O mérito de todos estes trabalhos está, sem dúvida, em que libertam a psiquiatria de uma classificação de tipo botânico, mas com

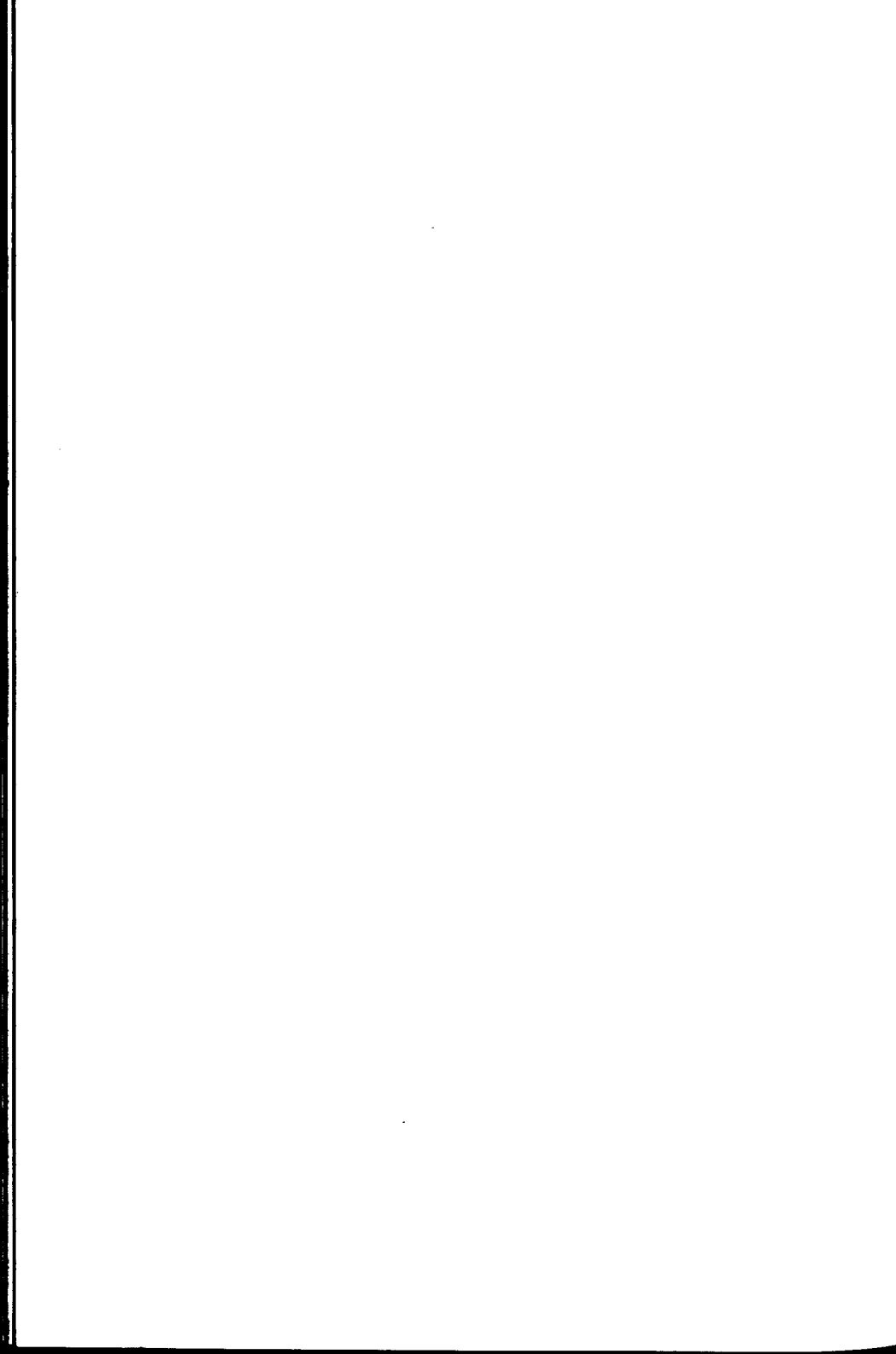
12. Cf. G. Bateson, D. Jackson, J. Haley, J. Weakland, "Toward a Theory of Schizophrenia", in *Behavioral Science*, I, 1956.
T. Lidz, S. Fleck, A. R. Cornelison, *Schizophrenia and the Family*, New York, Int. Univ. Press, 1966.
Pierre Fedida, "Psychose et Parenté", in *Critique*, outubro de 1968. Primeiro estudo em língua francesa consagrado a estas questões.

o risco de substituí-la simplesmente por uma outra forma de classificação ou ideologia.

Para nós, trata-se menos do comportamento do psicótico ou do neurótico que de sua palavra. A *Traumdeutung*, como lembrou Lacan, decifra o inconsciente como uma linguagem e, na época em que ainda reinava a “filologia”, Freud antecipou-se à lingüística de Saussure para produzir uma teoria do inconsciente. Se, num dado momento, concebeu-se o inconsciente como o reservatório de pulsões e de instintos, isso foi feito com o objetivo que se revelou estéril — de fazer a ligação da biologia com a psicologia. Mas, de fato, trata-se do *sujeito* da palavra. Se isto está mascarado no neurótico ou no homem normal pelo controle do *ego*, mostra-se no entanto diretamente no psicótico.

Sobre estas bases teóricas, que não vamos desenvolver aqui, mostramos em outro lugar que não se pode isolar o sintoma da criança doente de seu discurso, e tampouco do discurso que o constitui, essencialmente o discurso dos pais. Com efeito, o sintoma da criança vem cobrir, no discurso familiar, o vazio criado por uma verdade que não é dita. Desta forma, o sintoma é necessário aos que têm que se proteger contra o saber da verdade em questão. Ao querer tratar o sintoma, é a criança que se rejeita. Constatações que valem também, para a análise de adultos e, em particular, para a abordagem das psicoses (sistematicamente desconhecidas entretanto).

São estas questões, surgidas da *experiência analítica*, que retomaremos a propósito da psicanálise de crianças, procurando sublinhar o que faz sua especificidade.



Capítulo 4

Psicanálise de crianças

Mesmo tendo consagrado um livro à psicanálise de crianças, 1967¹, parece-me útil salientar hoje alguns aspectos de questões pouco abordadas naquela época. Vou também tentar lembrar aqui os conceitos que fundam uma certa orientação da psicanálise de crianças, destacar sua especificidade (ainda que seja exato afirmar, como fiz na época, que “a psicanálise de crianças é a psicanálise”), e colocar, enfim, o problema da psicanálise em instituição, o problema político da organização e o das estruturas de “atendimento” em psiquiatria infantil.

I. Recordação de alguns conceitos teóricos

a) A noção de adaptação

Desde o início², Freud avaliou a violência das oposições suscitadas por sua descoberta e também a tendência de alguns discípulos (dissidentes, dentro em breve) de lisonjear as resistências do público, aderindo a elas.

Assim, antes que tivesse surgido a ênfase no ego, nos Estados Unidos, Karen Horney já tinha sugerido que o objetivo terapêutico deveria ser a adaptação do sujeito a seu meio. A preocupação de adaptação ao social com certeza não esteve alheia ao desenvolvimento de uma antropologia cultural, conhecida como *culturalismo*. Ainda que um paciente, perturbado pela passagem de uma cultura a outra, pudesse se beneficiar dos cuidados de Karen Horney, tais casos estavam longe

1. Maud Mannoni, *L'enfant, sa "maladie" et les autres*, Seuil, 1967.

2. Cf. Octave Mannoni, “The future of a disillusion”, in *Freud*, Pantheon Books, 1971, pp. 160-193.

de esgotar o leque de possibilidades da psicopatologia. A orientação de sua teoria, vizinha da de Freud e sedutora em muitos aspectos, não possibilitava entretanto a abordagem de casos graves, tanto no campo das neuroses como a propósito de crises esquizofrênicas. Mas esse interesse em “adaptar a criança a seu meio” continuou sendo um dos critérios evocados em psicanálise de crianças, o que leva os analistas ao risco de não poderem mais se interrogar sobre as defesas “sadias” que uma criança aciona para se opor ao intolerável de uma situação que lhe é imposta.

Com as formulações de Hartmann, Kris e Loewenstein, passou-se além das inovações de Karen Horney. Para eles, o objetivo do desenvolvimento psíquico não é outro senão a adaptação à realidade, que se torna de fato um critério de saúde mental. Hartmann postulou dois tipos de adaptação: uma que supõe uma autonomia primária do ego quanto às pulsões, e outra, chamada de autonomia secundária, que deve permitir a adaptação a toda situação nova em que o sujeito se encontre. Esta segunda forma é também chamada de *posição de objetividade*.

Hartmann sublinhou contudo o valor de um certo movimento de “retirada da realidade”, por onde o sujeito tenta elaborar uma dimensão simbólica (linguagem, matemática) que lhe permita ter domínio da situação na qual se encontra. Mas este desenvolvimento teórico leva à anulação do alcance das hipóteses de partida enunciadas por Hartmann (que não escondeu que sua teoria o conduziu a algumas contradições).

De fato, reencontramos nesta “psicologia do ego” (que, segundo Hartmann, poderia se tornar psicanalítica) as influências da biologia (adaptação ao meio), da psicologia (com a noção de síntese da pessoa), da moral e da religião (responsabilidade por suas faltas). Tudo isto apesar de Freud ter criticado, em 1930³, a tendência a amalgamar as perspectivas da psicanálise com as das outras ciências humanas, pois via nisso uma prova de falta de julgamento.

b) A relação de objeto

O *princípio de prazer* (processo primário), desenvolvido por Freud na Metapsicologia, foi mais tarde questionado por analistas que lhe opuseram a existência de uma relação de objeto na *realidade* (numa perspectiva biológica). Opondo a *observação* à análise, estes analistas

3. Cf. S. Freud, *S. E.*, XXI, p. 225.

explicaram que o sujeito humano era menos determinado por sua atração por sensações agradáveis que por seu apego (e/ou hostilidade) aos “objetos”. Ora, para Freud é a separação que causa o desprazer (o sujeito se mantém no princípio de prazer quando a separação é ressentida como catastrófica), e é ela que tem que ser dominada pelo sujeito (pela simbolização) para ter acesso ao princípio de realidade e aceitá-lo. em Além do Princípio de Prazer⁴, como se sabe, Freud mostrou como a criança faz a aprendizagem deste domínio simbólico (pontuado pelas palavras: “fort” — “da”) e insistiu que a solução não está no lado da gratificação, que mantém o sujeito no registro do princípio de prazer e não conduz a mais do que a uma forma de retardamento e bloqueio. Ao contrário, ele mostrou que o importante é a ausência, que está na origem do desenvolvimento do pensamento simbólico e conduz ao princípio de realidade. A realidade a se dominar, do ponto de vista de Freud, é muito mais a ausência do objeto.

Se a gratificação e sedução não têm lugar na condução de um tratamento de criança — mesmo muito doente — é porque, longe de liberar o sujeito (encadeado por sua neurose ou alienado em sua psicose), seu uso o condena a permanecer no nível da dependência, na transferência, a mesma dependência na qual a “doença” o aprisionou. A chave para que o sujeito saia desta “estagnação” não lhe pode ser dada se o analista confunde frustração, privação e castração⁵, deixando-se guiar por um ponto de vista hedonista (busca da satisfação e mais nada), onde Freud teria acentuado os efeitos “formadores” da castração simbólica.

Estas questões foram retomadas em seguida por Winnicott. Mesmo que ele dê, algumas vezes, uma interpretação teoricamente biologizante, seu senso clínico seguro o levou a inventar o conceito de objeto transicional (equivalente ao “da” pronunciado pela criança que Freud observou), objeto que faz parte do pré-simbólico, mas que é quase uma linguagem (o que pode escapar aos que confundem linguagem e comunicação).

Por outro lado, diferente de muitos analistas, Winnicott levou em conta a importância decisiva que Freud tinha dado à fantasia. Como

4. Cf. S. Freud, Essais de Psychanalyse, Payot, pp. 41-115.

5. Lembremos que o núcleo da frustração é um prejuízo imaginário (é o domínio das exigências que não podem ser satisfeitas), enquanto que a privação se refere a uma carência real, o objeto da privação é um objeto simbólico (pois um objeto só pode estar faltando no lugar em que deveria estar). Quanto à castração, está ligada à ordem da Lei. Seu objeto é imaginário (o fálus), mas a castração se situa no nível da dívida simbólica. Freud a situava no centro da crise edípica formadora. (Cf. Séminaire, Lacan 1956-1957)

F = MA REAL / OBJE... / MAE SIMB
P = " SIMB / ... / P 60
C = MA ... / SIMB / P

indica O. Mannoni, “para que um espaço para a fantasia seja possível, o princípio de realidade deve fazer uma concessão e abrir uma exceção em favor do princípio de prazer”⁶. Em outro lugar, Freud explicou como o neurótico (por pouco artístico que seja) consegue, com seus dons, transformar as fantasias numa nova “realidade”. Enfim, como tinha indicado sobre o psicótico, “o mundo fantasmático... representa o armazém onde se pega a matéria ou os modelos para a construção de uma nova realidade. Mas o novo mundo externo fantasmático da psicose quer tomar o lugar da realidade externa”⁷. A questão que Freud coloca não diz respeito simplesmente à perda de realidade, mas também à possibilidade de criar substitutos imaginários a uma realidade insatisfatória (graças a esta reserva de fantasia). Pois esta forma de uso do imaginário (que só com desgastes pode tomar o lugar da realidade externa) é uma dificuldade que encontramos na psicose.

Vemos que Freud concede uma possibilidade de recreação para “escapar” ao jugo da realidade⁸. Mas, para Winnicott, é o próprio terreno do jogo que constitui nossa realidade⁹. É por isso que designa um lugar¹⁰ para o jogo (e para a experiência cultural), ao recorrer à noção de *espaço potencial* que situa entre a mãe e seu bebê, entre o objetivo e o subjetivo, entre o sujeito e o meio. Pois, se faltou à criança o jogo e o contrajogo da mãe, é toda a sua relação ao verdadeiro que será falseada ulteriormente. Isto acarretará com efeito a perda da vida criativa e suscitará um tipo de sofrimento¹¹ que se encontra na psicose e, sob outra forma, nas condutas anti-sociais¹². Enquanto que Freud não designou o lugar onde situar a experiência cultural (um lugar que, para Winnicott não está nem na realidade psíquica, nem na realidade externa), Winnicott explica a importância para a criança de poder passar pelas diferentes etapas de relação com o objeto: primeiro o sujeito está ligado ao objeto; depois ele destrói o objeto; só depois disso é que pode existir um objeto que sobrevive à destruição pelo sujeito. A experiência de destruição, portanto, vai de par com a fabricação da

6. Octave Mannoni, “La part du jeu”, in *Un commencement qui n'en finit pas*, Seuil, 1980, pp. 121-133.

Cf. Freud, *Ma vie et la psychanalyse*, Gallimard, p. 101.

7. S. Freud, “La perte de la Réalité dans la Névrose et la Psychose”, in *Névrose, Psychose et Perversion*, P. U. F., p. 103. — “Formulations regarding the two principles in mental functioning”, *S. E.*, XII, pp. 213-226.

8. Octave Mannoni, “la part du jeu”, in *l'Arc*, n° 69, p. 41, retomado in *Un commencement que n'en finit pas*, Seuil, 1980.

9. D. W. Winnicott, *Jeu et Réalité*, Gallimard, 1975, prefácio de J. B. Pontalis, p. XIV.

10. *Ibid*, p. 75.

11. *Ibid*, p. 101.

12. Cf. Maud Mannoni, *La théorie comme fiction*, Seuil, 1979, pp. 52-59.

realidade, a partir do momento em que o sujeito pode localizar o objeto destruído fora de si. A partir daí, o sujeito pode utilizar o objeto criado, ou seja, aceder à imaginação.

c) *A análise do Homem dos Ratos*

Da análise do Homem dos Ratos só assinalaremos aqui o que se relaciona com a trama significativa que pode nos guiar na condução de um tratamento, a saber, o *aparelho do destino*, segundo nos é dado ler através dos oráculos e mitos familiares da primeira infância.

De sua “vivência” da primeira infância, o “Homem dos Ratos” só retivera algumas palavras e enunciava clichês sucessivos com uma precisão surpreendente: o discurso do passado não tinha, para ele, nenhuma ligação com sua história presente, incluindo o paciente como sujeito de uma palavra. Pode-se assim notar um movimento duplo nesta análise:

— Por um lado, as palavras escutadas na infância se revelaram constitutivas do meio (como para o Homem dos Lobos);

— Por outro lado, o que pode ser elucidado do aparelho do destino (o papel dos oráculos) mostrou em que medida o discurso atual estava contaminado pela palavra ouvida. Todo esforço de Freud consistiu em impor à consciência do sujeito a palavra “escandalosa” que ela procurava manter fora de si. As palavras ouvidas tinham sido postas de lado, enquanto que o peso do mito familiar era o que dominava a cena. Ora, o que faltou no registro da honra, da verdade, da ordem que regula as alianças tem efeitos bem mais graves que qualquer frustração do real¹³.

Assim, o que o Homem dos Ratos trouxe a Freud dizia menos respeito a queixas relativas à sua infância do que à realidade de um drama familiar que ele designava através de seu sintoma, drama que ele teve que viver como *estrangeiro*, tendo-lhe escapado totalmente a dimensão histórica. É certo que conhecia seus votos de morte e cumpria com exatidão o que o havia marcado, mas *não queria saber de nada*. Dessa forma, a denegação podia seguir a admissão: “isso não me abala nem um pouco”. É que, por momentos, o que dizia lhe era estranho, e a verdade de uma palavra o ameaçava em suas posições de retraimento. Volta a aparecer aqui, que aquilo que no presente substitui os eventos passados é o que reativa o desejo inconsciente e tem efeitos sobre uma conduta que “enlouquece”.

13. J. Lacan, *Écrits*, Seuil, p. 433.

Em psicanálise de crianças, o analista está atento à trama de uma história (feita de palavras, juramentos e oráculos) de três gerações, na qual a criança nasceu. É comum que, assim como o Homem dos Ratos, os pais guardem a lembrança dos eventos acontecidos mas “não vejam a relação” entre esses fatos e o que a criança é levada a repetir. Renegação, repúdio, negação, recalque: é com essas instâncias que um analista tem que lidar. Elas recobrem a variedade dos casos clínicos encontrados, da histeria à psicose, passando pela neurose obsessiva. Mas, se na neurose é o sujeito que elabora seu “mito familiar” na análise, na psicose, pelo contrário, é o analista que propõe uma construção (o mito do qual nasceu o paciente), a partir da qual o sujeito poderá assumir uma palavra (daí a necessidade de estabelecer uma anamnese muito detalhada, que vá bem mais além de uma “informação objetiva”).

Uma vez colocados estes marcos, podemos passar a examinar, sob um ângulo mais pragmático do que técnico, o que entendemos por *especificidade da psicanálise de crianças*.

II. Especificidade da psicanálise de crianças

a) A demanda psi e um certo mal-estar de viver

Em 1965, a pedido de Colette Audry, escrevi um pequeno livro (depois retomado por Denoël) destinado ao grande público: *A Primeira Entrevista com o Psicanalista*. Ao acaso de consultas (particulares ou hospitalares), procurava levar a entender o que os pais, e mesmo a criança, vêm pedir à análise (às vezes confundida com a reeducação ou a psicotécnica). Nele, eu evocava também a história de casais enviados ao analista por um vizinho, um professor ou um médico, casais que não sabem muito bem o que vêm pedir (para si ou para a criança), mas que, uma vez confiantes, põem-se a falar e depois é de maneira diferente o que dizem.

Em tais encontros, o analista fala com as palavras de uso diário, interroga o que está sob a cobertura de uma deficiência instrumental e procura entender o que tenta se exprimir, na criança, além dos problemas caracteriológicos, do fracasso escolar ou de um retardo psicomotor. O que de fato importa ao analista é saber se a criança é criativa, independente, e se mantém boas relações com os companheiros de brincadeiras. A situação que assim se revela provoca a angústia dos pais, com frequência muito preocupados com o futuro, quando é a vida no presente que se encontra suprimida. Mas a criança se defende e fabrica sintomas... Longe de engajar todo esse pequeno mundo no caminho da análise, o analista se contenta em desbloquear, em duas ou três consultas, uma

situação que estava paralizada e em devolver à criança um dinamismo comprometido. Pois um dos sinais de “saúde mental” pode ser a revolta contra uma ordem excessivamente patogênica...

No decorrer dessas duas ou três entrevistas, a atitude do analista vai permitir que alguma coisa apareça como reveladora no discurso sustentado. A partir daí fica a possibilidade de uns e outros se situarem de forma diferente face aos efeitos de verdade que se desprendem de suas proposições. Onde nada pode ser dito, é a conduta “louca” da criança (e/ou de um dos pais) que continua a falar.

A DINÂMICA INCONSCIENTE DA CRIANÇA E SEUS PAIS

Um dia quando interrogava a “dor de cabeça” de uma criança pequena, Françoise Dolto teve a idéia de lhe perguntar onde se localizava sua dor: *Me mostre, onde é que você tem dor de cabeça?*

— *Aqui*, diz ela, mostrando a coxa, perto da virilha.

— *E aí é a cabeça de quem?*

— *De mamãe*¹⁴.

Dolto acrescenta que esta resposta deixou os pais estupefatos... Mas o encontro com o psicanalista permitiu que, ao longo de um número reduzido de sessões, esta criança pudesse deixar de se identificar ao mal-estar existencial de um casal esmagado por uma vida difícil.

A criança é o suporte das tensões inconscientes dos pais e está marcada pelo não dito de tensões e segredos. Assim também, os problemas da primeira infância (com exceção de problemas psicóticos graves) costumam ser apenas uma reação ao clima no qual a criança vive. Quanto aos problemas da segunda infância, podem ser devidos às provações normais do Édipo, mas é por reativarem a angústia de pais impotentes para ajudar seu filho que as dificuldades podem se imobilizar e tomar um ar de inadaptação. A interação das angústias recíprocas cria às vezes um clima de violência verbal, com seus efeitos de perda de confiança em si. Lembremos que, desde antes dos sete anos, uma criança está totalmente informada dos dramas vividos pelos pais, a ponto de tentar, quando as coisas vão mal, se tornar o elemento regulador do casal em dificuldade. E é isto que é patogênico. Como também o é toda substituição de papel no casal de pais. Há, com efeito, distorções quando a criança fica aprisionada nas aspirações incestuosas ou homossexuais dos pais centradas na criança, fora de toda referência ao

14. Prefácio de Françoise Dolto para *Premier rendez-vous avec le psychanalyste*, col Médiations, Denoël, 1965, p. 15.

cônjuge (ou a algum companheiro). O que geralmente leva a criança a funcionar como prótese do mal-estar da mãe ou do pai. Ora, os conflitos edipianos não resolvidos aos sete anos são reativados mais tarde na adolescência (e podem ser fonte de problemas diversos).

— *É preciso que eu seja doente, diz uma criança, senão por causa de quem mamãe ficaria em casa?*

— *Eu gostaria, diz uma mãe, de uma criança que não fosse filho de seu pai.*

— *Não suporto meu filho, retoma uma outra mãe, ele se parece com meu irmão que detesto.*

Porquanto a dinâmica pai-mãe-filho está em ação bem antes do nascimento da criança e reenvia cada um dos pais à maneira pela qual eles mesmos viveram seus Édipos (e ultrapassaram as distorções ligadas ao desejo de incesto).

“Os pais comeram as uvas ácidas e os filhos tiveram dor nos dentes”, estas palavras da Bíblia, muitas vezes lembrada por Lacan, ilustra muitas das histórias clínicas encontradas. Entretanto não se deve entendê-la como “culpa dos pais”, mas no sentido de que toda criança participa dinamicamente das ressonâncias libidinais inconscientes dos pais. Esta é a verdade com a qual o psicanalista lida.

Nem todo pedido de consulta é demanda de análise. Existem situações onde as medidas educativas têm primazia. Mas como fazer a distinção entre o que precisa de “assistência”, de educação ou de tratamento analítico? E como delimitar o campo próprio da análise?

b) Alguns modos de abordagem em psicanálise de crianças

Nos apoiaremos agora sobre um trabalho coletivo apresentado em 1957¹⁵ na Sociedade Francesa de Psicanálise por Muriel Cahen, Jean-Louis Lang e Marie-Cécile Ortigues, num momento em que se estudavam as técnicas ditas da *Salpêtrière* (Lebovici, Diatkine) e as de Trousseau (Dolto). Dando por suficientemente conhecidas as posições clássicas (próximas das de Anna Freud) para que não tenhamos de voltar a elas aqui, vamos acentuar as “construções de Dolto” — nas quais me formei antes de meu encontro com Lacan. Recordemos que, a seu tempo, elas foram objeto de um excelente trabalho (não publicado) de Irène Roublef¹⁶.

15. *Quelques Modes d'Approche Cliniques et Thérapeutiques en Psychanalyse d'enfants*, Société Française de Psychanalyse.

16. Irène Roublef, *L'image du corps et le signifiant*, École Freudienne de Paris.

As balizas originais que Dolto introduziu também merecem ser lembradas, pois com muita frequência seus alunos levaram suas “construções míticas” para o lado do *real*. Desta forma, a teoria de Dolto acabou por sofrer os mesmos efeitos de distorções que a teoria kleiniana quando se viu explorada de forma demasiadamente rotineira e técnica pelos alunos de Melanie Klein. Nos dois casos, o zelo dos alunos pela “performance técnica” fez perder de vista os “achados” geniais das mestras. Só se pode recuperar a dimensão “original e fecunda” de um autor se formos capazes de traduzir suas descobertas através de sua própria história, numa palavra própria. São esses parâmetros que vou me esforçar por reencontrar, enquanto analista.

1. O diagnóstico

Sabe-se que, no plano das indicações de tratamento, a posição de Anna Freud era de se limitar aos critérios de “fixação a um estágio que normalmente deveria ter sido ultrapassado”. Ela negava aos fantasmas qualquer valor revelador antes do início de um tratamento, retinha principalmente as neuroses graves como indicações de tratamento, atribuía importância (nos critérios para indicação) à noção de “força do ego sobre o id”, mas estava longe de negligenciar o meio no qual a criança foi chamada a desenvolver.

Quanto a Françoise Dolto, seu exame prático se ordena em torno de três preocupações maiores:

- a) o estudo da criança através de experiências reais e imaginárias vividas a cada etapa de sua evolução (como um momento de seu futuro),
- b) o estudo do *ideal do ego* familiar,
- c) o estudo das projeções fantasmáticas dos pais no espaço de três gerações.

As projeções fantasmáticas são geralmente estudadas pelos analistas enquanto *mecanismo de defesa*, mas para Dolto, *o fantasma verbalizado ou projetado graficamente é indissociável de uma vivência sensorial e cinestésica. O fantasma constitui o testemunho de uma experiência que não foi levada até o fim e que se traduz por uma imagem do corpo enfermo, por um fracasso na evolução. Compreender o fantasma é compreender a imagem do corpo*¹⁷.

17. F. Dolto, *L'image inconsciente du corps*, Seuil, 1984.

Por que este termo de imagem do corpo? Para F. Dolto, esta última não pertence ao registro do imaginário, nem do especularizável (trata-se de uma imagem sem imagem real, esclarecia Irène Roublef)¹⁸. Sua atenção dirigiu-se para aquilo que, através das produções de grafismo e modelagem, remete ao que ela chama de *entraves* ao progresso, quer dizer, obstáculos a toda projeção do sujeito num futuro.

No decorrer de um tratamento, sobretudo em casos graves, acontece que o analista seja levado a explicitar para a criança as dificuldades de seus pais a respeito de seus ascendentes. Ele introduz assim uma dimensão que permite que a criança se situe como o elo de uma cadeia, em função de um futuro. A partir desta ordenação de cada um na sua história, o sujeito toma consciência de que ele se inscreve numa linhagem e a partir daí está num caminho que vai lhe permitir acesso ao simbólico. Seus pontos de referência não são mais os pais reais, mas a busca de um ideal parental em si. Sofre, entretanto, por ter que renunciar a uma parte sua que se sente ferida na relação com uma imagem parental contaminadora de angústia. A imagem mutilada dos pais é sentida como mutilante por si mesma, e ele se confronta, nesse momento de sua análise, com a não aceitação da castração por parte de seus próprios pais.

Ora, esta análise de uma certa relação da criança com os genitores, geralmente se faz através do exame dos fantasmas de corpo fragmentado que ele traz. Estes aparecem como barricadas contra a angústia. Mas quando se pode abordar esta forma de defesa narcísica do sujeito, reatualizada no momento em que as questões de identificação edípica aparecem, pode-se em seguida levá-lo a se agarrar a uma imagem de ascendente sadio, além do progenitor perturbado. Isto só se pode fazer por uma renúncia do sujeito, em função da repetição de uma relação ao Outro (de que, ao mesmo tempo, ele foi objeto idealizado), em determinado período de sua infância. A criança sai dessa espécie de sofrimento narcísico ao se situar numa linhagem por relação a um ascendente sadio (e geralmente morto), ainda que somente em fantasma. Desembaraçado do peso de identificações impossíveis, pode agora ter acesso ao domínio de sua própria história, através de uma dimensão simbólica precisa. Isso nos permite compreender a possibilidade de sucesso de certos tratamentos mesmo quando a criança permanece em lares muito perturbados.

18. Em *Image inconsciente du corps*, F. Dolto escreve: "A imagem do corpo é a síntese viva de nossas experiências emocionais... pode ser considerada a encarnação simbólica inconsciente do sujeito desejante, antes mesmo que o indivíduo saiba dizer 'eu'" (p. 22).

2. Os primeiros contatos com a criança

Quanto à entrada em tratamento analítico, lembremos que *Serge Lebovici* põe a ênfase no “tratamento” (o jogo fica subordinado ao tratamento), que *Anna Freud* procurava estabelecer por uma atitude sedutora, uma transferência positiva, e que *Melanie Klein* não dava instruções precisas no início, mas interpretava sempre que houvesse transferência negativa.

Quanto a *Françoise Dolto*, ela pergunta à criança se deseja ser cuidada. Dá aos pais uma espécie de “balanço” da situação tal como a compreende e propõe ou não uma análise em função deste balanço e da atitude da criança face ao que lhe foi perguntado. Acontece de fato que uma criança recuse um tratamento, indicando claramente que sua mãe só tem a ela (doente) como razão de viver. Neste caso o analista deve zelar para não engajar em tratamento uma criança cuja “cura” poria um dos pais em risco de depressão ou descompensação. Nem sempre o mais frágil é aquele para quem se pediu consulta...

3. O tratamento

De maneira esquemática pode-se dizer que o eixo clássico do trabalho analítico concebido por *Serge Lebovici* se organiza em torno dos seguintes temas:

- analisar o Édipo antes dos conflitos primitivos,
- analisar os mecanismos de defesa antes dos conflitos que eles escondem,
- interpretar em função destes mecanismos e da projeção dos conflitos no terapeuta (o que permite a estruturação de uma neurose de transferência).

Françoise Dolto está atenta sobretudo a um “modo de ser” mãe-filho, que mostra a maneira de fixar a criança a uma etapa de *não-diferenciação* com a mãe ou a maneira de conseguir abandonar o modo de ser *eu-você*, para se tornar *eu* com você, *eu* para você. Além disto, ela dá uma nítida preferência ao “manejo dos fantasmas” que precede as interpretações. Na posição clássica, o fantasma é estudado sobretudo na medida em que faz obstáculo à comunicação. Em *Dolto*, ao contrário, o fantasma é estudado na sua relação ao experimentado e ao memorizado.

Num *tratamento de fobia por penas*, destaca-se, por exemplo, o seguinte tipo de intervenção: “a criança, *Lydie*, faz ‘miau’. *Dolto* lhe diz: quem fez isto? *Lydie* responde: ‘o pássaro’. Não, replica *Dolto*, não

é o pássaro, é alguém que tem vontade de comer o pássaro... quem é que come os pássaros? 'Miau' repete a criança. Dolto responde então: é o gato. Neste momento Lydie desenha um pássaro e faz um excremento em modelagem que dispõe sobre o pássaro. Tem uma cólera ansiosa e fica roxa. A mãe se descontrola. 'Está ótimo', lhe diz Dolto. 'Aqui é o hospital, isso não tem nenhuma importância'. E faz a mãe sair.

Em seguida faz a criança consumir o ato imaginário até o fim. Lydie se asfixia, mas Dolto lhe diz: 'os gatos, eles comem os pássaros'. É preciso portanto que o gato de modelagem coma o pássaro. Uma vez acabado, Dolto diz à criança: 'mas eu não te comi, e você também não comeu ninguém. Mas quando mamãe te pergunta alguma coisa, você gostaria de apagar mamãe e comê-la e isto te dá medo, comer mamãe...' Dolto acrescenta: quem te chamava 'minha gatinha?' Nada de resposta. Muito calma, a criança diz: 'o gato, é cocô', depois fabrica cocozinhos''.

A terapeuta propõe portanto à criança que se identifique a alguma de suas produções fantasmáticas. Acontece entretanto que o pequeno paciente não possa (como evocamos anteriormente) aceitar uma interpretação (aqui, a de sadismo oral) a não ser sob sua forma negativa. Então é quase o julgamento moral dos adultos que atravessa a criança num primeiro momento, em resposta às intervenções de Dolto. Várias reviravoltas dialéticas sucessivas serão necessárias para que o EU de uma verdade faça sua aparição.

Ao contrário da técnica clássica (de Lebovici) que conduz o analista a analisar do mais edipiano ao mais regressivo, F. Dolto utiliza o material arcaico desde que ele se manifesta. Ora, este se apresenta em tempo relativamente rápido no tratamento, a partir do trabalho sobre os fantasmas (de consumação oral em particular). A progressão se faz assim do mais arcaico até o nível edipiano.

Mas, mesmo que não se aborde o Édipo antes de uma certa etapa do trajeto da criança, a situação triangular (simbólica) é trazida de saída e a criança é sempre considerada em seu devir. Não há jamais *gratificação*, e Dolto toma o cuidado de distinguir o imaginário do real: se, no fantasma, o gato (ao qual a criança se identifica) come o pássaro, na realidade fica bem entendido que a criança não comeu ninguém e não foi comida. Este lembrete é a garantia de uma não confusão de registros (entre imaginário, real, simbólico) e permite introduzir na criança referências que a autorizam a se projetar num futuro. Além disto, cada fim de sessão é pontuado por um lembrete de que a criança não é mais o cogumelo ou o animal de sua história, ao mesmo tempo

em que Dolto lhe lembra seu nome e lhe pergunta sobre seus projetos na realidade da vida da semana.

Quanto às interpretações que intervêm durante a sessão, ao contrário giram sobretudo em torno do luto das imagens fragmentadas, das formas vegetais ou animais às quais a criança se identifica: trata-se de permitir o luto de um passado, a partir do qual a criança buscará tomar lugar numa ordem humana, em função de um futuro.

CONSTRUÇÕES DO ANALISTA

Há sempre algum perigo ao se reduzir a contribuição de Françoise Dolto a uma técnica (objeção que poderia ser feita a alguns aspectos desta exposição, bem o sabemos). Mas os trabalhos sobre *a etapa antes do estágio do espelho* são importantes pela compreensão que trazem a propósito de certos mecanismos psicóticos precoces. Dolto explica, com justeza, que no início da vida, o bebê funciona com “pedaços de mãe” (sua voz, suas mãos, seu seio, seus objetos) que ele “tem” ou “não tem”. Ela situa o lactente como inteiro: ele se constitui, diz ela, “num canto de espaço e de tempo”. Mas a fragmentação do Outro (a mãe) o constitui como Um.

Depois, a partir do *estágio do espelho*, o lactente “se tem”: toma consciência do corpo em sua forma. Para ter acesso a esta etapa, é preciso que renuncie a “ser” (numa situação simbiótica com a mãe). Dolto nos mostra que se a busca do objeto perdido não pode jamais ser satisfeita é porque o que o sujeito procura de forma nostálgica é o ser perdido. Assim, em parte, o vir a ser de uma criança e função daquilo que em sua história vai lhe permitir que se situe em relação a esses “pedaços de mãe” que lhe foram dados ou não. Aqui coincidimos com toda a fantasmagoria kleiniana que Dolto, como Lacan, trata em *termos significantes* e não em bons ou maus objetos objetiváveis na criança. Ela sabe, com efeito, que este mau objeto — que é também fundamentalmente bom — a criança o ganha e o perde, por turnos, numa dialética na qual deve chegar a se situar como sujeito desejante.

O *estágio do espelho* deve ser considerado sobretudo como um conceito estrutural ou relacional. Pois uma dimensão essencial está em jogo no imaginário quando a criança se confronta com a própria imagem. No início, ela a toma por *uma outra criança*. Em seguida aprende que esta outra criança não existe, e descobre assim *o imaginário sob a forma do especular* (lembramos que os animais não são capazes disto: para o gato, por exemplo, a imagem, após experiência, não é mais nada; e para a pomba, a imagem é um outro real).

Mas o imaginário não se confunde com o especular. Enquanto o imaginário corresponde a uma imagem sem realidade, o especular se refere à *minha* imagem, onde me vejo como os outros me vêem. Os alunos de Lacan confundiram com frequência o especular e o imaginário, passando a dar importância só ao simbólico, em detrimento do “espaço de fantasia” tão necessário de ser restituído em toda uma categoria de psicóticos.

TRANSFERÊNCIA E CONTRA-TRANSFERÊNCIA

Num tratamento de psicótico¹⁹ facilmente se sente a situação analítica como perigosa, pelo fato de que o sujeito a vive em termos de alternativa (ou ele se mutila, ou ataca no exterior o objeto temido). Quando o analista procura se introduzir por uma palavra no mundo da criança alienada, ele encontra um voto de exclusão radical, um desejo de assassinato mesmo. Aparentemente surdo à palavra do adulto, o psicótico testemunha entretanto em seu jogo que alguma coisa foi compreendida. A interpretação da agressividade quanto a uma situação de angústia muito precisa (ligada à posição a respeito dos pais), permite então a continuação do tratamento. Mas ele é percorrido por momentos de tensões persecutórias e depressivas. É a palavra justa do analista (tocando a severidade supereróica do sujeito) que pode permitir o desbloqueio de um discurso que, sem descanso, tende a se encerrar num sistema fechado. Mas este trabalho efetuado com a criança sempre desperta uma forma de angústia no analista: ele se defende então, sem querer, procurando abandonar a cena própria da análise (e mesmo favorecendo sua interrupção).

Nos tratamentos de crianças psicóticas, eu me deixo guiar pela importância que atribuo à escuta de um único discurso (mantido pela criança e seus pais). Pois é quando, ao nível do adulto, uma palavra pode se liberar do discurso impessoal, que o nascimento de uma outra palavra vai se tornar possível, do adulto à criança. Para a criança, as condições em que o tratamento se opera, transformam-se a partir daí.

19. A maneira própria ao psicótico de se excluir de toda relação ao Outro e também de toda relação com seu próprio corpo foi estudada por Freud em *Luto e Melancolia*. Ele indica que a rejeição precoce no real de um ser amado pode se transformar em uma perda do *ego*, prelúdio de uma entrada na psicose. Ele nos dá exemplos clínicos de sujeitos que se suprimem ou se maltratam por identificação ao objeto amado rejeitado. Abraham foi o primeiro a ter a idéia da existência de uma posição depressiva na criança que seja o modelo para o tipo de melancolia adulta. Suas hipóteses teóricas foram confirmadas por Melanie Klein, então iniciante, quando empreendeu a psicanálise de uma criança de três anos. Todas estas idéias serviram de base para as concepções kleinianas sobre psicoses na criança.

Ao longo destes últimos anos, muito se escreveu sobre as famílias de esquizofrênicos, mas em geral concebendo a família como um grupo, e mesmo como um organismo biológico. Além disto, a perspectiva de muitos autores é pedagógica. De minha parte, concebo minha pesquisa ligada ao próprio movimento de meus tratamentos e às questões que colocam sobre o uso a ser feito da palavra em psicanálise. Parece-me, com efeito, que as dificuldades técnicas em certos tratamentos deveriam ser estudadas dando-se ênfase à interrogação sobre a participação do analista nos bloqueios constatados.

FIM DE ANÁLISE

Em minha opinião não se pode verdadeiramente falar de “fim de análise” numa análise de crianças. Com uma criança neurótica, a análise se interrompe, com certeza, quando a criança está capacitada a viver sozinha as dificuldades da crise edipiana... Mas, com a criança psicótica, quando se fala de fim de análise, em geral está se falando do desejo do analista de parar. Os efeitos podem ser desastrosos. Onde há psicose, os votos de morte estão em ação. É essencial que o ódio do adulto (o do analista) se verbalize. Winnicott, aliás, mostrou como o encontro da criança em análise com o ódio do adulto pode se constituir uma verdadeira virada para ela. Tendo dito isto, um “trecho” de análise se termina quando a criança pode reconquistar um certo dinamismo “criador”. A verdadeira questão que se coloca ao analista é a de permanecer disponível aos pais, sobretudo se a criança evolui “sadiamente” separada deles. Os acidentes (suicídio ou descompensação) acontecem com freqüência quando a criança está em vias de se safar da dificuldade, o que pode comprometer a sua “cura”. Permanecer atento aos pais é portanto ter o cuidado — de não retirar prematuramente um “continente” para sua angústia. É também assegurar o estabelecimento de certos “reforços” na vida cotidiana da criança psicótica (as estruturas de acolhimento que favoreçam uma autonomia real e permitam um desenvolvimento verdadeiro, garantias de um retorno possível à vida “normal”).

III. Psicanálise e psiquiatria

EDUCAÇÃO E PSICANÁLISE

Ao empreender o tratamento de uma criança ou de um adulto gravemente atingido, Winnicott, e também Masud Khan, sempre se preocuparam com o “estilo de vida” do paciente entre as sessões de análise. Winnicott lamentava também que não houvesse nada para o acolhimento das crianças psicóticas. Depois se fundaram lugares

educativos de inspiração winnicottiana na Inglaterra, para onde aconteceu, vez ou outra, de enviarmos uma criança de Bonneuil.

Sabe-se que nos anos 20, os analistas tiveram muitas esperanças nas aplicações pedagógicas da análise (Vera Schmidt, Marie Bonaparte, Wilhelm Reich, Pfister, para citar apenas os principais). eles esperavam da educação uma espécie de profilaxia das neuroses. Freud sempre se mostrou mais reticente. Para ele o problema estava alhures, na medida em que estimava necessário um mínimo de repressão e constrangimento na educação de uma criança. A sublimação não é um produto da repressão pulsional²⁰?

Para determinar o que a luz da análise pode trazer à pedagogia, partamos do fato que, na preocupação em que pais (e professores) estão de adaptar a criança à sociedade, em geral se faz apelo à ameaça e aos abusos de autoridade. Assim, na educação tradicional, o sujeito não deve satisfazer uma pulsão incompatível com a lei social, e, mais ainda, deve esquecer a sua existência e ser assim bem sucedido no *recalque*. A luz psicanalítica aqui incide menos sobre o *autoritarismo* de tal forma de educação e mais sobre a maneira do adulto tratar o recalque. Para o analista, a educação não deve funcionar cegamente (contentando-se, por exemplo, com a aquisição de automatismos) mas fazer um lugar para o desejo e se abrir sobre possibilidades de permanente invenção.

Winnicott abriu uma nova via ao desenvolver o que tinha sido — como vimos — indicado por Freud desde 1907: *arranjar para o sujeito um espaço para a fantasia*. Junto com a atenção ao jogo e contra-jogo materno, este espaço constitui o eixo de trabalho dos “locais de acolhimento” winnicottianos na Inglaterra.

Uma criança psicótica (mas isto vale para qualquer criança) tem necessidade, primeiro e acima de tudo, de viver num lugar onde seja possível o acesso à fantasia e à criação. A criança deve ser levada a viver num lugar onde se permita a festa, o folclore, um lugar que marque o sentido e o ritmo das estações e do tempo, que dê um espaço a uma tradição oral (veiculada pela história, pelos mitos, pelos contos),

20. Cf. S. Freud, *Correspondance avec le pasteur Pfister*, Gallimard, prefácio de D. Widlocher.

Pfister tinha certamente compreendido que uma educação que se contentasse em “adaptar a criança à realidade” seria uma educação privada de esperança, que se fecharia num utilitarismo tecnocrático. Mas a esperança que ele oferecia originava-se exclusivamente da ilusão religiosa. Ora, para Freud, um educador não pode aceitar ser cúmplice desta última.

e que deixe a criança descobrir o prazer de ter mãos que criam (o que supõe não somente uma abertura para a pintura e escultura, mas também para a cozinha, carpintaria e todo um corpo de ofícios artesanais). O escolar só pode ganhar um sentido ao ser tomado nesta primeira rede simbólica. Assim o analista que não se preocupasse em que uma criança muito perturbada pudesse se beneficiar na realidade de um tipo de acolhimento aberto sobre a vida (e a criação), se privaria de um utensílio essencial à “cura” da criança. Da mesma forma, uma análise que se preocupasse prioritariamente com os “cuidados”, deixaria escapar a invenção. Pois o *desejo* surge onde menos se espera...

UMA POLÍTICA DE “ASSISTÊNCIA”

Na década de 1950 muito se esperou dos hospitais-dia, dos externatos médico-pedagógicos e dos internatos especializados. Agora, temos dúvidas. Uma vez dentro do circuito especializado, uma grande parte das crianças não encontrou como sair. Uma reação um tanto ingênua se seguiu: a de dizer que bastava suprimir os circuitos especializados e voltar à situação de antes de 1950, introduzindo as perspectivas de “assistência” numa psiquiatria setORIZADA, ao mesmo tempo em que se enfatizava a “integração escolar” dos incapacitados²¹.

Mas esta nova orientação na política de “assistência” oculta o fato de que não é possível “reintegrar” no circuito normal, fazendo “como se” fosse normal. Pois a segregação está em nós mesmos e não há nada de mais impiedoso que o julgamento das crianças entre si. A experiência de Bonneuil parece que me ensina, pelo contrário, que é

-
21. O gigantesco esforço dos países escandinavos, particularmente a Noruega, para a integração dos incapacitados nas escolas normais merece ser ressaltado. O problema, contudo, é diferente quando se trata de deficientes físicos (cegos, surdos etc), ou de deficientes mentais (débeis, autistas, psicóticos). A inserção de uma criança psicótica ou débil numa classe comum, com acompanhamento de um professor especializado, conduz, na prática, a uma forma de segregação dentro da escola comum. O esforço dos professores não vai no sentido de uma animação comum, mas no sentido de ensinar uma criança que sofre de dificuldades específicas. Na prática, isto contribui para o isolamento da criança, bem mais que para sua integração. Parece que hoje existem duas opções: a *integração*, que de acordo com as declarações dos próprios professores, não desemboca em aprendizagem e institui uma nova forma de “deficiência” e “incapacidade” — e *uma variedade de escolas*, que corresponde à variedade de crianças. É este aspecto educativo que se desenvolveu notavelmente na Inglaterra. Nenhuma ideologia no início da experiência, mas um cuidado educativo global, que leva a perspectivas reais de futuro. Uma criança em dificuldades não tem do que viver se seu universo tiver que se reduzir unicamente à aprendizagem escolar, eis o que os ingleses compreenderam perfeitamente.

necessário que coexistam as escolas múltiplas em sua diversidade, correspondendo à variedade das crianças.

BONNEUIL: UM ESCLARECIMENTO

Bonneuil coloca questões às instituições tradicionais. Deter-me-ei em algumas delas. Em Bonneuil, toda criança, mesmo se está preparando o bacharelado, passa uma ou duas jornadas de trabalho por semana com um artesão onde recebe preparo para um ofício manual. Ela pode estar em situação de não-escolaridade total e escolher trabalhar meio expediente num restaurante, por exemplo, ainda que tenha doze anos de idade. Foi assim que Paulo voltou um dia, enfurecido, e exigiu que lhe ensinássemos a calcular os 12%, pois, dizia ele, estava sendo enrolado. Foi a partir desta experiência que ele se abriu para a matemática e aceitou se preparar para um C. A. P.

Isso não deixa de colocar interrogações à situação de ensino na França, particularmente do ensino elementar: uma professora de matemática (psicanalista em estágio em Bonneuil) nos mostrou e nos comprovou²² que as instruções oficiais para os professores na pedagogia da matemática tornavam impossível a aprendizagem para um grande número de crianças “normais”. O sucesso que ela conseguiu com os psicóticos e “débeis” de Bonneuil estava ligado ao seu modo de colocar os objetivos, de saída, para as crianças (“explicando-lhes” que por razões de seleção era necessário tornar cada vez mais difícil o acesso à matemática). Na medida em que, como o padre de Barbiana, ela transformou as vítimas em combatentes, alguma coisa pôde se “transformar” no seu apetite escolar.

Algumas das crianças de Bonneuil, num momento de seus trajetos, fazem uma análise fora da instituição (com o preço incluído na diária) — a garantia de sucesso sendo a livre escolha do analista. Os analistas que trabalham conosco conhecem bem Bonneuil e aceitam a alternância que introduzimos para certas crianças entre estadias em Bonneuil e num lugar do campo. O ritmo das sessões se adapta ao tipo de alternância estabelecida na realidade. São os pais que marcam entrevista com um analista que pode vir a atender seu filho. Se o analista julga que os pais podem suportar e se a motivação da criança parece suficiente, começa-se uma análise. Diz-se claramente aos pais e à criança que não é a instituição que paga o analista²³. O fracasso (ou as dificuldades)

22. Retomado in *Crise d'adolescence*, col. l'Espace analytique, Denoël, 1984, pp. 120-160.

23. Os honorários do analista são deduzidos de uma verba por conta da Previdência Social. O analista não “depende” da Instituição. E os pais intervêm bastante,

dos tratamentos psicanalíticos na Instituição, segundo entendemos, deve-se ao fato de o sujeito perceber o analista como “pertencendo” à Instituição, em cumplicidade com o discurso médico-psico-pedagógico. O que tentamos é escapar deste conluio com o discurso institucional.

UM PROBLEMA POLÍTICO

Além do problema psiquiátrico (seja do hospital, do tratamento ambulatorial ou da política de setor), existe um mal estar político ligado aos efeitos do desenvolvimento do mundo industrializado. Paralelamente ao crescimento de bens de consumo, assistimos, num plano internacional, à institucionalização dos serviços sociais²⁴ da medicina e do ensino. Via publicidade, cria-se uma demanda de conselhos psicológicos ou de cuidados psiquiátrico-analíticos. Ora, os efeitos de uma demanda de consumo médico assim provocada podem ser destrutivos para a criança, que se vê solicitada como objeto de consumo entre diferentes organismos ou ofertas de “assistência”. De fato, as medidas administrativas de organização de “assistência” mascaram a amplitude de uma carência educativa. Faz muito tempo que a escola pública na França deixou de ser um lugar que favoreça o desenvolvimento das crianças ditas normais. Inadaptada aos “normais”, a escola com suas estruturas atuais está ainda menos apta a receber crianças com problemas. Presas em horários dementes, todas as crianças devem se conformar ao mesmo modelo de promoção social. Mas, muito longe de concluir a aprendizagem da vida social, o que muitas crianças vão conhecer na escola é o abandono moral, a angústia e a solidão.

financiando diversas despesas anexas (a locomoção e alguns cursos particulares, no caso de deficiências múltiplas — cursos só parcialmente pagos por uma verba que, desde 1982, se reduziu drasticamente). A noção de “preço a pagar” está suficientemente presente no espírito dos pais para que se sintam privados de participação quando o tratamento psicanalítico de seu filho pode ser “gratuito”. As crianças têm conhecimento do “preço pago” pelos pais a fim de ajudá-los a escapar de um destino de aposentados por toda a vida. Além disso, acontece que os adolescentes possam participar de trabalhos remunerados em certas épocas do ano (colheitas, aração). Alguns deles em seguida se oferecem espontaneamente para participar nas despesas de locomoção que a pensão não cobre (quando se trata de estadias nos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha).

Nós situamos a noção de *dívida simbólica* na relação a uma descendência e jamais numa relação de ascendência, sendo que toda forma de “reconhecimento” corre o risco de aprisionar em rumações imaginárias de ódio-amor. Assim, a dívida é associada a um vir a ser dinâmico de realização e criação, e isto no presente, onde tentamos incluir os adolescentes numa participação de serviços aos vizinhos imediatos ou à comunidade.

24. Cf. Ivan Illich, *L'urgence d'une révolution culturelle*, Idoc Ial, n° 40, fevereiro de 1971, Seuil.

A profilaxia mental não reside na multiplicação de medidas arbitrárias que conduzem a “assistências” quase obrigatórias: ela reside muito mais numa mudança radical de mentalidades. Por exemplo, é para a Inglaterra, e não para a França que se pode enviar, como fizemos, uma débil de dezesseis anos (Q. I. 50) para um pensionato de moças normais.

Como se deu o acolhimento? Em primeiro lugar, as mais velhas tinham a obrigação de cuidar da novata. Como nossa débil não sabia ler na língua natal (francês), não lhe exigiram escolaridade. Ela se juntava às companheiras apenas para as atividades culturais ou esportivas. Aprendeu a cuidar de cavalos e a montar. Num segundo tempo aprendeu a fazer penteados num atelier do pensionato, e depois pediu para cuidar de bebês.

Ao cabo de três anos, esta adolescente feia, bronca e insuportável tornou-se uma jovem florescente, falando perfeitamente o inglês, e que encontrou trabalho como ajudante de puericultura. Tudo isto lhe teria sido impossível na França, por não ter nível escolar. Esta jovem, na Inglaterra, conseguiu chegar a ter um nível de instrução primária ao longo dos anos, ao mesmo tempo que trabalhava. Este caso ilustra as falhas de nosso sistema, um sistema que se acredita generoso porque multiplica pensões por invalidez, quando justamente a recusa de uma pensão seria talvez a única chance do sujeito sair de um circuito de assistido por toda a vida, autorizando-o a lutar (num contexto onde possa “se apoiar” em alguém).

O NORMAL E O PATOLÓGICO

A distinção que se introduziu na França (por P. C. Racamier) entre uma indicação de psicanálise para neuróticos e uma “intervenção psiquiátrico-pedagógica” para psicóticos, parece-me que vai no sentido de uma demarcação nefasta entre o normal e o patológico. Além disto, esta atitude falseia toda a relação com o doente dito “normal”. Acontece assim que uma criança de três anos torne-se vítima de diagnósticos e prognósticos pessimistas e seja afastada de todo esclarecimento psicanalítico de seu problema, sem que se perceba a que ponto um diagnóstico pode ter o efeito de atrapalhar tudo no diálogo mãe-criança. Chegando ao ponto da mãe não falar mais com seu filho, a partir do dia que lhe disseram que ele é retardado ou autista.

O maior perigo que corremos (já anunciado em *a criança retardada e sua mãe*) está em que as medidas administrativas antecipem-se ao

conhecimento real e venham bloquear a pesquisa não oficial sobre o problema da psicose e do retardamento. Com efeito, assistimos em plano internacional, hoje, a um esforço dos governos para atualizar a psiquiatria.

Ora, basta escutar a conversa espontânea dessas crianças ditas débeis ou psicóticas para que se perceba que, não somente estão conscientes do retardo que lhes é imputado, mas também estão lúcidos quanto à função que podem preencher junto a um professor tirânico²⁵.

Relembremos, por outro lado, que o que se chama de “regressão” não deve ser considerado como um retorno para trás, ou como uma doença, mas compreendido (como Lacan indicou) como recurso que permite a reparição de significantes que estavam prescritos. É a partir daí que a criança pode abandonar suas defesas de mal comportamento, debilidade ou psicose. Também Winnicott pode considerar positivo o fato de que, num dado momento, a criança chegue a designar seu meio familiar ou social como responsável por seus sofrimentos. Por outra, o período de esperança que uma criança vive quando entra em um meio novo, sempre se acompanha de uma testagem deste meio. Sobrevém então a crise de desesperança ao longo da qual pode-se observar a instalação dos efeitos de uma situação regressiva (sob a forma de ritos obsessivos, encoprese etc). Isto leva a uma mudança na relação da criança com o meio e na saída, no horizonte, fica uma possibilidade verdadeira de vida para a criança.

Assim, através das crianças excluídas e das Instituições que deveriam ter sido criadas para conter sua exclusão, recoloca-se o problema das estruturas que uma Sociedade cria com suas Instituições e também o problema de uma ética: “o homem se sente tentado a satisfazer sua necessidade de agressão às custas de seu próximo, a explorar seu trabalho sem ressarcimentos, a utilizá-lo sexualmente sem consentimento, a se apropriar de seus bens, humilhá-lo, inflingir-lhe sofrimento, martirizá-lo e matá-lo”²⁶. Estas palavras de Freud em *Mal-Estar na Civilização*, onde

25. *Eu estava numa escola do Estado*, diz Paul. *O professor martelo precisava de um aluno martelo, porque ele se sente um martelo. Ele cometia erros de ortografia. É inquietante um professor assim. Ele bate, eu bati em resposta, quase morreu.* Os pais enviaram o filho a Bonneuil para evitar uma internação.

Escutemos a continuação da conversa:

Jacques: *Paul bateu porque foi provocado.*

Paul: *Deixam uma criança louca assim e depois se espantam que ela estrangule as pessoas. Mas a tornaram estrangulador.*

Jacques: *O camarada fica revoltado, torna-se perigoso porque está revoltado. O que faz mal não é só as pancadas, mas as palavras que batem como pancadas, as palavras injustas. É a injustiça que deixa o louco perigoso.*

26. S.Freud, “Malaise dans la Civilisation”, in *Revue française de Psychanalyse*, P.U.F., janeiro de 1970.

repensa o problema do mal, mostram que amar é também reconhecer a maldade intrínseca que habita neste próximo, mas também em nós mesmos.

De algum modo, é do lugar de nossa impotência que a criança pode chegar a falar em seu próprio nome. Um educador não é um homem que tem resposta para tudo, como afirmava o Dr. Schreber. É antes um homem mais velho que acompanha o outro por um certo trajeto. Como ele se faz o suporte de uma questão, um certo discurso pode ser sustentado, através do ódio e do amor, sem chantagem de abandono.

Do contrário, constatamos o impasse que a dominância dos mecanismos de exclusão produz nas instituições psiquiátricas. A história de Christian o demonstra exemplarmente, tal como foi contada por um jovem interno, Jean Sandretto, em *Uma criança no hospício*²⁷. E Christian está longe de ser a única criança (ou, ainda menos, o único jovem adulto) na França a ter sido vítima de internamento arbitrário...

UMA CRIANÇA NO HOSPÍCIO

A história de Christian é a de uma criança “normal” que aos nove anos de idade é deportada para um serviço de débeis profundos, num hospital psiquiátrico moderno, com dimensões de uma “aldeia psiquiátrica” que abriga vinte e oito pavilhões de vinte e cinco doentes cada um, destinados a doentes adultos e a crianças classificadas como irrecuperáveis em sua maior parte (fora as oficinas, quadras de esporte, residências dos médicos e serviços administrativos).

Quinto, numa família de seis crianças, Christian teve uma primeira infância entrecortada de internamentos em casas de crianças. A mãe abandona o lar após o nascimento do sexto filho. Seu pai se junta com uma mulher que também tinha seis filhos, todos abandonados à D. D. A. S. S.²⁸ Rapidamente os filhos do pai vão por sua vez ser “abandonados” à administração. Com quatro anos de idade, em decorrência de “maus tratos”, Christian é enviado a colônia com crianças “normais” pelo tempo necessário a recuperar sua saúde. É então que vai se selar seu destino psiquiátrico e que se vai tecer a trama de seu exílio, com o conluio das “equipes de assistência”. Christian se dá bem na colônia e se apega a uma professora, mas as reorganizações internas do estabelecimento fazem com que, em vez de acompanhar seus

27. Jean Sandretto, *Un enfant dans l'asile*, Seuil, 1977.

28. Direction Départementale des Affaires Sanitaires et Sociales.

colegas de idade numa outra classe, ele permaneça na mesma seção, com a impressão de estar sofrendo uma injustiça. Seus relacionamentos com adultos vão se deteriorar. Torna-se agressivo, rebelde. Apela-se ao psiquiatra que, em nome de seu estado “abandônico” (*sic*), redige um certificado de internação que o conduz ao serviço de defectologia de um hospital psiquiátrico completamente novo, cuja arquitetura faz pensar no quadrilátero dos leprosos evocado por Michel Foucault²⁹.

A chegada de Christian marca um encontro: não aquele, banal, de uma criança com uma assim chamada “equipe de assistência”, mas (via hospital, ponto de convergência em comum) com um jovem residente de psiquiatria que neste novo lugar tem seu primeiro posto de responsabilidade. O serviço inicia com um pessoal composto por uma maioria de gente muito jovem, ainda em formação. Entretanto, muito em breve (três meses) este lugar dito de vanguarda vai revelar não ter outra vocação senão a que a administração lhe impõe, ou seja, a função de exclusão de todo asilo.

Sob o pretexto de “assistência” (e para não ter as verbas municipais cortadas), vai se receber indiscriminadamente todos os pretendidos incuráveis que os hospícios da região queriam pôr fora. Como diz o administrador “a ordem é encher”. Por vontade da administração, o lugar passa a ser um depósito onde a sociedade joga os deserdados (físicos, mentais ou sociais). Conforme uma tradição denunciada por Th. Szasz³⁰, a medicina fornece depois um *rótulo nosográfico* para justificar a presença de Christian e a de outras crianças que serão “drogadas” e “cuidadas”. Tendo em conta este panorama, nota-se que a admiração de J. Sandretto diante da melhora de alguns internos liga-se, a cada vez, à descoberta dos efeitos que uma *relação individual* pode produzir: por exemplo, tal menino descrito como monstruoso se transforma em presença de uma jovem enfermeira, bonita e maternal. Em internação, no entanto, essas melhoras circunstanciais não evitam que se possa morrer, por exemplo, pelo fato de que as “equipes mudam”. Neste universo coletivista, só conta a “fusão” dos adultos num ideal mítico “assistencial”. É certo que é isto que permite aos adultos aguentarem o baque, apesar da merda, do vômito e da desesperança. Mas nem por isso os “pacientes”, por turnos, deixam de ser usados como objetos das relações de adultos que os ultrapassam. O autor, cheio das esperanças dadas pela “psicoterapia institucional”, pode portanto se espantar com a distância que existe entre teoria e prática. Mas este documento excepcional revela antes de tudo

29. Cf. Michel Foucault, *Surveiller et Punir*, Gallimard, 1975, p. 201.

30. Cf. Thomas Szasz, *Idéologie et folie*, P.U.F., 1976, p. 78.

a *mistificação* de teorias psiquiátricas cuja única função está em perpetuar a existência de asilos como este. O hospício, antigamente chamado de “prisão de loucos”, depois de hospital psiquiátrico, agora tornou-se “centro comunitário de saúde mental”. Eletrochoques, experiências com drogas (perigosas) ainda não comercializadas, apresentação de doentes: algumas das práticas que continuam em curso nas estruturas que, na realidade, foram feitas para *fabricar um doente mental*, tarefa para a qual contribui a equipe de assistência em sua necessidade de “cuidar”. Nesta caricatura de democracia se dispõe coletivamente (no anonimato) da sorte de indivíduos isolados e capturados nas redes que se estenderam.

A leitura deste livro de Jean Sandretto — muito pouco comentado — leva a decifrar que o futuro da mais atingida dessas crianças só pode ser inventado pela aproximação individual ao seu problema. Pois é a aglomeração de incapacitados-excluídos num lugar de depósito que contribui para sua estagnação. À força de escrever sobre eles (no diário da equipe), acaba-se por não escutá-los, e se isso acontece é para desprezar sua palavra como a um discurso de louco. Não é isto que leva Christian, no fim de um trajeto, a dizer para quem se esforça para tirá-lo de lá (o autor do livro): *Você nunca entende nada?* E depois, como o convidam a falar o que tem no coração, acrescenta: *Vai se falar as verdades ou fazer macaquices?* Sua pergunta não será esta: neste lugar pode-se arriscar uma verdade ou é melhor fornecer “as palavras para não dizer nada” que o adulto quer?

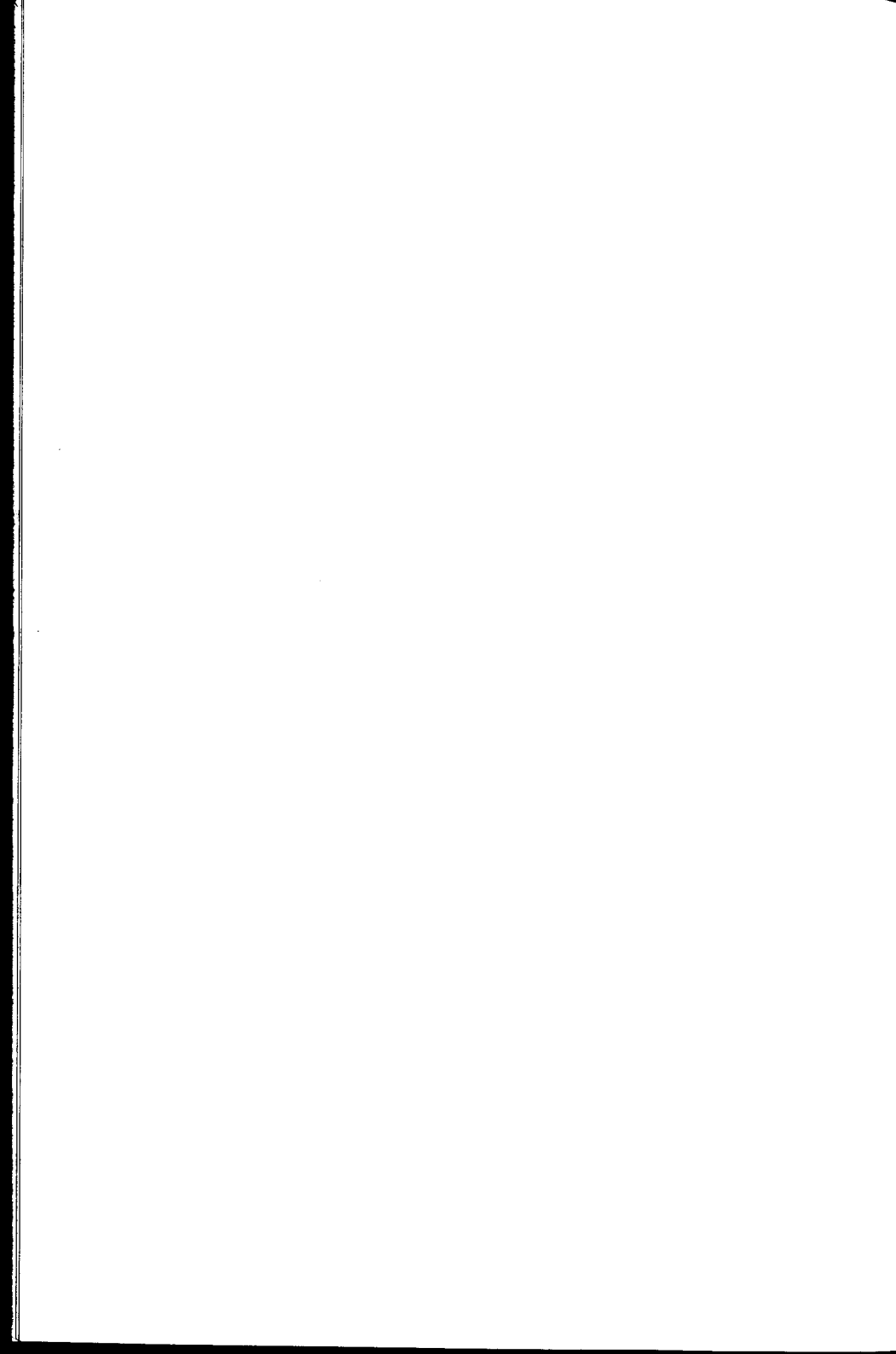
Este livro-documento, desapaixonado, rompe o muro de silêncio que recobre toda prática institucional (dentro ou fora muros) quando, de acordo com o desejo do médico chefe, “Nada deve vaziar do serviço”. Mas é justamente esse silêncio que cabe interrogar. Nossos agradecimentos a Jean Sandretto por tê-lo quebrado e por ter tomado seus pequenos pacientes por professores.

O PSIQUIATRA E OS DIREITOS DA CRIANÇA

Uma criança sem família, “a cargo”, como se diz, das instâncias de assistência, não tem mais nenhum direito. Está submetida ao arbitrário. Não se trata tanto da doença mas da ausência de estatuto, fora o de “doente” que lhe é imputado. Esta ausência de existência jurídica do título de cidadão “normal” retira da criança qualquer possibilidade de formular qualquer projeto de futuro. O único recurso que resta como defesa é entregar-se a um comportamento anormal. Christian, por já ter feito a experiência às suas custas, finalmente conseguiu sobreviver, cultivando a arte da esquivia. Mas “a paz que reina numa sociedade

totalitária se compra”, escreveu Bettelheim, “ao preço da morte da alma”. Assim também, receber prematuramente um estatuto de inválido e uma pensão (mesmo que se escape da internação) constitui o meio mais seguro para toda uma categoria de crianças ser mantida para sempre fora da vida (e de toda verdadeira formação profissional). Alguns conseguem ser tão lúcidos que observam, com humor, que estão “aposentados sem ter trabalhado”. Outros acrescentam que vão se “aposentar com seus pais”. Daí para a frente, o que funcionará como oráculo (ligado à angústia dos pais) é que antes de tudo é preciso “não correr nenhum risco”: é preciso, em suma, se abster de viver. Este é o preço do recebimento de uma pensão, cujo primeiro efeito — nunca se pensa nisso — será manter o jovem adulto fora do mercado normal de trabalho, e cujo segundo efeito será impossibilitar qualquer sucesso nos exames. É o que dizia um adolescente de dezesseis anos que fracassava, contra todas as expectativas, no C. A. P.³¹: “Se eu passasse, teria que trabalhar e a sociedade me abandonaria. Agora vou receber uma pensão, é o que meu pai queria...”

31. Certificat d’Aptitude Professionnelle.



Capítulo 5

O ensino da psicanálise

UM ASPECTO DUPLO

É possível ensinar psicanálise? A partir de que experiência comum? E para transmitir o que?

Para abordar estas questões podemos começar com uma pilhéria: o ensino forma professores; quanto à análise, ela se ocupa das resistências.

Mesmo persuadido de que a psicanálise podia trazer alguma coisa às disciplinas universitárias¹ (mas também à medicina e à psiquiatria), Freud estimava que o psicanalista em formação podia dispensar a Universidade, pois as Sociedades de Psicanálise tinham sido concebidas para lhe prover o ensino necessário. Além disto, ele acrescentava que as Sociedades de Psicanálise existem devido ao próprio fato da exclusão da psicanálise da Universidade. Mas, na opinião dos próprios analistas, as Sociedades e Escolas de Psicanálise, na história do movimento analítico, não mantiveram a promessa que estaríamos no direito de esperar delas.

Desde o início, Freud situou o ensino da psicanálise sob um duplo aspecto, conforme este ensino se dirigia a não-analistas (Universidade) ou a analistas (dentro das Sociedades de Psicanálise). Ou bem se daria uma *informação* sobre a psicanálise no estilo de ensino acadêmico, ou bem prevaleceria a forma *iniciática*, sem que, no entanto, esta iniciação se tornasse um ensino propriamente profissional (em 1956, Lacan trouxe luz a esta questão).

1. Cf. S. Freud, "On the teaching of psychoanalysis in Universities", *S. E.*, vol. 17, pp. 169-175.

Freud não excluía que os analistas em formação pudessem se beneficiar do curso magisterial, nem que este curso pudesse produzir algum efeito nos não-analistas. Mas é um efeito diferente do que a pura comunicação que um saber produz. O ensino tradicional geralmente é concebido para se defender contra as questões que a *transferência* coloca: a barreira segregativa se mantém entre um professor “que sabe tudo” e um aluno “que não sabe nada” e tem a função de garantir e conter um conjunto de proteções e resistências². Percebe-se as consequências disto até no conteúdo das matérias escolares, submetidas que são a limites (o programa). Ora, se o ensino da psicanálise tivesse que se organizar em torno da docência como existe no ensino tradicional, teria que levar em conta os efeitos inconscientes que poderiam surgir a partir de questões sobre o sexo, a castração e a morte. Sem o que, ficaria anulada a mensagem de verdade (do inconsciente) própria da psicanálise, pois o discurso universitário está concebido para bloquear toda produção de efeitos inconscientes.

Para o psicanalista, o ensino da psicanálise constitui portanto um paradoxo. O ensino que eu qualificaria de *iniciático*, ministrado nas Sociedades de Psicanálise aos analistas em formação, tem como eixo a transferência e o trabalho sobre as resistências. A experiência de uma análise pessoal leva o candidato a recuperar um saber inconsciente. O saber que o analisando espera do Outro emana do que se apresenta, para ele, como drama a ser vivido dentro da dor da transferência. Mais tarde, quando este paciente se torna analista, ele conduz um outro analisando no caminho deste saber inconsciente. Assim, o saber se estende de uns aos outros sem que se possa falar de *comunicação*. No quadro universitário, ao contrário, o ensino limita o que pode comunicar, de acordo com as regras deste quadro. Entretanto, quaisquer que sejam os métodos, a formação reflete os ideais do grupo que a sustenta. A reprodução de analistas se encontra, assim, ligada à finalidade da Instituição. Os analistas não se questionaram o suficiente sobre os efeitos de tal situação sobre a prática da análise. Esta última fica, de fato, bem mais dependente do ideal institucional do analista do que se imagina, e o paciente está longe de ganhar com isto. A elaboração em grupos fechados cava o fosso da distância entre o saber-fazer e o saber teórico, a um tal ponto que acabam se constituindo dois mundos que se opõem e se ignoram. O estabelecimento de um “fechamento” como constitutivo de um ensino instituído exerce efeitos de inibição sobre a pesquisa clínica. Interrogá-los supõe, portanto, questionar *os objetivos oficiais* visados pelo

2. Desenvolvido por Octave Mannoni in *Psychanalyse et Enseignement, Psychologie des Sciences de l'Éducation*, vol. 5, n.º 2, 1970, Louvain. Retomado em *Un commencement qui n'en finit pas*, Seuil, 1980.

ensino e sua função no seio de uma Instituição analítica. Bernfeld, em 1962, expôs com grande franqueza a maneira como ensino e teoria se encontram ligados a questões de poder dentro da Instituição analítica: “os docentes se tornam personagens importantes. Os estudantes tentam alcançar seus favores e assim os confirmam em sua autoridade”³. Mas aí as Escolas de Psicanálise se destinam a uma elite constituída pelos sobreviventes de uma seleção, particularmente severa nos Estados Unidos. Percebe-se que o mal-estar no ensino da psicanálise não fica alheio à crise do ensino em geral.

A PRÁTICA VOLTA A INTERROGAR A TEORIA

Hoje parece ter-se esquecido o contexto revolucionário no qual se inscreviam, em 1918, as respostas positivas de Freud quanto à introdução do ensino da psicanálise na Universidade. Logo após a revolução de 1917, ele respondia a um questionário formulado por Ferenczi, que em breve seria nomeado professor de psicanálise na universidade de Budapest. A psicanálise, naquele momento, estava sendo convidada a se inscrever num contexto de subversão e se lhe pedia a participação na renovação de um ensino no seio de uma Universidade revolucionária. A exigência que se manifestava na Hungria, de 1917 a 1919 (que nos lembra 1968), era uma exigência de verdade, de revelação. Mas já não foi mais assim quando a psicanálise cerrou fileiras com o *establishment*. Isto vale a pena ser lembrado pois, a partir deste ponto, se poderia interrogar as razões que em seguida levaram o analista-professor a retornar ao modo de surgimento da descoberta freudiana. Não se trata unicamente de um ponto de história (a descoberta de Freud de seu inconsciente), mas sobretudo de uma necessidade no plano da transmissão da psicanálise. É uma exigência desta, com efeito, o redescobrimto contínuo da dimensão do inconsciente, e daquilo que, em cada descoberta, se liga a um conflito transferencial.

Não há ordem cronológica nas descobertas freudianas. Às vezes Freud é levado a redescobrir, 20 anos depois, conceitos que de fato já estavam presentes desde o início de sua obra (como o de *ego*, ou o de *defesa*). Além disto, não hesitou em questionar suas hipóteses e construções teóricas, quando a prática (o discurso do paciente) as desmentiu (como foi o caso com Hans, a respeito do *recalque*). A segunda Tópica foi elaborada, entre outros motivos, para responder a questões não resolvidas pela primeira, e ligadas à visita que o pequeno Hans, agora adulto, fez a Freud. Mas tampouco a segunda Tópica pode constituir um corpo de

3. S. Bernfeld, “On psychoanalytic education”, in *Psychoanalytic Quarterly*, vol. 31, 1962.

doutrina com respostas para tudo. Por isso as incessantes idas e vindas, no trabalho de pesquisa, características do percurso freudiano. Os analistas seguintes abandonaram este movimento desde que optaram por um momento da teoria freudiana em detrimento de outro, ao passo que Freud tinha deixado abertas as questões, com suas dificuldades e seus impasses.

INSTITUIÇÃO PSICANALÍTICA E TRANSMISSÃO DA PSICANÁLISE

É possível defender ao mesmo tempo a doutrina analítica e a estabilidade da Instituição analítica? Eis o problema abertamente colocado pelos didatas da Associação de Psicanálise Internacional, mostrando que, se nos primeiros tempos da história do movimento analítico as exigências dos analistas eram predominantemente teóricas (e giravam em torno da questão: *o que é a psicanálise?*), num segundo tempo, com o estabelecimento da instituição, as exigências se deslocaram para o ensino (*o que deve ser ensinado?*). A preocupação dominante nas diversas sociedades passou a ser a uniformidade, pelo menos nos Estados Unidos. Lá o enorme poder dos didatas é proporcional às pesadas exigências feitas aos candidatos. É fato corrente nos Estados Unidos que os melhores postos nos hospitais são reservados aos psiquiatras-analistas. Esta seleção exacerba os conflitos de autoridade. Freud, numa confidência a Lampl de Groot, já havia reconhecido que a análise estraga o caráter dos analistas, e, acrescenta ele, por estarem postos em posição de poder com relação a seus alunos, os analistas acabam ficando perdidos para a pesquisa.

Se Freud considerou sua obra como aberta a todos os desenvolvimentos e remanejamentos, ele não previu no entanto que, quando se funda uma instituição para defesa de uma causa, o efeito é a mumificação da obra. Paradoxalmente é esta mesma mumificação que assegura reforço para a Instituição, cuja vocação passa a ser a "sacralização" da obra (o que de fato equivale à sua própria sacralização).

"A seleção", admite Bird, "não é a escolha entre um bom e um mau candidato a analista; o que está em jogo, via seleção, é a verdade da Instituição"⁴. "Que fazer com os super-normais que temos?", acrescenta ele. Eles são inanalizáveis. Isto não equivale a dizer que, quando a psicanálise se preocupa com uma imagem pública respeitável, ela abandona, na sua busca, a relação com o verdadeiro que a caracteriza?

4. Brian Bird, *On candidate Selection*, Int. J. of Psychoanalysis, 1968, n° 49, part. 4.

Quando a formação dos analistas tem o ensino universitário como centro, ela se distancia do que deveria constituir o específico de um trajeto analítico. Como a dimensão da transferência fica esquecida no ensino acadêmico, um campo de experiência se fecha ao analista em formação. Nestas condições, o trajeto que lhe oferecem torna-se um trajeto onde o conhecimento (um saber constituído que leva a uma graduação) vai tomar o lugar de um saber remanejado pelos efeitos do inconsciente (um saber que advirá). Em seu comunicado no VII congresso internacional, falando da formação dispensada na policlínica de Berlim (fundada por Abraham), Max Eitingon⁵ já não hesitava em dizer: “Nós protegemos os pacientes que são confiados aos iniciantes pelo controle que exercemos sobre o tratamento deles ao estarmos sempre prontos a retirar o caso de um estudante para continuarmos nós mesmos o tratamento”. Neste caso a Instituição vem a garantir a função de mestre do saber, na pessoa do analista-professor. Desta forma só pode ser difícil para o candidato sustentar um questionamento analítico, já que está sendo julgado (e arrisca-se a ser excluído). Exigir de um candidato em formação que conforme seus tratamentos a um modelo de tratamento padrão é colocá-lo, ao mesmo tempo, na impossibilidade de reinventar com seu paciente. Foi através deste desvio que a análise se esclerosou. A era dos pioneiros e inventores um pouco loucos foi substituída pela de eruditos adaptados mas sem nenhuma genialidade. Isso não deixou de marcar uma prática cada vez mais orientada para a psicanálise de pessoas normais.

O ENSINO DO QUE O INCONSCIENTE ENSINA

Lacan tentou aceitar o desafio que alguns apresentaram como impossível: o ensino do que o inconsciente ensina. Mas, no fim de sua vida, teve a impressão que fracassara. A preocupação com a formalização, que demonstrou a partir de 1970, parece ter caminhado a par com os ideais da ciência oficial. Para fins de ensino, Lacan tentou transmitir uma teoria não contraditória. Mas, se num primeiro tempo, nós borromeus, quadrípodas e buracos expressavam de forma metafórica a língua do inconsciente, em seguida se tornaram rótulos vazios, quando se imobilizaram em fórmulas chamadas matemas, que não se podia usar, a não ser para se fazer valer⁶. Contudo, a posição de Lacan sempre foi mais flexível que a de seus alunos. Ele pode dizer: “Todos sabem que sou alegre, infantil mesmo, dizem. Me divirto!”⁷ E quando Chomsky lhe propôs uma espécie de modelo de ciência linguística conforme

5. Max Eitingon, *Rapport au 7^e Congrès international*, Int. J. Psy, I et II, 1923.

6. Desenvolvido por E. Roudinesco, in *Pour une politique de la Psychanalyse*, Maspero, 1977, pp. 108-114.

7. Cf. Congrès sur les psychoses, 1967, in *enfance aliénée*, Denoël, 1984.

o espírito das equações de Newton⁸, Lacan respondeu: “eu sou poeta”. Enquanto que ele se serviu do matema como de um “ardil poético”, seus alunos, pelo contrário, transformaram a matematização em um projeto ao pé da letra. E assim se chegou a buscar a fórmula axiomática da psicose, da neurose e da perversão. A unicidade do discurso, em psiquiatria ligada à apresentação de caso, levou ao risco de puxar a prática da análise para o lado do discurso do mestre. A transmissão da análise ficou comprometida pelo fato de que a preocupação dominante era privilegiar uma fidelidade de escola, no discurso dos membros. A linguagem lacaniana tornou-se ritual. Somente Lacan teve a precaução de dizer que ele não era lacaniano. Mas, depois de 1970, a criação, a invenção e o jogo deram lugar a uma formalização talvez mais próxima dos ideais da ciência (no plano fantasmático), mas que foi paga por um distanciamento do ardil dos poetas. Ora, como Freud indicou, o poeta e o escritor precedem a psicanálise na descoberta da verdade.

Em seus inícios, entretanto, o ensino lacaniano insistia sobre a necessidade de enfatizar a divisão do sujeito. Dizia-se que evitar restituir ao paciente a verdade de uma divisão era liquidar a essência da descoberta freudiana. O ensino da psicanálise só parecia possível, então, se ele se fizesse portador do discurso histórico. Mas vieram as construções lógicas, num momento da história da Escola Freudiana, e levaram a melhor sobre o saber histórico. “Eu sou psicótico”, pôde Lacan declarar um dia, por pilhéria, “as construções lógicas, eu disse que as considerava psicóticas”⁹. Mas essa virada teórica correspondeu a uma reorganização administrativa na Escola. Laços privilegiados foram firmados entre os professores da Escola e o departamento de psicanálise de Vincennes. Os títulos a outorgar e as sanções a impor aos contestatários vieram aumentar o poder de um grupo de analistas-docentes. A língua da unicidade tomou o lugar que pertencia à do sujeito dividido.

Por mais desagradável que seja, esta questão não pode ser evitada hoje. Se os analistas desaprovaram seus colegas docentes por terem se tornado *os guardiães das grandes fórmulas do Templo*, foi no intuito de apontar o caráter místico de uma certa fascinação pela matemática. As querelas dos teóricos, por outro lado, muito freqüentemente tomaram um ar de querelas teológicas, perdendo-se de vista que a psicanálise não é uma lógica, mas uma prática. Esta inibição, ou este enviezamento de uma prática, associada a um elitismo teórico, não é, aliás, apanágio somente da psicanálise, como a história das ciências testemunha.

8. Cf. Sherry Turkle, *La France freudienne*, Grasset, 1982, pp. 299-300.

9. J. Lacan, “Conférences et entretiens dans les universités américaines”, in *Scilicet* n.º 6/7, Seuil, 1976, pp. 9 e 29.

É certo que no mais das vezes as grandes descobertas científicas se deveram à introdução, num novo domínio, de uma estrutura formal emprestada de um domínio já explorado. Galileu, por exemplo, tomou de empréstimo aos matemáticos as equações que permitiam explicar os movimentos dos corpos pesados (empréstimo que exigia a possibilidade de *medir* tempo e espaço). Lavoisier, que tinha uma formação de economista, fez o *balanço* das combinações químicas servindo-se da balança e fundou a química. Mas ele tinha tomado Newton como modelo e, de fato, procurava encontrar alguma coisa análoga à atração das massas nos fenômenos químicos, o que o levou a se opor com toda sua autoridade aos que quiseram seguir outros caminhos — a termologia, a eletricidade, a óptica... Fazer uma escolha consiste, com efeito, necessariamente, na rejeição de outras opções.

Mas a psicanálise não é em nada uma ciência que possa utilizar as mesmas formalizações matemáticas que as ciências “positivas”. Ela usa, acima de tudo, os meios do raciocínio “comum”, os mesmos de um historiador, de um geógrafo, de um policial, de um jurista e de muitos outros: distinguir, classificar, atribuir, reconhecer, explicar pela causa, pelo reconhecimento do idêntico, pela ordenação etc, em suma, todos os meios que possibilitam as *interpretações*. De forma que, num domínio desse tipo, uma opção teórica mais rígida que rigorosa correria o risco de descartar outras opções, assim como a escolha da atração das massas, no trabalho de Lavoisier, bloqueava outras possibilidades de pesquisa e excluía a novidade.

CLÍNICA E TEORIA

Hoje há uma inadequação da pesquisa psicanalítica quanto aos problemas que a psiquiatria coloca através de uma prática diferente, fora da instituição. Mas quando Freud, em 1918, aconselhou a criação de um departamento clínico como suporte de um ensino, seu desejo era um lugar onde o estudante pudesse ir ao encontro de pacientes neuróticos (ou seja, viver uma experiência que não fosse aquela, deformante, do hospital psiquiátrico). Esta mesma preocupação por um lugar diferente do que a psiquiatria oferece tem sido uma de minhas ocupações durante estes dez últimos anos. É sabido que, encorajada por certas realizações inglesas, fui levada a fundar (com R. Lefort), em 1969, um lugar chamado Bonneuil, lugar aberto às crianças “loucas” e também aos adultos desejosos de viver uma experiência diferente da que as instituições tradicionais oferecem. Os estudantes estagiários por si mesmos explicaram¹⁰ como a vida no meio de crianças loucas, sem

10. Cf. *Éducation Impossible*, Seuil, 1973.

avental branco, sem testes, sem uma técnica a cumprir, suscitou a angústia em alguns deles: e por aí, o desejo de fugir de um lugar que expõe o adulto à loucura do outro. O desejo de saber, quando se trata de psicanálise, conduz de fato a um saber que faz horror, pois ele tem a ver com a castração. Se em Bonneuil houve transmissão de psicanálise para o analista em formação, isto se deu através da experiência de ser afetado pela verdade do paciente. Não foi necessário vencer a ignorância, e sim a resistência, ao preço de mil tormentos.

Este estilo de experiência de certo comporta riscos, pois pode acontecer que um adulto perca suas referências próprias ao se identificar com o adolescente psicótico, a ponto de “adoecer”. Derrapagens deste tipo acontecem mais facilmente quando o sujeito não se beneficiou de uma análise pessoal. Na convivência com psicóticos (esquizofrênicos), também o analista está exposto, pois seus pacientes se conduzem como analistas selvagens para ele (como Searles indica). Por ser interpelado em seu ponto cego, o analista é levado a fazer um caminho com quem o fustiga. A interrogação pelo analista de sua contra transferência faz parte integrante da direção de um tratamento e de um trajeto na instituição.

Por outro lado, a noção de *Instituição explodida* que desenvolvemos em Bonneuil permite a seus sujeitos uma espécie de direito de rejeitar a Instituição. Num dado momento, a Instituição se encarrega desta rejeição, o que permite que o paciente a abandone e alcance um desejo próprio. Isto não quer absolutamente dizer que se consiga sempre. Mas nossa pesquisa atual visa às dificuldades encontradas na volta à vida normal de jovens (18 a 25 anos) com um passado psiquiátrico pesado. Ela aponta que a possibilidade de ruptura com os marcos de doença, únicas bases de identidade e único recurso em caso de dificuldade para o sujeito, depende do apoio (holding) dispensado de fato. Ora, é preciso reconhecer que o ensino nas Escolas de Psicanálise não prepara os analistas para se abrirem a um tipo de interrogações que podem abalar certas idéias adquiridas sobre a doença mental. Além disso, desde que a psicanálise fez sua entrada nas Instituições de “assistência”, ela se posicionou mais a serviço de um saber médico e universitário, e não tanto a serviço do paciente. Neste lugar de sua impossível institucionalização, ela sofreu uma distorção com muitas conseqüências.

É que o jogo, uma vez codificado, não serve à função do mestre¹¹. Winnicott mostrou como o jogo, ao escapar da norma, torna-se

11. Cf. E. Roudinesco, *Pour une politique de l'analyse*, Maspero, 1977, pp. 79-114.

sinônimo de desejo no sujeito. Mas quando se imobiliza (e quando, por codificá-lo, o adulto oculta seu próprio terror), o analista fica aprisionado num impasse com seu paciente. O mesmo vale para o ensino. Talvez tenha sido isso que levou Freud a considerar impossíveis três profissões: os “cuidados”, a educação e o governo dos povos. Cabe ao analista, portanto, se reinventar a partir desse insustentável, próprio à sua função.

CONSTRUÇÃO PSICANALÍTICA

Para que o analista se conserve aberto à invenção, disponível ao imprevisto e sensível ao humor, é necessário que volte constantemente a uma posição de analisando (mais fácil de ocupar numa atividade de pesquisa e de trabalho de campo que numa função de ensino). São de fato raros os analistas que, ao longo dos anos, conseguem não entregar, a título de “ensino”, senão o produto de sua própria redescoberta da psicanálise.

Entretanto, o campo de pesquisa psicanalítica, que pode trazer progressos à teoria, continua sendo o da “situação psicanalítica”, com tudo o que se tece na transferência do paciente e nas interpretações do analista — mas também nas dificuldades ou erros (ligados ao que Balint chama de “fantasma inconsciente” do analista).

Freud distinguiu claramente a *interpretação* (e seus efeitos) da *construção*. Uma diz respeito a um elemento singular do material do analisando (um lapso, por exemplo), ao passo que a outra se liga ao tipo de intervenção do analista quando ele tenta sensibilizar o analisando para um fragmento de sua história que lhe escapou. Na *interpretação*¹² o analista se esforça para decifrar as leis que regem os processos primários e secundários. Enquanto que, através da *construção*, o analista interroga uma encenação fantasmática ligada ao desejo e procura desvelar o que a amnésia recobriu. Mas este “trabalho” só pode avançar se inclui o analista num questionamento contínuo de si mesmo (de uma verdade que o afeta, ligada à do paciente). Neste “projeto”, é do próprio tratamento que o analista espera o material de pesquisa que possa fazer progredir a teoria. Atitude que se opõe à do analista que espera da clínica somente a verificação de um ponto da teoria. Infelizmente, como Peira Aulagnier destacou com justeza, o *resultado terapêutico* reivindicado por Freud se viu substituído depois pelo *resultado teórico* reclamado por alguns de seus discípulos. Mas uma evolução como esta satisfaz mais a ambição do analista do que corresponde à expectativa do analisando.

12. Cf. Piera Aulagnier, “Un problème actuel: les constructions psychanalytiques”, in *Topique*, n.º 3, P.U.F., pp. 61-96.

Em definitivo, a experiência analítica só pode nascer de um caminho comum ao analisando e ao analista. Toda pesquisa (com seus efeitos de ensino) deveria portanto, idealmente, poder incluir as resistências e os avatares do “desejo de saber” do paciente... e de seu analista. Mas isto remete à análise pessoal enquanto constitui a experiência mais significativa da formação analítica. A fim de focalizar as dificuldades, precisamos agora retomar a questão do “tornar-se analista”.

Capítulo 6

Psicanálise didática ou de formação

Problemas passados e presentes

A ANÁLISE PESSOAL: HISTÓRICO

No início (1910), Freud situou a análise “pessoal” como a única via de acesso do analisando para um saber sobre o inconsciente e a transferência. Dizendo de outro modo, a “formação” analítica não se reduz ao ensino da psicanálise, mas remete à análise do candidato¹. O conhecimento objetivo não poderia substituir a experiência analítica, que abre a um saber diferente do saber universitário.

Desde 1914, Freud deu a entender² que as dificuldades e tensões (transferenciais), surgidas no curso de análises breves demais para que a transferência pudesse ser analisada, não eram diferentes das dificuldades encontradas pelos analistas em formação com seus colegas. Questões de precedência, ciúmes e rivalidades de irmãos, na opinião do próprio Freud, estão na origem de um bom número de cisões. Segundo ele, as relações amigáveis entre analistas são inexistentes. Dominam os efeitos de uma situação edipiana (insuficientemente analisada) e produzem sentimentos de exclusão nos grupos, manifestações do narcisismo ameaçado.

Em 1918³, Freud chegou ao ponto de desejar que uma influência educativa se juntasse à análise, em certos casos. Não se trata entretanto,

-
1. Cf. J. P. Valabrega, *La formation du psychanalyste*, Belfond, 1970, p. 40. Maud Mannoni, *Le psychiatre, son “fou” et la psychanalyse*, Seuil, 1970, pp. 196-221. *La théorie comme fiction*, Seuil, 1979, pp. 67-93.
 2. S. Freud, *Contribution à la histoire du mouvement psychanalytique*, precedido de *Cinq Leçons sur la psychanalyse*, Petite Bibliothèque Payot, pp. 69-155.
 3. Cf. S. Freud, *S.E.*, XVII, p. 165.

nesse texto de Freud, de análise didática, mas da análise pessoal de pacientes “muito desnorteados” que, em certo momento de suas análises, necessitam de um apoio “psicoterápico”. Notemos entretanto que, antes de 1920, a clientela “didática” era recrutada entre personalidades que hoje qualificaríamos de “frágeis”. Esclarecido este ponto, Freud lembrou, quanto ao “manejo da transferência”, que a finalidade da análise era que os pacientes chegassem a se “libertar” do analista. Insistiu, além do mais, sobre a necessidade que se impõe ao analista de não considerar o paciente como um ser a formar segundo sua própria imagem. Tema que Balint retomará mais tarde⁴, quando — a propósito da transferência — acentuará a importância de não reforçar ou provocar a criação de um superego rígido no candidato em análise. Ele dirá que “libertar” um candidato de seu analista é *formá-lo num espírito crítico*.

Recordemos também que, antes de 1920, as análises eram relativamente curtas. Kardiner o declara: “Quando Freud situava o complexo de Édipo e a homossexualidade latente, não sobrava muito a ser feito”⁵. “Ele deixava ao paciente o trabalho de operar a *Durcharbeitung*⁶, sobre a qual ele mesmo não sabia grande coisa...” Falando livremente de seu próprio desejo, em análise, aconteceu de Freud (por volta de 1920) confessar a seu paciente (em análise didática) que não tinha paciência para conservar as pessoas por muito tempo. “Eu me canso deles” teria dito a Kardiner. De fato, Freud, na Viena dos anos vinte, parece antes de tudo tomado por uma paixão: a elaboração teórica da psicanálise. Nesta época se interessava pelos analistas em formação animados do mesmo desejo de descoberta e sede de aprender.

No início da era analítica⁷(antes de 1920) os “analistas em formação” não almejavam tanto adquirir um status profissional. Almejavam aprender a conduzir uma análise, o que se limitava a ser capaz de “manter o processo analítico”, a cura vindo por acréscimo.

Mas Ferenczi e Rank, em 1923, chamaram a atenção de Freud para a necessidade de prolongar a duração da análise pessoal do candidato-analista. Para eles, a análise deveria ser levada bem além do Édipo e não negligenciar a etapa pré-genital. Além do mais, as dificuldades que Freud encontrou com seus discípulos, assim como as crises do

4. Michael Balint, *On the psychoanalytic training system*, Int. J. of Psy., vol XXIX, 1948, part. III, p. 171.

5. Abram Kardiner, *Mon analyse avec Freud*, Belfond, 1978, pp. 12, 96 e 104.

6. N.T.: Em alemão no original, que significa *perlaboração*.

7. Cf. Thérèse Benedek, *Training analysis, past, present and future*, Int. J. of Psy., 1969, vol. 50, part. 4.

movimento analítico, levaram-no a compreender as desvantagens de tratamentos muito curtos, onde não havia tempo para abordar a questão da transferência e da identificação ao analista.

Enfim, em 1937, Freud vai insistir na noção de uma análise concebida como processo “interminável”. Espera-se então da análise que ponha o candidato em posição de prosseguir por si mesmo, uma vez interrompida a análise. Ao mesmo tempo em que aconselha aos analistas para que “refaçam um trecho de análise a cada cinco anos”.

Mas, paralelamente, a partir da instauração de uma regulamentação da análise pelo instituto de Berlim (em 1920), a formação passara a acentuar o caráter de “formação profissional”. Ao mesmo tempo, introduziu-se uma mudança ao nível do recrutamento de candidato, que pareciam menos preocupados com a “cura” de seus sintomas do que com o projeto de se tornarem um analista-ideal. Desde então, os efeitos do superego da Instituição sobre a análise se tornaram cada vez mais manifestos. Cada vez mais os candidatos foram selecionados segundo critérios de “normalidade” definidos em termos de “boa saúde mental”.

Thérèse Benedek⁸, que participou da formação ministrada no Instituto de Berlim, conservou-se entretanto bem marcada pelo período “informal” da análise, o de antes de 1920. Falando de sua própria evolução como didata ela salienta a importância que sempre atribuiu à análise enquanto *processo de criação*. De forma judiciosa, ela deixa entender também que este problema depende da personalidade do analista, segundo ele possa ou não ser suscetível, ou mesmo capaz, de favorecer a invenção em sua relação com o paciente. Ela pode também adiantar que tinha chegado o tempo de interrogar não tanto o candidato em análise, mas o próprio analista didata (as resistências e impases na análise estando ligadas, segundo ela, às resistências do analista a seus pontos cegos, suas defesas e rigidez “superegóica”).

A PSICANÁLISE NO QUADRO INSTITUCIONAL

No início do século, os analistas escolheram a psicanálise, ou por perceberem a ineficácia das outras formas de tratamento (quando eram psiquiatras), ou por desejo apaixonado de saber mais sobre si mesmos. Mas, em todos os casos, laços individuais ligavam cada analista a Freud. Já o fato da hostilidade do público para com a análise, ou

8. Cf. *idem, ibidem*.

ainda as dificuldades que os analistas encontravam no hospital e na Universidade, criavam uma solidariedade dos membros entre si, o que aliás foi responsável pela força deste grupo original⁹.

O sucesso da psicanálise depois da segunda guerra mundial criou uma situação bem diferente e se tornou difícil atender a uma demanda sempre maior de “análise de formação”. No plano institucional acentuou-se o tipo de organização estabelecida em 1920 no Instituto de Berlim (análise-ensino-supervisão). A análise sofreu uma inflexão ao nível da motivação dos candidatos: estes se repartiam entre o desejo de receber os “benefícios” de uma análise (serem “modificados” pela análise) e o desejo ainda mais marcante de obter rapidamente sucesso em suas carreiras (o que se pode traduzir por um reforço das defesas a serviço do *ego*). Estes desejos contraditórios podem encontrar um certo eco no analista, dividido ele também entre o desejo que seu paciente “sare” e o desejo que ele lhe traga prestígio e lhe assegure sucesso público.

Que a análise pessoal de um candidato-analista se efetue fora de um quadro institucional (como foi o caso antes de 1920) ou no quadro de um grupo analítico, isto nada muda quanto ao tipo de conflitos de “irmandade” ainda hoje existentes, *dentro* ou *fora* da Instituição (sempre que se constituem as “redes” encontramos o mesmo tipo de luta de influência). Com certeza seria de se esperar que os analistas manejassem melhor as tensões próprias a qualquer existência grupal, mas é forçoso constatar que isto não acontece. Resta a questão de saber o que teria sido negligenciado na análise pessoal dos candidatos — ou o que persistiu como ponto cego em seus analistas.

Com certeza, todo grupo recém constituído (como foi o caso em torno de Freud) tende a se constituir *contra* algo exterior situado como mau. O ideal do grupo fica exacerbado e se confunde com o sagrado (como nota muito bem René Kaës)¹⁰. Pois os indivíduos esperam certezas da potência do grupo, mas, ao mesmo tempo, através de mecanismos de idealização, encontram-se presos em clivagens altamente persecutórias (onde o “bom” analista, idealizado, protege o sujeito contra um lado persecutório). Sabemos que nos estudos sobre o narcisismo ou sobre a psicologia das massas, Freud mostrou como a identificação com o objeto idealizado constitui as instâncias ideais da pessoa. Mas, em consequência, nos deparamos com o transbordamento da libido narcísica de cada um, desde que os indivíduos (incluindo os analistas)

9. Desenvolvido por Phyllis Greenacre, in *Problems of training analysis*, The psychoanalytic quarterly, vol. XXXV, n° 4, 1966.

10. Cf. René Kaës, “L’archi-groupe”, *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, n° 8.

se juntam: seja visando a salvaguarda de uma doutrina, a conservação de uma clientela ou a obtenção de postos na Universidade, ou mesmo “colocações” no hospital.

Assim, como o luto de uma onipotência infantil muito raramente foi feito, a vontade de poder do sujeito se desloca para uma instância “organizadora” e se erige um ideal grupal que, cedo ou tarde, ameaça funcionar como ideologia com suas vítimas sacrificatórias, sua violência, sua tirania...

Quanto a Lacan, muito consciente destes perigos, evitou ligar a análise do candidato à Instituição. Mas não pôde evitar com isto que os efeitos superegóticos de um ideal analítico irrompessem nas análises ou na prática de jovens analistas. Os múltiplos grupos nascidos de cisões da Escola Freudiana de Paris são testemunhas disto, pois, qualquer que tenha sido o modelo institucional escolhido (ou anti-institucional), eles não puderam evitar uma forma de “canibalismo” nas relações entre os membros.

DIFERENTES ETAPAS DA ANÁLISE PESSOAL

Lembremos que nas estruturas de grupos analíticos nascidos da Internacional, quando a análise do candidato é situada como “didática” ou “análise de formação”, em geral só pode ser empreendida por analistas didatas, selecionados entre os membros titulares. Em alguns países a escolha do analista se alargou para todos os membros titulares, devido à pressão feita para reduzir o peso de uma superseleção nociva à própria análise.

Mas, de toda maneira, diferentes momentos pontuam as etapas da análise (pessoal ou didática) do candidato:

1. *A fase inaugural (chamada análise pessoal)* nem sempre está ligada à Instituição. O candidato entra em análise primeiro por problemas pessoais.

2. Em geral, *é num outro tempo* que se efetua o procedimento institucional de autorização para uma análise chamada de didática que, ou prossegue com o mesmo analista, ou se continua com um analista “habilitado” a conduzir uma análise didática. Ainda mais tarde, o candidato deve empreender um outro percurso institucional a fim de conseguir autorização para começar uma supervisão. Estas modalidades de intervenção da Instituição no percurso analítico do candidato são quase idênticas em todos os grupos ligados à Associação de Psicanálise

Internacional. Atualmente, entretanto, há uma tendência para que o encontro do sujeito com o aparelho institucional — implicando a questão do “reconhecimento” do sujeito analista pela Instituição — não se faça antes que a análise e a supervisão tenham terminado. Idealmente corresponde a juntar-se à posição de Lacan, que sempre recusou ligar a análise em curso (e os critérios de “normalidade” do candidato pela Instituição só pode acontecer, ou não, após um trajeto percorrido. Assim também, um candidato será julgado¹¹ pela sua prática (e pela sua participação no trabalho de pesquisa da Instituição). Esse procedimento, contudo, não suprime os conflitos de precedência, tal como existem nas estruturas institucionais filiadas à Internacional. De fato, o confronto de “irmandade” não acontece somente no interior de uma Instituição analítica, mas também no hospital, na Universidade ou mesmo no seio de concursos para promoções. Pois, a partir de 1950, a qualificação de psicanalista tem trazido pontos suplementares ao acesso a postos oficiais. A ênfase se deslocou da análise pessoal para a satisfação narcísica de ser uma analista. Assim criou-se a oportunidade para os candidatos mascararem suas dificuldades pessoais escolhendo uma via de sucesso acadêmico ininterrupto. Para um certo tipo de candidato, a análise fica no mesmo contexto de concursos e exames a vencer.

Uma lei de 1944¹², nos Estados Unidos, possibilitou que os antigos G.I.¹³ prosseguissem os estudos e aprendessem um ofício, entre eles a psicanálise. Para que o candidato-analista pudesse receber subsídios, a *psicanálise didática* foi redefinida como ensino (ao passo que antes, a mesma análise era definida como terapia). Um clínico geral, “para melhorar como médico”, pode assim deduzir o custo de sua análise dos impostos, a título de despesas com a profissão, ao passo que um psiquiatra diplomado não pode. Uma tal irrupção do jurídico distorce a regulamentação da análise (situação que poderia acontecer também na França), fazendo-a passar de uma posição terapêutica (ligada ao custo de um tratamento) a uma posição de ensino (que importa em honorários profissionais no quadro de uma formação permanente), acentuando-se assim o lado “profissional” de uma disciplina convidada a se tornar uma superespecialização. Ora, os efeitos de uma distorção como esta (que encontramos igualmente na França) têm como resultado o recrutamento de candidatos entre uma elite universitária, candidatos que — como já vimos — estão mais centrados no sucesso de uma

11. Estas foram as modalidades de funcionamento retomadas pelo Centro de Formação e Pesquisas Psicanalíticas.

12. Cf. Thomas Szasz, *Psychoanalysis and taxation*, American J. of psychotherapy, vol. XVIII, n.º 4.

13. N.T.: A autora se refere aos ex-combatentes do exército.

carreira que nos “remanejamentos dialéticos” no curso de uma análise. A vontade de adquirir um conhecimento objetivo veio substituir a paixão por uma “verdade”¹⁴, num momento da história do movimento analítico. Mas candidatos deste tipo, quando se tornam analistas correm o risco de repetir a mesma abordagem estereotipada com seus pacientes, repetindo com eles o aspecto “falso self” de sua própria atitude analítica (ou seja, um procedimento puramente intelectual amputado de qualquer dimensão de “drama” a viver na transferência). O analista pode se tornar aquele que ensina o paciente a pensar como ele e, como terapeuta, pode estar exposto à impaciência quando a clínica vier desmentir um ponto de teoria. A identificação do analista com o seu próprio analista pode levá-lo a reproduzir com seus pacientes aquilo no que ele mesmo foi formado. Este perigo (o risco de reduzir a análise à sugestão) é tanto maior quanto um analista como este ocupe um lugar de prestígio no grupo.

Tudo isso nos leva a interrogar os *critérios de fim de análise*, na medida em que se tornaram muito perfeccionistas, mas no sentido da norma (a de uma “boa saúde” mental). Tanto mais porque os elementos que ficam intocados numa análise do tipo que acabamos de evocar mantêm a fascinação do candidato por uma imagem ideal de analista e deixa inteiros os problemas narcísicos. Além do mais, na opinião dos próprios analistas, os problemas de ciúmes edipianos ou de rivalidades de irmãos (e a projeção disto na Instituição analítica) raramente são abordados (quando mais não seja, devido a que, muito freqüentemente, o próprio analista didata está preso nos mesmos conflitos narcísicos).

A FORMAÇÃO NA INSTITUIÇÃO

De 1970 para cá, a tendência nos principais grupos pertencentes à Associação de Psicanálise Internacional vai no sentido de assegurar maior proteção ao candidato, eliminando a participação do didata nos procedimentos administrativos de avaliação de seus próprios candidatos na Instituição. Em algumas sociedades de psicanálise já não se exige analista didata. O único que conta é a análise pessoal do candidato, cuja “avaliação” se faz a partir de sua prática, em função das supervisões.

O mérito das enquetes junto a analistas que terminaram sua formação foi trazer à luz a superestimação do poder do didata, a quem

14. O que Lacan chamou de “paixão pelo significante”. Ao evocar o que está em jogo na situação analítica, acrescenta a propósito desta “paixão”: “quer haja ou não alguém para funcionar como disparador” (J. Lacan, *Séminaire XI, Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*, inédito).

o analisando sente como pessoa que pode impedi-lo de tornar-se analista. Por esta razão pareceu urgente separar as funções do didata (como analista) das que exerce administrativamente na Instituição. Ele não podia continuar sendo juiz e parte envolvida, sem comprometer a análise do candidato. Um analista em formação dizia: "Eu nunca pude separar a situação analítica de minha condição de candidato-analista. Nunca pude ser honesto comigo mesmo ou com o analista, durante o período de minha formação. Tinha muito medo de fracassar"¹⁵.

Mas o que apareceu através de uma enquete na Columbia University junto a cento e vinte e três analistas foi não somente esta superestimação do analista com quem o candidato se identifica, mas também a contra-transferência do didata permeando os problemas da análise pessoal do candidato e os problemas surgidos no grupo de trabalho do analista em formação. Também o pré-congresso de Viena (em 1971) acentuou as distorções da transferência e o tipo de "dependência regressiva" para com o analista que daí resulta. E, finalmente, desde então, a maioria das instituições analíticas tem se orientado para a separação, na prática, da análise didática e de suas implicações administrativas, desta forma, respondendo com quarenta anos de atraso as críticas formuladas por Anna Freud em 1938.

Lembremos entretanto que o verdadeiro obstáculo hoje está no recrutamento de candidatos "normais", por demais centrados em suas carreiras, a ponto de passarem ao largo da análise. Pois, quando as defesas narcísicas e as ambições do candidato encontram algum eco em seu próprio analista, a análise, enquanto *terapêutica*, se verifica impossível de se conduzir. Ao passo que, numa análise "comum", o projeto de se tornar analista seria "analisado", isso não acontece quando a perspectiva profissional está implícita no início do tratamento. O que pode se ver negligenciado são os fantasmas de onipotência que muito freqüentemente embasam o voto de tornar-se analista.

PROBLEMAS TEÓRICOS

A noção de fantasma, em sua relação com o inconsciente, recobre a relação do sujeito com o mundo e sua relação com o Outro. Lacan definiu o *final de um tratamento analítico*¹⁶ como a experiência que o sujeito faz do "fantasma fundamental" e de sua passagem para a pulsão. Isto corresponde ao momento em que o analista cai da idealização

15. Daniel Shapiro, *The training setting in training analysis (28th psychoanalytic congress, Paris, July 1973)*, Int. J. of Psy., 1974, vol. 55, part. 2.

16. J. Lacan, *Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse, Séminaire XI*, Seuil, p. 245.

de que era objeto até o momento de servir de suporte à identificação do sujeito. Com efeito, se a experiência analítica se desenrola numa relação de sujeito a sujeito, em dado momento ela se abre numa relação de sujeito a objeto, conforme o fantasma. Mas este plano do fantasma tem que ser ultrapassado para que se chegue ao desejo do sujeito em sua verdade. Pois, embora o fantasma sustente o desejo, no entanto não o mantém. Devido ao fato do Outro ser tomado como *objeto* no fantasma, na relação analítica, alguma coisa tem que ser ultrapassada na análise, e isso se faz através da castração. O fantasma funciona como tela que retira o sujeito do real. Ora, é próprio da neurose e da perversão evitar a castração por intermédio do fantasma, seja por se fixar nele, ao abrigo do outro, seja por realizá-lo.

No centro do desejo existe portanto, para Lacan, a provação formadora que ele chama de *castração simbólica*. Ela marca a ligação do gozo (que só pode ser parcial) a uma forma de sofrimento, e introduz uma ruptura com a pulsão e com o fantasma. Do contrário, tomada numa interpretação perversa, a lei da castração é uma lei (ditada pelo superego) que ordena ao sujeito o gozo sexual absoluto (a não castração). Muitas análises, longe de se concluírem numa experiência de derrota absoluta, terminam numa apoteose onde o sujeito, tendo varrido toda culpabilidade, triunfa sobre suas fraquezas e falhas e agora acredita poder se autorizar, assim realizando o fantasma perverso de *ser* o fálus do analista-mãe e, também, de *possuí-lo*.

Bem diferente é o término de uma análise que chega a um limite contra o qual o paciente se choca, o próprio limite em que se situa toda a problemática do desejo. Seu caminho de acesso passa por dentro de uma provação em que o analisando faz a experiência de ter esgotado não somente a futilidade de suas demandas (porquanto nada mais eram que demandas regressivas), mas também a *futilidade de seus dons*¹⁷. Quanto ao analista, Lacan o considera o sacrificado da análise. Pois ele empreende uma obra por um outro, mas é o analisando que a terminará, e *fora* de análise.

Cada uma das duas doutrinas psicanalíticas (“ego psychology” de Hartmann e psicanálise freudiana centrada nos efeitos do significante na estruturação do desejo) leva a uma ética. Na primeira prevalece a relação com uma norma moral, a nossa, que procuramos impor ao candidato-analista. Na segunda, o que está em jogo é da ordem de um remanejamento do ser: trata-se da relação do sujeito com a verdade. Liga-se estreitamente, portanto, com o advento de um *Eu* dentro de uma

17. Cf. J. Lacan, *Séminaires des 22 et 29 juin 1960, L'éthique de la psychanalyse* (inédito).

certa articulação simbólica, bem diferente de uma pura e simples submissão a um superego.

Assim como toda concepção da análise sofre uma inflexão pela escolha teórica situada em seu início, os critérios de seleção e a própria perspectiva da análise estão em função do que, no início, se encontra privilegiado no *desejo do analista*. Daí por diante, a continuação do jogo depende do que o analisando vai fazer com este desejo¹⁸.

O ANALISTA DIDATA E O PROCESSO ANALÍTICO

“Não há outra análise senão a pessoal”, dizia Octave Mannoni ao escrever *A Análise Original*¹⁹. *Ao que Lacan respondeu que “toda análise é didática”, no sentido de que uma análise que continua para além do desaparecimento dos sintomas produz efeitos de linguagem no sujeito, que o levam a não mais se situar como causa de si próprio*²⁰. Uma análise descentra de fato o sujeito de toda posição de domínio mas, no entanto, este sujeito continua a existir no fantasma, a se significar sob as vestes de um *ego* e a falar... Descentrar, portanto, é reconhecer o lugar dos equívocos. Mas, quanto mais o sujeito é descentrado de seu domínio, tanto mais o *ego*, por compensação, toma lugar no centro do fantasma. Descentrar equivale então a situar o lugar do inconsciente mostrando para a palavra sua Outra cena. Lacan ressaltou que “o inconsciente é um conceito forjado sobre um traço do que opera para constituir o sujeito²¹”. Ele indicou também que “lá onde não estou, está o inconsciente; lá onde estou, fica muito claro que me extravio”.

O que Octave Mannoni tentava esclarecer ao acentuar a *análise pessoal* do candidato é que a experiência mais penosa para quem deseja ser analista é ter que primeiro aprender a ser paciente²². Esta posição, que nos inícios da psicanálise era considerada um privilégio, deixou de sê-lo, paradoxalmente, quando a análise se profissionalizou. Sabemos, por exemplo, que hoje um grande número de analisandos possui uma vasta cultura analítica, mesmo antes de sua entrada em análise, e que isto frequentemente alimenta suas defesas. A análise está arriscada a se desenrolar como *aplicação* de um ponto de teoria, no objetivo de se mostrar um excelente aluno, e não um neurótico perturbado. Toda arte

18. Maud Mannoni, *Le psychiatre, son “fou” et la psychanalyse*, Seuil, 1970, pp. 196-233.

19. Cf. O. Mannoni, *Clefs pour l’Imaginaire*, Seuil, 1969, pp. 115-130.

20. Cf. J. Lacan, *Écrits*, Seuil, p. 835.

21. *Ibid.*, p. 830.

22. Desenvolvido por A. Limenani, “L’analyste didacticien et les difficultés dans l’analyse de formation”, *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, n° 8, pp. 225-233, traduzido por Jeanne Smirhoff.

do analista consistirá, em tal caso, em criar efeitos de surpresa com seu paciente para que apareça uma palavra que seja expressão de um sofrimento do ser. Autorizar-se a “ser louco” na análise, em vez de “representar o normal”, supõe que o analisando saiba que, no final, não será eliminado da Instituição analítica. Lembremo-nos que foi isto que levou Balint, em sua época, a questionar os modelos perfeccionistas das Instituições de psicanálise²³ e a se perguntar se a noção de “saúde mental” deveria ser conservada como critério de seleção. No final das contas, foram os analistas um pouco “loucos” da primeira geração que mais contribuíram para a psicanálise...

De fato, a tarefa do analista consiste em permanecer atento ao fantasma inconsciente que organiza a situação analítica (e a interpretá-lo)²⁴. A interpretação pode assim funcionar como *revelação* para o sujeito, mesmo quando rejeitada. De toda maneira é a interpretação (ou sua ausência) que constrói e orienta o que surge na sessão. É a estrutura inconsciente que se cria entre analisando e analista que orienta a situação transferencial — contra-transferencial. Quando não há obstáculo do lado do analista, pode surgir uma criação (interpretação ou construção) que por vezes está na origem de inversões sucessivas. Por outro lado, a noção de *campo* que o analisando estabelece com seu analista permite que aí se incluam conceitos freudianos, como o de *reação terapêutica negativa*. Pois não é o analisando sozinho quem estabelece uma relação negativa, tecida como é com um analista que suporta, ou não, qualquer outro tipo de paciente.

De forma que o que se deve destacar é o caráter *imprevisível* do processo analítico, ainda que alguns analistas não hesitem em impor um verdadeiro programa a seus “supervisionados”: “analisar as diferentes etapas do processo do paciente, abordá-las na ordem, uma após a outra, do mais superficial ao mais profundo”. Que fique claro: onde o analista espera ver surgir, por exemplo, o “genital”, é o “oral” que se põe a falar...

A SITUAÇÃO ANALÍTICA

Ao interpretar, o analista se vê, de certa forma, implicado no processo patológico instituído pelo analisando. Este último tende a repetir na situação analítica aquilo que em sua vida permanece um impasse. O analista, ao mesmo tempo que se implica na patologia do campo, guarda suas referências (suas “construções”) que lhe permitem

23. Michael Balint, *On termination of analysis*, Int. J. of Psy., vol 31, pp. 196-199.

24. Cf. W. Baranger, “La théorie et la technique de la psychanalyse”, *Topique*, n° 3, P.U.F., pp. 5-46.

ajudar o sujeito a se desembaraçar dos efeitos dos mecanismos de defesa e das projeções. Desta forma, algumas identificações projetivas e introjetivas do paciente encontram um ponto de ancoragem no analista. É verdade que a análise pode ficar bloqueada se, por exemplo, o analista não consegue se desembaraçar o suficiente de uma “fascinação” pelo discurso de seu paciente, discurso às vezes dominado por fenômenos arcaicos de “clivagem” do *ego*. Nesses momentos o sujeito se encontra atravessado por acusações, e mesmo por passagens pulsionais, ao ato que são obra de um outro ao qual se identificou. É difícil fazer o paciente reencontrar uma palavra própria durante esta etapa por vezes necessária da análise, quando o paciente está cegamente preso numa “alienação” num outro (espécie de nó que faz pensar no olhar do hipnotizador). A *Durcharbeitung* constitui uma elaboração que necessita vários percursos e não basta, como Lacan lembrou, levar uma análise a seu fim: *A mesma volta deve ser percorrida várias vezes*²⁵. Reconquista-se a palavra através de um laborioso trabalho de “desidentificação”²⁶. Reencontrada pelo analisando ou reinventada no tratamento, a palavra se liga, na transferência, através da resistência, ao que o analista vai favorecer como abertura. Desta forma, a análise de um tipo de pacientes, como Bleger mostrou²⁷, não reside na análise do paciente, mas na análise do que este paciente faz com o analista (aquela dos momentos de crise, quando a análise da “estratégia” acionada pelo paciente só interessa porque remete a uma espécie de repetição “mortal” em sua vida). Em certos momentos de um tratamento (particularmente nas “crises” psicóticas), o analista fica sendo o depositário das projeções do paciente, ao mesmo tempo em que evita “fundir-se” com ele.

Desta forma, vários analistas (como Pichon-Rivière, Bleger, Madeleine e Willy Baranger, entre outros) puderam estudar o que chamaram de “parasitismo” do campo analítico, ou seja, a maneira pela qual, em certos momentos, a resistência do paciente pode encontrar a do analista e provocar uma espécie de “fechamento” do inconsciente. Mas a situação analítica pode também produzir efeitos ou “laços” simbióticos, em outros momentos. Eles devem ser analisados para evitar que produzam uma forma de mimetismo do analista pelo analisando, mimetismo que no seu avesso constitui uma forma de resistência²⁸.

25. Cf. J. Lacan, *Séminaire XI, op. cit.*, p. 246.

26. Desenvolvido por Octave Mannoni, in *La crise d'adolescence*, col. L'espace analytique, Denoël, 1984.

27. Cf. José Bleger, *Symbiose et ambiguïté*, P.U.F., 1981.

28. Recordemos que foi ao se distinguir da hipnose que a análise se instituiu. O aprofundamento desta questão nos levaria a estudar qual é o recurso fundamental da análise.

Levando em conta tudo isto, chega um momento em que o analista, num discurso que se faz *ato*, torna possível a passagem para a sublimação. Passagem só possível através de um trabalho de “luto” do analisando que renuncia a fazer do analista o objeto de seu fantasma. Portanto, é através de uma perda que o analisando chega a realizar um ato criador, o que supõe que ele tenha se separado de toda perspectiva de domínio. Mas o que assim se opera na situação analítica, enquanto acesso à sublimação, implica que a obra produzida seja enviada a outros campos (que não o da “situação analítica, englobando o paciente e seu analista). A provação a “experimental” em análise é a da verdade do significante verbal (já vimos isto no início deste livro, a respeito da histeria). Provação que Lacan situou como puro gozo, gozo do Outro. Se há produção de saber, ela se dá no ponto em que se separam o gozo sexual e esta outra forma de gozo constitutiva do ser falante²⁹. Mas, para Lacan, num senso estrito, não há saber sobre o inconsciente. *O inconsciente é um saber que não se sabe*. Apenas o discurso analítico pode determinar o saber não sabido, com o qual se goza. Ora, o discurso não é significante senão pelo efeito que produz no outro. E, como vimos, o analista acaba por ser o “sacrificado” da análise. Talvez seja por isso que às vezes lhe acontece de querer recuperar a aposta, servindo-se do paciente para verificar um ponto de teoria. O “sacrificado” passa então a ser o analisando. O que não deixa de colocar problemas, como vimos³⁰.

Paris, julho de 1982 — agosto de 1984.

29. Cf. J. Lacan, *Le séminaire 1971-1972, livro XIX* (inédito).

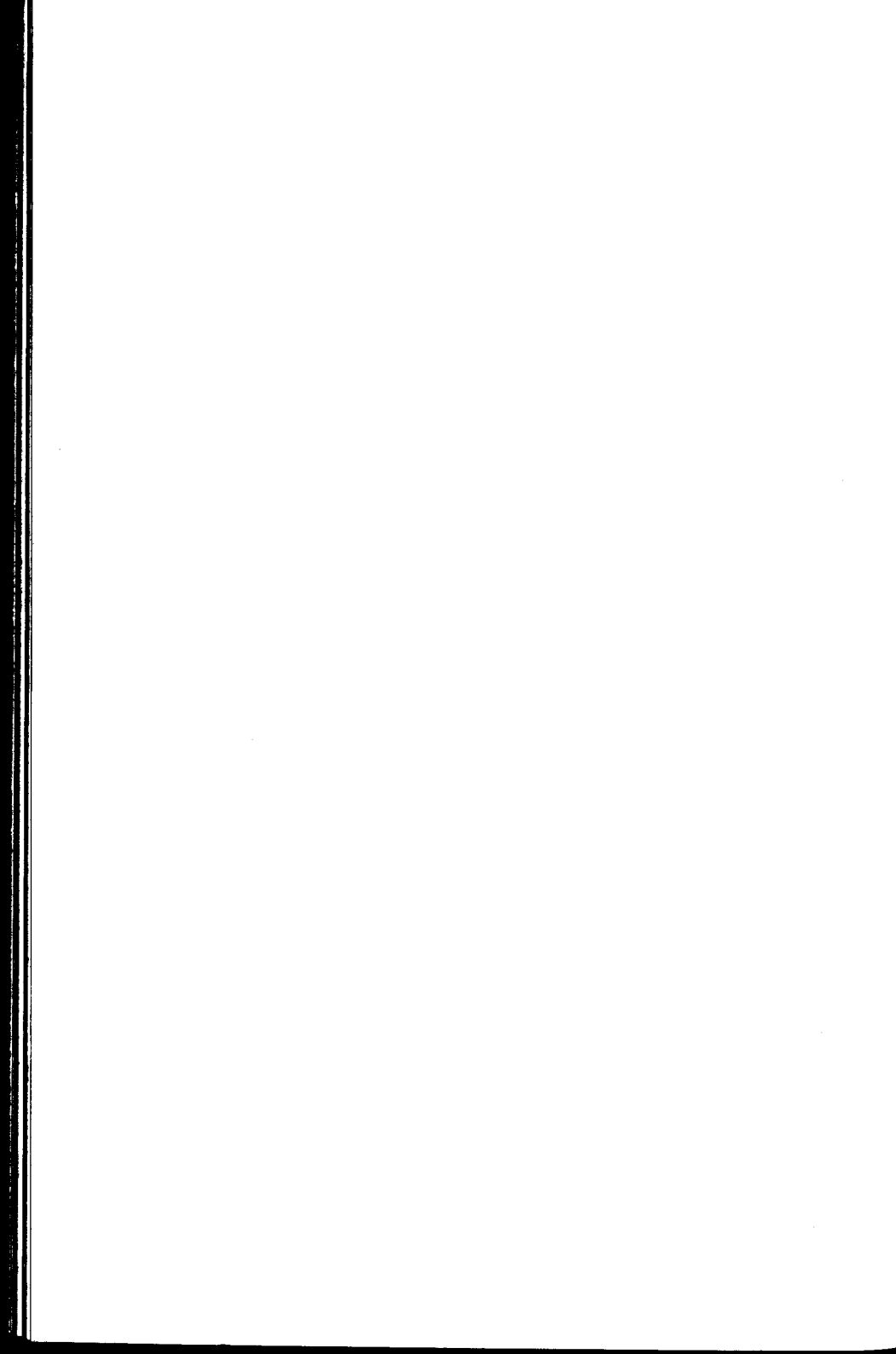
30. A “recuperação” de um conceito previamente inferido no paciente, em Freud, resultou no *Homem dos Lobos*. Em Lacan, ligou-se à invenção do “passe”. O mérito de Lacan está em ter dito claramente que “o passe é um fracasso” — o que seus alunos, em seguida, recusaram-se a ouvir.



Posfácio

O tempo do ato
O analista entre a técnica e o estilo

Patrick Guyomard



Apesar do retorno a Freud, seria ilusão fazer de Lacan o sucessor do fundador da psicanálise. Há real demais neste campo, como em outros, para que a história não seja falsa quando se insiste demais em genealogias e filiações. A de Lacan a Freud tem sido mais protestada, como um crédito, e conquistada como todo reconhecimento que é antes arrancado do que recebido.

No fim de sua vida, ele não o escondia e não tinha necessidade de ser mais realista que o rei, por zelo ou por uma preocupação de fidelidade deslocada: *O inconsciente não é de Freud, é preciso que eu o diga: é de Lacan. O que não impede que o campo seja freudiano*¹. Impossível ser mais claro. Freud mancava, Lacan o recolocou em pé. Mancar não é grave, sabemos que é o passo da verdade. Ainda assim, é preciso mancar certo: e não no contratempo.

Justamente a questão do tempo do tratamento e da técnica analítica continuam um ponto maior de discórdia entre as práticas — e as orientações — de um e de outro. Independente do modelo estrito do tempo da sessão que serviu de pretexto — na ausência de qualquer debate de fundo — para uma suspeita que levou à demissão de Lacan, e depois à recusa de sua readmissão², a abordagem e a prática do

-
1. Lacan, “Abertura da seção clínica”, *Ornicar?*, nº 9, p. 10. Esta afirmação fica mais precisa com esta outra, tirada do mesmo texto (p. 9). “Bom, eu diria que até certo ponto eu recoloquei em pé o que Freud disse. Se falei de ‘retorno a Freud’ é para que se convençam do quanto ele andava manco. E me parece que a idéia de significante explica como isso anda”.
 2. Demissão de Lacan da Sociedade Psicanalítica de Paris. Em 1953 ele se incorpora à

tratamento parecem tão diferentes em numerosos pontos, que por si só justificariam o que a Escola Freudiana representou. Mas, não sendo esclarecidos, só podem manter a psicanálise numa crise aparentemente sem outro objeto além de nomes próprios, onde fica escondido em nome de que — e não de quem — essas orientações divergem. É igualmente essencial situar os problemas em seus lugares, sem o que tudo se reduz a uma postura e a uma afirmação de identidade. Não há nenhum interesse e nenhuma justificativa para que os analistas, na medida em que isso pode acontecer, arrastem seus analisandos para dentro de disputas nas quais acabam sendo joguetes de verdades que os determinam tanto mais quanto eles o ignoram. O mesmo se aplica aos analistas, algumas vezes³.

Tomemos por medida o que, sem desmentidos, pode se reconhecer como uma identidade lacaniana. Num artigo publicado em 19 de abril de 1984⁴ com o título *The shrinking hour*⁵, num sobrevôo muito rápido mas com certa exatidão, Daniel Goleman analisa a evolução da duração da sessão na técnica analítica. Na prática de Freud, as sessões duravam uma hora ou cinqüenta minutos, nunca menos, acontecendo às vezes (como no encontro com Gustave Mahler) sessões de trabalho

Sociedade Francesa de Psicanálise (fundada com D. Lagache, J. Favez-Boutonnier, F. Dolto). Surgem dificuldades em 1959, quando a S.F.P. faz um pedido de filiação à Associação Internacional de Psicanálise. O *sponsoring committee* exige que Dolto e Lacan não figurem mais na lista de didatas. Os membros da Sociedade se dividem. Esta clivagem devia levar à constituição de dois grupos. Os “lacanianos” se reunindo em volta de Lacan por ocasião da fundação da Escola Freudiana de Paris (1964).

3. Para determinar este ponto, há uma certa inconseqüência em que as Instituições nascidas da Escola Freudiana tenham se lançado numa repetição da experiência do passe, apesar da conclusão de Lacan *o passe é um fracasso*. Não que não se pudesse ter sucesso onde ele fracassou, mas porque este fracasso, se aceitamos o peso do que ele disse, afeta a experiência mesma e os que “passaram” por ela. Equivale a dizer que eles não podem se reconhecer nela: “não era ele, tampouco era ela”, como na fórmula consagrada. De que adianta então uma repetição do ponto cego? Não há nisso uma estranha negação, cujo peso recai sobre os candidatos: triunfar — ou fracassar — onde os mais velhos fracassaram? Não haverá outro caminho para este problema que não seja o encerramento um pouco mais vivo no impasse das gerações: obrigar os filhos a triunfar onde os pais fracassaram, com o desejo inconsciente do contrário? Isto exigiria uma repetição da aventura do passe que, na nossa opinião, estava alhures. Muito outra e dramaticamente além.
4. Daniel Goleman, “The shrinking ‘hour’ : critics assail ‘assembly line’ therapy”, *International Herald Tribune*, 19 de abril de 1984.
5. A hora que encolhe. Os amantes do cinema associarão com este filme fantástico, bem conhecido, *The shrinking man* onde o herói, reduzido a uma dimensão microscópica que o faz desaparecer aos olhos dos seus, sobrepuja o sentimento de seu aniquilamento ao contemplar o céu estrelado sobre sua cabeça. Ele reencontra Deus no infinito dos mundos celestes, sendo ele para os humanos nada mais que uma estrela esvanecente e logo invisível: uma poeira de estrela.

analítico de várias horas durante vários dias, num quadro muito flexível: seu consultório de Viena ou longas caminhadas na floresta ou ao acaso de um encontro como o de *Katharina*, por ocasião de uma excursão aos montes Tauern, num refúgio a mais de 2000 metros, e que ele relata nos *Estudos sobre a Histeria*. Em seu consultório, os encontros eram de hora em hora.

Após passar em revista as divergências desse modelo, mínimas no fim de contas, ele chega na prática lacaniana. Ele se refere a alguns autores americanos, comentadores dos *Escritos* e à realidade bem conhecida, como chamá-la de outra forma, da prática, nem sempre uniforme aliás, de Lacan e dos lacanianos, que ele descreve assim: “Lacan organizava o horário de forma tal que sempre houvesse três ou quatro pacientes na sala de espera. A duração das sessões variava de cinco minutos a uma hora ou mais, se lhe parecesse que valia a pena, embora a maior parte durasse menos que vinte minutos”⁶. Que cada um avalie esta descrição, que em todo caso não me parece longe da verdade. Minha atenção não é dar uma espécie de clichê exato de uma técnica que, por sua vez, se estandardizou a ponto de produzir seus *standards*, mas sim de medir o alcance do adjetivo “lacaniano” neste caso. O mesmo artigo fundamenta, ou seria melhor dizer refere, dado à brevidade da argumentação, a prática de Lacan nas teses que a sustentam. Ora, não há certeza de que a teoria implique em uma só técnica, principalmente sob este aspecto no limite da caricatura. Além do mais, é forçoso admitir que a técnica é portadora de normas e, para dizer tudo, de ideais, sobretudo se a relacionamos com uma condução do tratamento e com uma antecipação de seu fim. Na falta de uma determinação do fim do tratamento que fundaria a priori a técnica em função de seus “objetos”, o inconsciente e o desejo do analista ficam sendo determinantes. Problema que não se elimina por formalizá-los, o que equivaleria a suprimir a dimensão da verdade e o desejo do Outro.

A verdade é a fonte da ação freudiana. É também o que liga a psicanálise ao conceito de inconsciente. Ele se fecha quando deixa de ser *portador da palavra, porque já sabe ou acredita que sabe o que ela tem a dizer*⁷. Sem a palavra verdadeira não há verdade, aí está a razão dos efeitos das interpretações de Freud: “A resposta que ele dava ao sujeito era a palavra verdadeira na qual ele mesmo se fundamentava e (...)

6. Eis o original que eu mesmo traduzi: “Lacan would schedule patients so that there were always three or four in the waiting-room, and sessions varied in length from five minutes to an hour or more if it seemed merited, although most were under twenty minutes”.

7. Lacan, *Êcrits*, Seuil, 1966, p. 359.

por unir dois sujeitos em sua verdade, a palavra exige ser uma palavra verdadeira para um e para outro”⁸. Quanto ao inconsciente, ele continua sendo um campo ao qual a técnica tem que se subordinar, “o inconsciente não finge”. “O desejo do Outro não é uma vontade ausente”⁹.

Se a técnica analítica é uma técnica da verdade, “saber o que fazer com a verdade”, como Lacan escreverá sobre o saber do analista, ela não é entretanto um fim em si mesma. Pode-se questionar a verdade da técnica quando ela se transforma em norma. Não parece, o que é bastante lógico, que Freud e Lacan se orientem pelos mesmos fins, ainda que encontrem as mesmas impossibilidades. Tentaremos esclarecer esta diferença, tendo o cuidado de manter a análise, a que vai se fazendo, no caminho de seu avanço que não é incondicional; não há absoluto analítico e “de nada serve esfalfar-se no remo quando o barco está na areia”.

O TEMPO DA SESSÃO

Freud excluía o tempo da sessão das variações possíveis da técnica. “No que concerne ao tempo, penso que convém absolutamente fixar uma hora determinada. Cada um de meus doentes conta com uma hora disponível de minha jornada de trabalho”¹⁰. A variação não está nesta duração, no interior do tratamento. O único tempo variável, indeterminado, é o da duração da análise ou do número de sessões: seis sessões por semana e algumas vezes três¹¹. No entanto, ele se interroga sobre a técnica e suas modificações necessárias. Com Ferenczi, ele concorda com uma “atividade” necessária do analista, em 1918. Será mais crítico em 1938. Não contrapõe esta atividade à proibição, mas à frustração ou abstinência que pode contrariar a satisfação substitutiva inerente ao sintoma e permitir a nova economia psíquica exigida pela renúncia ao sintoma.

Ele vê mesmo favoravelmente novas técnicas — no plural: reconhece-as e as legitima. “Dia a dia descobrimos que as diversas formas de doenças que tratamos não podem ser curadas por uma única e mesma técnica”¹². Esta foi de fato criada “em vista do tratamento da histeria e continua a se aplicar bem para esta afecção”. Dois exemplos demonstram que uma “nova espécie de atividade” deve ser levada em conta: a fobia e a neurose obsessiva. Na fobia, o modelo

8. Lacan, *ibid.*

9. Lacan, *Scilicet*, 2/3, p. 29.

10. Freud, “O início do tratamento”, in *A técnica psicanalítica*, P.U.F., p. 84.

11. Freud, *ibid.*, p. 85: “Dedico a cada paciente (...) por volta de seis sessões por semana. Nos casos leves ou nos tratamentos já adiantados, três horas por semana bastam”.

12. Freud, “Novos caminhos da terapêutica analítica”, in *A técnica analítica*, P.U.F., p. 139.

histórico deve ser invertido. Impossível esperar pelas associações e lembranças para levar o analisando a renunciar à fobia. É preciso primeiro “atenuar” o sintoma para em seguida dispor de elementos associativos. “Nos casos graves de atos obsessivos, parece ainda mais contra-indicada uma espera passiva”. O tratamento se eterniza sem trazer mudanças, tende para um “processo assintomático” sem fim. “Em tal caso, a técnica consiste em esperar que o próprio tratamento se torne uma compulsão e em se servir desta contra-compulsão contra a compulsão mórbida”¹³.

Não se observará nenhum uso do tempo e a necessária adaptação da técnica. Aos imperativos de estrutura e de economia do tratamento se juntam os fatores pessoais. Freud o confirma na abertura de *Os Conselhos aos médicos sobre o tratamento analítico*. As regras técnicas são as que lhe convêm. Lacan não pode deixar de concordar e conclui as *Variações do tratamento padrão* com sua própria tradução da declaração freudiana: “Mas devo dizer expressamente que esta técnica só foi obtida por ser a única apropriada à minha personalidade; eu não me atreveria a contestar que uma personalidade médica de constituição diversa da minha pudesse preferir outras disposições frente às pesquisas e aos problemas a resolver”¹⁴.

Sem nos determos no que esta referência à “personalidade” tem de picante, notaremos que, mais do que uma preocupação de honestidade, há nesta confiança a afirmação do laço indissolúvel da técnica e do inconsciente. Nenhum modelo, nenhuma norma instaurada na formação, dispensará o analista de ter que *portar a palavra*. As regras técnicas se reduzem a uma só, que Freud modula e desenvolve ao longo do texto: como trabalhar com seu inconsciente. Basta ler a lista de conselhos: confiança na memória inconsciente, ausência de notas escritas durante as sessões, necessidade de se deixar surpreender no tratamento porque o espírito científico se exerceria “em detrimento do tratamento”, desconfiança quanto aos efeitos de sugestão do orgulho terapêutico, necessidade de análise pessoal... eles se reduzem a um só.

“Percebe-se facilmente o objetivo comum para o qual tendem todas estas regras. Elas criam, para uso do médico, o equivalente da regra psicanalítica fundamental imposta ao psicanalisado”¹⁵. Impossível ser mais claro, o analista está submetido à mesma exigência que o paciente. A diferença, em nome da qual ele se autoriza, reside unicamente

13. Freud, *ibid*, p. 140.

14. Lacan, *Escritos*, Seuil, 1966, p. 362.

15. Freud, “Conselhos aos médicos sobre o tratamento analítico”, in *A técnica psicanalítica*, P.U.F., p. 66.

na sua capacidade em princípio “de usar seu próprio inconsciente como um instrumento”. No fundo, é a única regra, e se opõe a toda capitalização do saber analítico. A exigência de reconsiderar toda a teoria em função de cada caso se faz um imperativo. Ela não diferencia a análise da pesquisa. E subordina o proveito do tratamento — no sentido da exigência de Winnicott de que um analista tenha prazer em trabalhar — à singularidade reafirmada de cada caso. Neste sentido, renega uma técnica que seja um conjunto de receitas, a única e verdadeira técnica repousa na *instrumentalidade* do inconsciente do analista.

Neste texto, Freud não menciona uma única vez a duração da sessão. Este aspecto está fora de questão. Ele constitui a análise, pois fixa sua condição de possibilidade: a de associação livre. Toda amputação do tempo parece ser um corte do tempo associativo. Parece difícil contestar que Freud exclui esta duração dos elementos cuja singularidade está disposto — até onde? — a integrar às variantes técnicas, com a condição de que se ordenem em função do tempo mútuo — mas não necessariamente recíproco — da associação livre com abertura do inconsciente. O único tempo variável é o do tratamento; ele não se priva de usá-lo, como o recrimina Lacan. E especialmente na análise do *Homem dos Lobos*. Mas, parece-nos que isto era temperado por um elemento que a duração atual dos tratamentos levou quase a esconder. Quando sustentava que um analista deveria retomar a análise pessoal a cada cinco anos ele oferecia uma visão sem dúvida muito menos ideal e absoluta do fim de um tratamento do que hoje. Não havia nenhuma contradição entre a necessidade de uma análise aprofundada que podia ter um fim e sua possível — e talvez necessária — retomada. Não idealizava o final, mas muito mais a dificuldade de manter “o trabalho com o inconsciente”. E isto podia valer um novo trecho de análise. Ele bem sabia que o inconsciente se fechava, importava reabri-lo e não livrar-se dele.

Curiosamente, e talvez não seja tão curioso assim, quando fala da hora que consagra a cada um de seus pacientes, menciona na linha seguinte a questão do dinheiro: o paciente paga pela sessão em que não comparece. Um e outro, tempo e dinheiro, são constituintes do tratamento. Invariáveis, fazem parte do que não pode ser concedido e que ele evoca citando o que o paciente pode se recusar a dizer. Outra vertente da regra de associação: “Ao se fazer uma única concessão, todo o trabalho está destinado ao fracasso. Imaginemos o que aconteceria se um determinado lugar de nossa cidade viesse a ser considerado como um asilo inviolável”¹⁶.

16. Freud, “O início do tratamento”, in *A técnica psicanalítica*, P.U.F., p. 95.

Eles são, para o analista e para o paciente, a garantia da exclusão do inviolável. Além de que trata-se de um elemento da ética freudiana. Uma interrupção prematura da sessão seria a ruptura do laço associativo, análogo ao ato do *Homem dos Ratos* ao se levantar do divã antes que Freud lesse em seu rosto o horror de um gozo por ele mesmo ignorado. Ela tende a evitar a passagem ao ato do analisando ou do analista.

O ESTILO DE LACAN

É difícil definir a prática de Lacan. Ela é rebelde a toda classificação e pouco se dobrou a modelos. Excluindo sua variação ao longo dos anos¹⁷, não há uma razão única para o aspecto maior de seu escândalo: a prática de sessões curtas. Não que não se possa encontrar nos *Escritos* elementos de resposta, mas eles não têm, por um lado, uma medida comum com a realidade da prática. O que importa saber antes de tudo é se o termo de técnica, no sentido que Freud o empregava, convém aqui, e se o escândalo lacaniano se liga a inovações técnicas que Lacan teria trazido ou introduzido. Uma apresentação do problema vai neste sentido, por demais cortês e acadêmico, para uso dos sensatos da psicanálise, o todo acompanhado por considerações pedagógicas.

Quanto a mim, preferiria partir de uma posição inversa. Lacan sempre se opôs à idéia de tecnicidade, à técnica justamente no que ele comporta de absoluto. A se ater muito estritamente, ela se reduz ao que é: ofício ou artifício, que se fundamenta no esquecimento do Outro e instaura um universo de objetos trazidos por um cinismo ético. Não há mais que procedimentos num mundo que Heidegger dizia marcado pelo esquecimento do esquecimento do ser. A verdade se torna uma coisa; no entanto, os artifícios, que existem na técnica analítica, só se justificam na perspectiva de um fim. Fim, término e objetivo do tratamento, onde a instrumentalidade do inconsciente é essencial.

Lacan reintroduziu a dimensão da verdade na psicanálise. Ele correu o risco — pouco importa saber se deliberado ou não, já que todo ato ultrapassa o autor que, longe de cometê-lo, nele se encontra preso — de reintroduzir valores erigidos em imperativos. Há uma vertente de seu ensinamento que os minora, por exemplo, o elogio do politeísmo. Mas os acentos hegelianos de seus escritos, sua escolha de fazer

17. Variação que, para retomar o artigo citado, poderá se medir principalmente pelo número de pacientes na sala de espera. Para os que têm a coragem de se lembrar. O que não é o único elemento de um julgamento, ainda que, como cada um sabe, as horas de uma jornada não sejam extensíveis.

do campo freudiano um lugar onde se movem entidades abstratas (a Verdade, a Palavra, o Desejo, o Pedido) os restauram e fazem deste campo um universo renovado de crença e de ação propícia a uma causa. O que tem seu oposto imediato no oposto da filosofia hegeliana, portadora de ideais estáticos: os conceitos se fazem absolutos, só podem ser pensados na esfera de sua idealidade, ainda que dialética, e diante dos quais toda crítica desfalece, em nada afetando a serenidade do conceito idêntico a si. Clinicamente uma tal concepção tem a extrema vantagem, para citar um dito célebre, de elevar cada drama singular ao nível da tragédia grega onde deuses se afrontam por trás de heróis irrisórios. O inconveniente está em que o analista venha a confundir seu trabalho com o de um professorzinho ou de um ridículo celebrante de um obtuso culto familiar.

Seja como for, a psicanálise tem a ver com a verdade, quer dizer, com uma dimensão: a da palavra, que excede o campo da realidade e da exatidão. Verdade que tem estrutura de ficção, que pode se afirmar mesmo contra a veracidade dos fatos, que se distingue do saber e não o totaliza, mas surge e se situa no impossível lugar do sexo e da linguagem. Ela tem a figura absoluta de uma deusa que não existe, e que é uma das figuras da relação sexual impossível. A verdade não é um objeto, a coisa freudiana fala, não se a pode calar senão por assassiná-la ou por fabricá-la, o que dá a ilusão de mantê-la e de efetuar seu processo.

Se a verdade fala, não há técnica na psicanálise. A existência do inconsciente é uma objeção de princípio ao universo da técnica. Esta última não questiona o sujeito. Ou pelo menos se fundamenta sobre um sujeito seguro de seu saber. É por isso que, na introdução à parte dos *Escritos* que inicia o *Discurso de Roma*, Lacan faz objeção a uma comparação muito estreita entre a psicanálise e os ofícios que se transmitiam por acompanhamento. Ele prefere filiar a juventude da psicanálise às “artes liberais que não praticam o arcano”¹⁸. Mas, “por mais atenuada que seja, a comparação não se sustenta. A ponto de se poder dizer que a realidade é feita da intolerância a esta comparação, pois o que ela exige é uma posição totalmente diferente do sujeito”¹⁹.

Esta posição do sujeito é um outro nome do sujeito dividido, entre saber e verdade por exemplo, que o inconsciente exige. Seria errôneo entretanto positivar esta recusa do arcano — seja do conjunto de segredos técnicos e dos procedimentos pelos quais se protege uma casta. Segredos dos mestres, segredos técnicos justamente que só eram

18. Lacan, *Escritos*, Seuil, 1966, p. 233.

19. Lacan, id., *ibid.*

entregues aos aprendizes na medida de sua aprendizagem, conforme os usos e ritos que têm na franco-maçonaria uma de suas expressões. A esta casta de psicanalistas que ridicularizou, Lacan não opôs uma crença numa transmissão integral, sem mistério, sem segredo e sem inconsciente. Ele mostrou sobretudo que esses notáveis, sob o silêncio de suas beatitudes, dissimulavam uma real ignorância e por vezes uma incapacidade igualmente real.

Ele não opôs a isto o matema, que seria o inverso do oculto. se o artesão não põe o sujeito em questão, tampouco o faz o matemático pois a ciência forclui o sujeito. À ignorância real ou à positividade do não-saber, Lacan opôs a paixão da ignorância. Paixão do ser, via onde o ser se forma, ela exige que o analista veja em seu saber “o sintoma de sua ignorância”. Ela é o nome da resistência do analista, à qual Lacan dará este outro nome de “não quero saber nada”. Em perfeito acordo com Freud, sobre isso, inicia seu Seminário XX partindo do *não quero saber nada*. É um outro nome do sujeito do inconsciente e da relação necessariamente clivada da palavra, de uma palavra que ensina, ao inconsciente.

Para Lacan não há técnica analítica, há prática de análise. E justamente porque ela não é uma ciência²⁰. Mas esta prática impõe um outro termo cuja paternidade é eminentemente lacaniana: um estilo. A técnica cede lugar ao estilo²¹. O estilo do analista é o conceito da relação do analista com sua prática e, como consequência, com o inconsciente. É um dos pontos mais esclarecedores de que o retorno a Freud não é uma repetição, mas um movimento que só se efetua a partir de um estilo já constituído. Este estilo não é somente original, próprio, ele é outro, afirma outra coisa. É a marca do sujeito enquanto sujeito do desejo, o que ele tem de insubstituível.

O estilo de Lacan foi se tornando cada vez menos dissociável de sua prática. Um e outro, o escrito e seu lugar na análise, em grande parte tenderam a se confundir. Esta marca, à qual não se pode negar o nome de sintoma, no sentido em que Lacan o utiliza nos últimos anos

20. Lacan, *Scilicet*, 6/7, Seuil, “a psicanálise não é uma ciência, é uma prática”, p. 53.

21. No *Seminário XI* Lacan aborda a teoria da transferência e recusa a noção de que toda teoria da transferência seria uma defesa do analista. Escreve na página 145: “Eu mostro exatamente a outra face dizendo-lhes que é o desejo do analista”. E acrescenta: “A contribuição de cada um à motivação da transferência, com excessão de Freud, não é alguma coisa onde seu desejo é perfeitamente legível?” O desejo de Lacan, problema incontornável, pode ser lido em vários pontos, mas sua teoria do estilo é um dos pontos maiores onde ele se elucida, justamente na medida em que é o homem a quem se dirige, o leitor hipócrita, que recebe a transferência de não querer saber nada.

de seu seminário, ao colocar que no fim da análise o sujeito se identifica a seu sintoma, tornou-se um traço distintivo e identificatório dos lacanianos. Uma parte transmitida, para o melhor e para o pior.

Entretanto, caberia ler o que este estilo porta. Para isso podemos ler Lacan, no fim de *psicanálise e seu ensino*: “Todo retorno a Freud que propicie um ensino digno deste nome só se produzirá numa via por onde a mais oculta verdade se manifeste nas revoluções da cultura. Esta via é a única formação que podemos transmitir aos que nos seguem. Ela se chama: um estilo²². Não uma técnica, mas um estilo, do qual aquela não seria mais que uma degradação. O amor da verdade, que não é amor do saber, amor no qual o sujeito é presa dos cães de seus pensamentos, exige estilo²³.”

Mas não há estilo que não seja de um sujeito, homem da verdade. É a sua assinatura, que o nome próprio repete. Nada muda se este estiver ausente. Lacan devia assinar os artigos de *Scilicet*. Ele o fez, acrescentando: “para mim é supérfluo”. Supérfluo, como gostava de chamar um discurso sem palavra. Mas sem palavra, é o real. Quando a verdade está sem estilo, o real se abate como sobre os muros da Babilônia; é este o estilo dela.

Associar a prática ao estilo, Freud e Lacan têm os seus, permite evitar falsos problemas, eu espero, e ater-se ao essencial. A força e a sedução da prática de Lacan, por uma parte, vinham da extraordinária liberdade que testemunhava. No limite da transgressão, intratável na busca de um absoluto sem nome, ao mesmo tempo parecia afirmar, ao contrário de Freud, uma total segurança em seus atos (fantasmas de um analista senhor de suas intervenções) e varrer todo obstáculo a uma análise por sua vez erigida em absoluto. Lacan reconhece ter tido mestres, mas não se pode ler sem ironia as críticas que dirige às sociedades analíticas. De fato, pouco acreditava nelas, e esperava ainda menos.

A quem lhe perguntasse que regras um analista deveria obedecer, sua resposta mais evidente teria sido: “Seja analista e faça o que quiser”. Resposta muito clássica, que define uma função pela sua própria

22. Lacan, *Escritos*, Seuil, 1966, p. 458.

23. Contra o demônio da escola, da transmissão e da formação, notar-se-á que, se a única formação que um analista pode transmitir é a de estilo, esta posição é rebelde a qualquer idéia de ensino: escrever não ensina. De fato, e pela boa razão de que é preciso escolher entre ensinar e escrever. O que também não quer dizer que quem escreve não possa dar ensinamentos ou mesmo ensinar, mas intransitivamente, pois se dirige ao sujeito. O que Lacan lembrava, ao falar do passe nas Jornadas de Montpellier: “Não há formação analítica, o que há são formações do inconsciente”.

capacidade de se erigir em norma absoluta. Ame e Faça o que quiser — absoluto do amor — no qual a moral verdadeira zomba da moral — denúncia do farisaísmo — ou, porque não, a verdadeira psicanálise zomba da psicanálise — o que se aplica bastante bem a toda uma parte da atitude de Lacan para com a I.P.A.²⁴. Eterna verdade de quem porta a palavra diante de tudo o que é imóvel e esclerosado, eterna revolta do desejo contra uma instituição que se arroga o monopólio de um rótulo onde a impotência em sustentar uma prática degenera em exercício de um poder.

O DESEJO DO ANALISTA

A fórmula *o analista se autoriza por si próprio* obedece a mesma lógica. Não é complexa, em absoluto²⁵. Não nega o lugar, e mesmo a necessidade de instituições analíticas. Tanto assim que figura no ato de fundação da Escola Freudiana de Paris. Mas ela sustenta uma premissa: uma instituição só pode reconhecer um analista quando este já se fundou através de um ato que o coloca em tal lugar. Ela só pode reconhecer legitimamente aquele para quem o reconhecimento não equivale a uma autorização. Só pode reconhecer aquele que nada lhe pede, no sentido lacanian do termo.

O impróprio vem da fórmula e de seu caráter reflexivo²⁶. No entanto ela celebra de forma muito coerente o absoluto do desejo, face a qualquer pretensão de autorizar. A temperança que levou Lacan a acrescentar mais tarde “e por alguns outros” estava implícita. Ele jamais quis dizer que “é analista quem quiser”, significando que qualquer um o poderia ser. Esta auto-autorização se refere ao desconhecido de uma “vocação” que precisa ser afirmada mais do que estandardizada. Supondo que o desejo do analista seja autêntico, o que é justamente todo o problema, ele se auto-legitima. Tanto assim que o procedimento do passe se deduz desta posição.

Como, em verdade, esperar um testemunho sobre a passagem de analisando a analista e sobre *o que dá a um sujeito a coragem* de ser analista, senão por já estar definido que o ato pode ser legitimamente colocado. É porque o analista se autoriza por si mesmo que, pelo próprio ato, pode-se conhecer algo sobre ele. Senão, se a autorização viesse de um outro, ou outros, o testemunho do passante só revelaria o efeito

24. *International Psychoanalytical Association*.

25. No máximo pode dar complexos.

26. Impróprio que se entende melhor ao se colocar a frase na primeira pessoa: “Eu só me autorizo por *mim mesmo*”. O que é um absurdo se escutamos aí a ênfase narcísica. Mas a questão é a da origem do ato, origem intransmissível.

deste desejo sobre ele e os laços e influências eventualmente recíprocas do desejo ou desejo do Outro. Acontece que o fracasso do passe²⁷ questiona esta fórmula, uma vez que, por não ter sido bem sucedido, aparentemente não a confirma. Ou terá sido justamente que este absoluto do desejo erigido em ideal é rebelde a qualquer fórmula institucional?

Um absoluto desta ordem, com sua parte de fascinação e de verdade incontornável, coloca o desejo do analista num lugar fundador, pivô e suporte da transferência e motor do tratamento²⁸. O analista, irreduzível. Reafirmado por este outro aforismo *o analista não cede em seu desejo*. Ele só se sustenta por um discurso — ou ensino — que para Lacan teve uma função “de análise”, por quase trinta anos. Ele falava como um analisando, talvez em busca de um analista. Mas, erigida em absoluto, esta frase se torna tão absurda e enfatuada quanto o “por mim mesmo” pelo qual o analista se autoriza. Nada mais aparece dos impasses do gozo, da relação do desejo com a lei e da questão da ética. “Seu desejo” se torna um absoluto, tão vazio e patológico, no sentido kantiano do termo, quanto qualquer fantasma ou sintoma que o sujeito não aceita abandonar por nele encontrar assento e identidade, a estabilidade de sua relação consigo mesmo.

E mais. A análise como prática não se fundamenta tanto sobre a transferência, que não é específica de seu campo, mas sobre algo que, sem contrariá-la, recusa no entanto satisfazê-la e se serve dela apenas

-
27. O passe: procedimento institucional proposto por Lacan em 1969, a título de experiência, e cujo fracasso reconheceu mais tarde. No início, a preocupação de Lacan foi evitar a arbitrariedade na nomeação ao título de psicanalista. Ele quis confiar a um júri a tarefa de esclarecer a passagem que permite que o psicanalisando se torne psicanalista, *ou seja, a passagem onde uma análise didática se resolve*. O júri recorria não somente ao testemunho do didata, mas à assistência de promotores. O promotor era um analista, proposto por um analista da Escola. O candidato sorteava dois promotores entre as pessoas propostas, a maior parte ainda em análise e considerados como estando à altura de testemunhar, por seus analistas. A lista dos promotores era revista todo ano. O título de “analista da Escola” era dado pelo júri de aprovação, cujas funções se caracterizavam: “1.º) Promover no interior da Escola as condições que permitam assegurar o progresso da análise didática, crucial para a teoria; 2.º) Constituir uma comunidade de analistas preparados para argumentar e sustentar a coerência das teses que regem seu trabalho” (*Scilicet*, 2/3). O fracasso deste procedimento institucional vem de que a análise ficava por demais ligada à Instituição, com os efeitos perversos próprios a esta situação. O quarto grupo, nesta época, se fundamentava no repúdio a este procedimento.
28. A fórmula segundo a qual o desejo é o desejo do Outro se aplica também ao analisando. Daí para que o desejo do analista seja o modelo do desejo do Outro não há mais que um passo, rapidamente dado se este identifica sua função de ocupar o lugar do objeto, causa do desejo (objeto a), com *fazer desejar*. O analista deve analisar ou fazer desejar? De um a outro alguma coisa se perde: fazer desejar, o mestre também o faz e analisar supõe uma outra posição.

provisoriamente, para analisá-la²⁹. A tal ponto que a resolução da transferência talvez seja mais representativa de um critério de fim de análise do que a desaparecimento de um sintoma³⁰. A escolha entre análise e sugestão permanece intacta, às vezes é difícil saber se o que se batiza com o nobre termo de efeito de verdade não é uma variação modernista da boa e velha sugestão. Nesta operação onde está em jogo a identidade da análise, o desejo do analista como função desempenha o papel principal. Ele não pode ser dissociado do desejo de analisar. O que pode fundamentar um tal desejo? Só um real pode fazê-lo, é um dos elementos da resposta de Lacan. Não ceder em seu desejo significa, para ele, não abrir mão de seu “bocado de real”³¹. O que equivale a colocar o problema do real na psicanálise.

Fundamentar-se sobre este real não é fundamentar-se sobre uma instituição que emana de um vínculo social completamente diferente. Talvez seja fundar uma. Ao esquecer essa dimensão, a fórmula lacaniana reduz o analista a um paranóico. Não ceder sobre seu desejo, o paranóico não faz outra coisa. Para ele, ceder é sinônimo de um desmoronamento narcísico ou de um fim de mundo, perda de referências e impossibilidade de se defender contra intrusões e projeções de um outro perseguidor. Não ceder é desejar, o que sempre é verdade. Mas, num outro sentido, Freud venceu onde o paranóico fracassa, ele cedeu, quer dizer, analisou seus fantasmas homossexuais e resolveu o “complexo paterno” que, segundo ele, Schreber não pôde resolver. Ele cedeu e resolveu sua

-
29. N.T. Considero útil transcrever aqui as próprias palavras de M. Mannoni sobre este trecho, visando sua elucidação: “Jamais se analisa diretamente a transferência: analisa-se o que acontece no campo da transferência. É preciso, de fato, evitar de “denunciar” a transferência. Ela serve de suporte ao discurso que se sustenta e que, ultrapassando o analista, remete a uma trama significativa. O que surge, então, na análise, é uma verdade que não pertence nem ao analisando nem ao analista”.
30. Isto é essencial e exige sem dúvida uma outra definição da transferência. Freud era claro sobre isto: “Com frequência a transferência é suficiente para suprimir os sintomas mórbidos, mas temporariamente e somente enquanto ela dura. Em tais casos o tratamento não pode ser qualificado de psicanálise, não é mais do que sugestão. O nome de psicanálise só se aplica aos procedimentos onde a intensidade da transferência é utilizada contra as resistências. Só então o estado mórbido pode não existir mais, mesmo quando a transferência é liquidada, como aliás sua função exige”. (*A técnica psicanalítica*, P.U.F., p. 103). Este texto profético foi escrito antes da recaída do *Homem dos Lobos*. O futuro não o desmentiu, é justamente a transferência não analisada a Freud que lhe voltou à cara, literalmente, quando o dermatologista lhe disse: “As cicatrizes jamais desaparecem”. Nos passes da transmissão da análise é um obstáculo real. A produção de analistas pode se identificar à perpetuação da transferência, e portanto, ao contrário da análise: esta se tornando um sintoma, sem o saber. Pode-se aqulatar o que há de sugestivo em si em toda instituição que se funda sobre o enunciado de que Freud não está morto ou, claro, Lacan não está morto.
31. Bocado de real cujo nome é *não há relação sexual*.

transferência com Fliess, que, quanto a si, não cedeu em nada. De forma que não ceder não é injetar na análise um ideal de resistência, o que seria o cúmulo. Mas lembrar que o desejo não somente se funda sobre a lei e o real, mas é real em seu fundo.

Este desejo, pelo qual ele se autorizou, só pode ser assumido sozinho. “Só, como sempre estive diante da causa analítica”, escreveu no ato de fundação da Escola Freudiana. Esta solidão, elevada em ideal, pouco lugar deixa para a instituição.

O ATO E A PALAVRA

Para voltar à prática de Lacan, parece-me que cada vez mais ela foi se identificando a um estilo. Com o timbre de seu desejo, como ele diria, muito mais do que com o que habitualmente se chama de técnica. Isto explica a defasagem evidente, para não dizer a discordância, entre o que seus escritos dizem de sua prática e o que ela foi. Em particular, a questão eminentemente estilística das sessões curtas ou da variação da duração da sessão não encontra justificação plena nos textos a respeito. Estes não estabelecem o que foi esta prática e menos ainda alguns aspectos da prática pós-lacanianiana. Pela razão muito simples, ainda que exija os esclarecimentos que aqui procuro trazer, de que pelo estilo Lacan introduz o desejo do analista na técnica. Bem ao contrário de Freud: não era o mesmo desejo e não tinha a mesma função, como a diferença de prática atesta. Para não falar das outras.

É possível se convencer ao ler estas frases que Ch. Melman consagra a este problema, justamente a propósito do uso da mão no tratamento: “Analistas, entre os melhores e os mais ponderados, cederam. Ferenczi, como sabemos, não resistiu a este apelo e Lacan tampouco, quando, esgotados os argumentos em fim de percurso, aconteceu-lhe de bater. Pode-se interpretar esta intervenção ativa como o desejo de mostrar que Deus (ou o analista velho) não está tão morto quanto acreditamos, que sua mão ou seu punho podem ainda atravessar o cenário e surgir sobre o palco”³².

Este testemunho tem o mérito de sua verdade³³, ainda que trágica. Para nosso intuito, ele coloca a boa questão do ato e da atividade do analista. O que pode medir melhor a diferença entre Freud e Lacan do que a distância entre a regra, para Freud, que faz da suspensão do ato a

32. In *Le discours psychanalytique*, n° 11, p. 5.

33. Que só ouvirão os que querem ouvir, ou seja, os que se perguntarão por que não quiseram saber de nada!

a condição da associação livre e do trabalho do — e com o — inconsciente, e a intrusão, para Lacan, do ato na cena analítica? Se o desejo de analisar conduzia Freud a poder associar, este mesmo desejo conduz Lacan a não ceder em seu desejo, ainda que ao preço de atos, e de atos de corte do campo associativo: pela interrupção da sessão, ou seja, uma escansão de significante por uma parada³⁴.

Entretanto, não é evidente que seja necessário estabelecer uma graduação entre os atos. Os mais chocantes não são forçosamente aqueles onde o gesto se junta à palavra. E não é a um analista que se poderia ensinar que os atos ou as palavras ferem tanto quanto a mão, sobretudo quando o ato se torna a própria essência da palavra. O que pode significar esta justificativa do ato pela necessidade de testemunhar que se está vivo? Ou, ainda mais, que Deus ou o analista envelhecido, não está morto? Que identificação impotente é esta do analista a um fantasma suposto, tão forte que o analista não teria outra saída senão pelo ato para significar sua vida? Que exaltação é esta da aparição em cena³⁵ como uma espécie de verdade da prática enfim dita? Não será a análise que está morta, quando o analista se vê reduzido a furar o cenário?³⁶ Não haveria uma enorme mistificação, cuja última palavra seria um desespero duplo: desespero diante da palavra e diante de seu poder, desespero diante da análise pelo que ela não deu — mas que ninguém sabe — e que desapareceu deixando o lugar para um ato sem palavra e para uma palavra da qual não se espera mais nada?

Sem dúvida não é demais evocar aqui como toda obra exclui seu próprio criador. E como ele só escreve após sua própria morte. A psicanálise, que é uma obra, sendo uma prática, carrega em si esta mesma relação de exclusão. Lacan escreveu o suficiente sobre o ato analítico

34. Quando, em 1953, Lacan definiu a palavra nestes termos: “O que é a palavra? Nenhum conceito, entretanto, dá o sentido da palavra, nem mesmo o conceito do conceito, pois ela não é o sentido do sentido. Mas ela dá ao sentido seu suporte no símbolo que ela encarna por seu ato. É um ato portanto, e como tal, supõe um sujeito”. (*Escritos*, p. 351). Ele identifica a palavra a um ato. Daí a fazer de um ato uma palavra não há mais que um passo. E se não há ato que não seja do sujeito, em particular do sujeito do inconsciente para os atos falhos, o que impede que o sujeito se manifeste mais por um ato que por uma palavra?

Teoricamente nada, salvo o que pode regulamentar, temperar ou introduzir uma medida no desejo do analista. Mas, se ele mesmo é um absoluto, o que distingue, para ele e para o analisando, a passagem ao ato e a palavra? Nada, a não ser um analista! Com efeito; mas não é repetir tautologicamente o que estava em questão supondo que se o resolve? Lacan se deu a disciplina de sustentá-lo por seu seminário; exemplo inimitável, convenhamos.

35. Passagem ao ato, com efeito.

36. Uma imagem da morte que *Os Biombos* de Genêt mostram.

e sobre sua maneira de só operar com a condição de que o analista seja seu dejetivo — fórmula “científica” do herói sacrificado, mas sob o modo de uma exclusão do gozo — para que se atribua seu ato a uma revolta contra o preço que ele devia pagar. Não é uma questão de técnica, e menos ainda de estilo, é uma questão de vida ou morte. Talvez ele tenha tido — quem poderá saber? — uma revolta contra um destino trágico, mas estamos muito longe da *direção do tratamento*. Estamos na questão do vínculo do analista com sua função, ou seja, o preço de seu desejo, o que é coisa muito outra. Seria também necessário, e eticamente fundamental para a psicanálise, que nasceu da recusa de Freud ao poder da hipnose, dizer uma palavra sobre o efeito desses atos sobre os pacientes. Sem o que, o narcisismo analítico, ainda que trágico, não encontra nenhuma razão para ter limites. Há um certo escândalo ao inscrever estes atos na conta de efeitos, efeitos analíticos naturalmente³⁷, aos quais os analisandos que se acomodam. Como se a análise consistisse em se pôr à espera, sem reservas, de sofrer os efeitos do desejo do analista? Ao cabo de algum tempo os analisandos não dizem mais nada, sobretudo se desejam ser analistas³⁸. Bem sabemos que uma iniciação, pois é isso que se reintroduziu, deve estar à altura de sua reputação para ser efetiva. Maior escândalo ainda, se nos referenciamos por Freud, consiste em fazer da análise uma “prática de massa” e, gozando da extraterritorialidade de um desejo que em si mesmo é seu próprio fim, trata por perdas e lucros, o efeito aleatório de seus atos. Não mais o: “eu fiz o curativo, Deus o curou”, mas eu o analisei, Deus reconhecerá seus eleitos!

Lacan dizia: “o analista tem horror de seu ato”. Ao invés de fustigar com isso “os analistas”, termo vago que designa os outros como culpados e exclui a quem assim procede do conjunto designado, convém lembrar que o primeiro a quem Lacan imputava este horror era a si mesmo. Colocado assim, o debate se situaria em nível mais alto e não degeneraria em estimativas psicologizantes, supunha Lacan. No seminário de 17 de janeiro de 1968 ele volta a comentar o aforismo *wo es war soll ich werden* que habitualmente se traduz por: *onde isso era, pode-se dizer: onde se era, gostaríamos que entendessem: é meu dever que eu venha a ser*³⁹. Lembrando que o analista é o sacrificado

37. Como se bastasse que o efeito seja de um analista para que seja analítico!

38. A constância do desejo de se tornar analista, nos analisandos, não deve surpreender. Em grande parte é da responsabilidade da análise e o efeito de uma prática: meio necessário para recuperar por identificação um narcisismo submetido à prova. Como se, num campo, este desejo selasse para o analisando, de saída, a possibilidade de suportar o que, não fosse por isso, ele teria boas razões de achar insuportável.

39. Lacan, *Escritos*, Seuil, 1966, pp. 417-418.

no fim da análise, ele propõe esta nova tradução: *onde o significante agia, eu, que lanço no mundo esta coisa a que se poderá referir como uma razão*⁴⁰, *eu devo me tornar o dejetivo*⁴¹ *do que introduzo como nova ordem no mundo.*

Ao nomear o antagonismo do analista a seu próprio ato e o desafio permanente que ele impõe a quem se presta a ser o suporte de seu agente, Lacan trazia para a luz, ou melhor, reatualizava a questão do ódio dos analistas pela psicanálise, mais do que a questão de seu impossível. Talvez antes de tudo a questão de seu próprio ódio. Ódio que surge necessariamente da radicalidade do questionamento e que a reconhecida “bonomia” de Lacan em nada diminui. Ódio necessariamente incluído na *exclusão do gozo* e na questão do sacrifício. Vertente lacaniana do problema freudiano do assassinato do pai. Notar-se-á que a colocação deste enfoque é completamente diferente da que Winnicott introduzirá⁴². Ele dá um relevo completamente diferente ao peso do ato analítico e aos momentos em que o ato reforça a palavra. Pode ser que a questão já não seja a palavra do analisando mas a sobrevivência do analista. Convenhamos igualmente que palavras ou silêncios — que se pretendem falantes nas sessões longas e regulares — possam estar cheios deste ódio. Continua sendo exigência analítica que ele seja nomeado. Um analista pode fazê-lo, como Winnicott demonstra maravilhosamente. Mas não há como impedir de pensar que, no fim das contas, importa saber para quem se faz a análise e, se me desculpam a observação pragmática, quem a paga. Do contrário, os analisandos não farão mais que alimentar o gozo do analista, nisso se parecendo com a eterna teoria dos mendicantes, penitentes e subalternos. A psicanálise encerrada dentro de sua própria reprodução não se chocará a nenhum outro real que não o da sua própria repetição. O analisando não terá mais nada a esperar de um analista que nada quer aprender com ele, nada além do asseguração de sua própria sobrevivência: a horrível palavra “clientela”.

A prática das sessões chamadas curtas⁴³ se fundamenta na

-
40. Eu destaco. *A uma razão*, título de um poema de Rimbaud que Lacan cita no seminário sobre o *Ato analítico*.
 41. Isto se relaciona com a exclusão do gozo que faz do psicanalista um Santo. Um e outro têm efeitos de gozo mas “o Santo é o dejetivo do gozo”. *Télévision*, Seuil, 1973, pp. 28-29.
 42. A quem não se pode acusar de desconhecer a dimensão do ódio. Remete-se para isto a seu artigo sobre “O ódio na contra transferência” (in *Da pediatria à psicanálise*, Payot).
 43. Não se sabe que termo empregar se o que conta não é a brevidade mas a indeterminação do fim. Lacan (*Escritos*, p. 313) fala da suspensão da sessão para designar o fim como aquilo ao qual ela estaria suspensa. Por que não utilizar o conceito de sessão suspensa? A menos que, mais radicalmente, colocando a ênfase na indeterminação que

possibilidade de sessões longas. Sem o que não há mais nem variação nem escansão, mas um novo modelo. Ela supõe uma surpreendente — mas às vezes possível — faculdade de se adaptar ao discurso do analisando para interrompê-lo em bom momento. Inversamente, o mesmo pode se dizer do analisando que por sua vez se adapta⁴⁴. Toda a direção do tratamento repousa no analista⁴⁵. Na sessão reduzida toda palavra pesa com um peso denso — onde está a associação? — e tudo está suspenso ao fim, que se torna o momento maior da sessão. O analisando espera o corte e o analista procura o momento de suspender⁴⁶. Neste ritmo, o final é um alívio; nenhuma surpresa; cabe perguntar se ele não provém tanto do que foi dito quanto de que nada tenha acontecido. A angústia pode surgir da surpresa do tempo dado e da possibilidade de falar⁴⁷. É necessário ainda que isto se repita.

O TEMPO DA SESSÃO

O questionamento da suspensão da sessão introduz também a função do tempo. Que relação se instaura entre a intemporalidade dos processos inconscientes, o fora-do-tempo do desejo inconsciente de que Freud falou na última página da *Traumdeutung*, e o tempo — histórico — do sujeito? Tempo escandido, tempo da palavra que dá seu título à terceira seção de *Função e campo da palavra e da linguagem, o tempo do sujeito na técnica psicanalítica*.

Antes de abordar mais rigorosamente as teses que sustentam este uso *técnico do tempo*, talvez mais do que o fundamentem, outros elementos precisam ser acrescentados. Para um bom número de seus analisandos, a prática de Lacan era indissociável de seu ensino. As sessões curtas — suspensas, diríamos — estavam tomadas dentro de um

faria de cada sessão um risco na medida da palavra arriscada, se utilizasse o termo de sessão *impromptu*. Com dez pacientes na sala de espera é difícil! Salvo se o analista mantém um seminário.

44. A propósito da suspensão, Lacan nota: “Sabemos que ele (o paciente) calcula o término para articulá-lo às suas próprias idéias, e mesmo a suas escapatórias; que o antecipa e o sopesa como uma arma, que o espreita como um abrigo” (*Escritos*, p. 313). Dimensão agônica do fim contra a qual só a irregularidade e a surpresa podem funcionar; senão, curta ou longa, nenhuma diferença.
45. Que dificilmente, no fantasma naturalmente, pode ser suposto saber, se está suposto que suspenda a sessão no bom momento, a cada vez.
46. Quem procura acha, e logo. Basta experimentar. Com um pouco de espírito de decisão logo se pode captar o momento de interromper, que sempre faz eco a alguma coisa. A polissemia do significante sustenta suas promessas. É preciso saber, entretanto, se a análise se reduz ao jogo de palavras ou à *gag*. Bons meios de interromper. A questão da análise corre o sério risco de se tornar a de uma cantora célebre frente à escadaria do Folies-Bergère: “Desci?”... A escada, é claro.
47. Fiz a experiência.

dispositivo onde o desejo era onipresente. Às vezes era possível ter uma ou várias sessões no mesmo dia⁴⁸, ou vir todos os dias⁴⁹ e a urgência era respondida, ou se tentava responder, com uma presença e uma disponibilidade freqüentemente reais. Havia sobretudo uma espécie de intercâmbio operando entre o seminário e a análise. Muitas vezes, na espera de uma palavra ou de uma interpretação, mais do que de uma resposta, o analisando era levado a procurá-la no seminário. Por aí provinha a ilusão de que na ocasião Lacan lhe falava pessoalmente e a função interpretativa ou analisante do seminário. Função que não surpreende, já que emanava da necessidade, com certeza vital para Lacan de, num lugar e diante de um analista representado pela assistência, dizer algo que só podia ser elaborado no que se ouvia, se fosse falado nessas condições⁵⁰. Donde os momentos de reconhecimento, verdadeiro ou falso, era verdadeiro às vezes, em que o analisando ouvia um de seus ditos ou um de seus significantes retomados no seminário. Momentos naturalmente portadores de uma parte de alucinação, que se sustentavam pelo desejo de uma palavra suspensa alhures e talvez bem ausente⁵¹. E também pelo fato elementar de que a sessão suspensa gera insatisfação, tanto quanto pode escandir e, enigma, obriga a voltar. Ela infinitiza o final, como a prática demonstra com muita clareza.

A análise com Lacan implicava no mínimo neste conjunto; percebe-se que estava muito longe de uma questão “técnica”. Qualquer que fosse a maneira de julgá-la. Com efeito, a técnica se reduzia aos procedimentos⁵². Mas a técnica freudiana, sob os aspectos da inflexibilidade do tempo da sessão, oferecia uma relativa autonomia entre o tempo e a associação livre, ou seja, o real do inconsciente e o discurso sobre o inconsciente. Cada sessão portava em ato a distinção entre esta realidade e as construções e interpretações. Para ele, reduzir o tempo com certeza teria sido reduzir o inconsciente. Excluindo outros aspectos, que

48. Sabe-se também que Lacan se deslocava, fazia deslocar, dava sessões num taxi ou em sua casa de campo.

49. Quantas sessões se terminavam por um “até amanhã”.

50. Parece incontestável que mais que a escrita — que foi o caso de Freud — o seminário permitiu a Lacan analisar. Momentos do tratamento em que o real deve se inscrever, só são possíveis para um analista. Se se refere esse real a um terceiro. Pode ser uma supervisão, mas não necessariamente; a função em jogo não é uma direção, mas a constituição de um lugar de inscrição possível em um momento em que a dinâmica do tratamento e o real em questão destituem momentaneamente o analista de seu lugar. Ele só pode ser restituído através de um Outro. O que pode ser uma necessidade!

51. O mecanismo kleiniano de identificação projetiva se aplicaria bem a este caso.

52. O seminário inteiro sobre *Os escritos técnicos de Freud* (1953-1954), Seuil, livro I, se destina a mostrar que os impasses e desvios técnicos são imputáveis a um esquecimento da realidade do inconsciente. Isto é o que importa restaurar em sua ordem; o resto, em parte se deduz.

destacaremos mais tarde, a suspensão leva a identificar o discurso e o inconsciente.

Quando Ch. Melman escreveu que “a técnica é teoria em ato”⁵³, ele efetuou o tipo de redução a que nos referimos. A fórmula da transferência — o inconsciente em ato — não me parece deslocável. A relação entre teoria e técnica não deve ser enrijecida em psicanálise, de uma maneira que não existe mesmo na ciência. Nesta se reconhece uma autonomia da técnica, sobretudo no campo da invenção. A técnica não é uma aplicação, ela é também uma verificação, algumas vezes uma experimentação e mesmo uma pesquisa.

A técnica analítica existe, mas seu uso logo se torna restritivo. A lição de Lacan é o estilo. O estilo do analista é o que situa sua técnica como suporte necessário de sua relação com o inconsciente. Uma boa técnica sem verdade é possível, mas não é possível estilo sem palavra verdadeira. Isto é evidente quando se considera o *squiggle* de Winnicott, as modelagens de Pankow e os jogos de Melanie Klein. Todos sabem, e sobretudo os que se supervisionaram com estes analistas e quiseram imitá-los, que sua técnica é inimitável e às vezes contraproducente para um outro. Um analista deve encontrar seu estilo e inventá-lo. Estes procedimentos citados não o são; ou melhor, eles só dão a impressão de ser porque se esquece que são o estilo de seus autores. Mostram o que, para eles, sustenta a relação com o inconsciente, a transferência e a possibilidade deles de desejar, quer dizer, de analisar com seus pacientes. A teoria não está onde se quer colocá-la. Os procedimentos técnicos não são aplicações deduzidas, ainda que tenham sua parte de verdade e, portanto, sua parte de teoria. Mas dizer que a técnica é a teoria em ato equivale a colocar a teoria no lugar do inconsciente, fazê-lo desaparecer para substituí-lo pelo que se sabe sobre ele. A técnica, se é preciso conservar o termo, é o estilo do analista em ato. A técnica de Freud não é a atuação da teoria, ela é atuação do inconsciente, cuja realidade ele não identifica com sua teoria. É a presença do inconsciente como real no tratamento. Sem o que, o real não tem mais consistência e o inconsciente já não é o discurso do Outro a quem analista e analisando se reportam, cada um de seu lugar, num trabalho que o coloca em jogo, mas uma teoria da qual o tratamento é uma aplicação e nada mais.

Quando Lacan dizia que uma análise pode dar ao analista a medida do que implica a existência do inconsciente, não identificava o

53. *O Discurso psicanalítico*, nº 11, p. 4.

inconsciente com sua teoria⁵⁴. Ele identificou sua palavra com o discurso do inconsciente, o que é muito diferente. Seu discurso não é sua teoria.

Enfim, é preciso retomar a questão da terapia. Lacan rejeita a terapia, ou melhor, a situa com o nome de psicanálise didática⁵⁵. Mais do que didática, ou pessoal, ela é pura, psicanálise pura. Por conseguinte, como situar a questão terapêutica: “Se a psicanálise tem um campo específico, o interesse terapêutico justifica curtos-circuitos e mesmo temperamentos; mas se há um caso onde impedir toda redução deste tipo, deve ser a psicanálise didática”⁵⁶. Sem dúvida não se percebeu suficientemente bem o paradoxo desta posição. Contentar-me-ei em indicá-lo aqui.

É certo que o interesse terapêutico justifica temperamentos, o que em outro campo se chama de naturezas, ou dons, ou gênios — porque não — mas a terapia não se reduz a isto. A certeza do desejo de curar, e de sua eficácia, que Lacan supõe, implicava no conhecimento do bem: do que pode curar. O que não é o caso, a não ser num campo extra-analítico. Ademais, o problema da cura foi assim colocado por Freud: o analista não tem que se preocupar com isso; ela é um efeito da análise. É um efeito no sentido em que Freud supõe que a verdade cura. O temperamento não tem nada a ver com isso, é algo totalmente diferente: o real e seu efeito na operação analítica. A isso se acrescentará, o que por demais se tem a tendência de esquecer, que se a cura de fato é problemática pois o desejo de curar — aliviar, não fazer mal, restaurar uma saúde perdida ou reparar no sentido de devolver o que foi perdido — pode estar em antinomia com o desejo de analisar, ela pode ser um índice de verdade. Qual é a verdade da análise, se seu efeito é nulo? Freud teria dado crédito à análise se ele não tivesse podido verificar pela supressão dos sintomas a verdade, por exemplo, do retorno do recalado no sintoma e da amnésia histérica?

Na questão da cura há um elemento de real que seria absurdo querer eliminar, principalmente quando se postula a “cientificidade” da psicanálise. Mesmo se o desejo de curar de fato carrega a negação do sintoma em seu valor de verdade⁵⁷. Observa-se igualmente que,

54. De suas conferências nos Estados Unidos destacaremos esta declaração: “Há uma teoria da análise? Sim, certamente. Não tenho certeza de que a minha seja a melhor”. (*Scilicet* 6/7, p. 54). Pode-se depreender da leitura que a questão não é tanto ser lacaniano, mas ser analista.
55. “Não seria melhor conceber a psicanálise didática como a forma perfeita de esclarecer a natureza da psicanálise, sem mais: de fixar-lhe os limites?” (*Escritos*, p. 231).
56. *Escritos*, p. 231.
57. O que me dizia a mãe de uma garotinha de três anos, muda mas não autista: “Tudo o que quero é que ela fale e que não me falem mais dela!”

quanto a temperamento e curto-circuito, Lacan não parece estar em débito. Quanto à psicanálise pura, ela é a didática, aquela que ensina, e para fazer isto deve estar desembaraçada de qualquer outro fim. Pura, este termo com acentos kantianos indica uma análise que seria ela mesma seu próprio fim. Finalidade sem fim, é assim que Kant qualifica a obra de arte na crítica do julgamento. Isto preludiria uma estética da psicanálise? Winnicott dizia que o trabalho do analista se aparentava ao do artista. Mas a comparação tinha seus limites: “Eu não gostaria”, escreveu ele, “de ser a obra de arte de alguém”.

Bem se percebe que nesta pureza emerge o desejo de instaurar a análise em seu campo: pura relação do sujeito à linguagem, puro vínculo do sujeito ao significante que representa um sujeito apenas para um significante. Mas esta pureza tem seu preço. Se ela está pura do interesse terapêutico, que só pode levar ao pior, esta pureza sem outra finalidade que não em si mesma encerra a análise dentro de seu círculo autosuficiente e transcendental. Naturalmente, ela a deixa suspensa ao desejo do mestre que assegura a formação⁵⁸. A pureza é uma abstração se ela esquece o real: e em particular a relação antagônica da análise a seu ato. Será que o fracasso do passe não é o fracasso desta pureza, ou seja, a impossibilidade dos analistas de aceitar a impureza da análise? Se a didática é a análise pura, não significa que o analisando se cura tornando-se analista? A preocupação terapêutica não mereceria ser revalorizada?

O TEMPO LÓGICO

Recordando as circunstâncias que presidiram a redação do *Discurso de Roma*⁵⁹, Lacan se recusa a fazer delas uma desculpa para as insuficiências que ele comporta. “A pressa da qual provêm” dá ao texto sua forma e seu sentido. Esta função da pressa já tinha sido imposta no estudo de um sofisma⁶⁰. Pressa nascida de uma “precipitação lógica na qual a verdade encontra sua condição insuperável. Toda criação surge da urgência, toda urgência engendra uma superação pela palavra”⁶¹.

O sofisma dos três prisioneiros que devem descobrir a cor do

-
58. “A formação do candidato não pode se completar sem a ação do mestre ou mestres que o formam neste não-saber; sem o que ele não será mais que um robô de analista”. (*Escritos*, p. 359)
 59. “Função e campo da palavra e da linguagem em psicanálise” (congresso de Roma, 1953), publicado em *Escritos*, Seuil, 1966, pp. 229-236 e pp. 237-322.
 60. “O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. Um novo sofisma”, 1945, publicado em *Escritos*, Seuil, 1966, pp. 197-213.
 61. *Escritos*, p. 241.

disco em suas costas para obter a liberdade⁶² liga a certeza, a pressa e a verdade. Ao tempo histórico, ao tempo da duração e ao tempo da rememoração ele opõe um tempo lógico. A rememoração tem um limite, como a análise do *Homem dos lobos* o demonstra à perfeição. Igualmente tem um limite o fluxo associativo da associação livre. Na análise há escansão, há tempo forte e fraco, ela não é puro relato ou reencontro de uma memória. Tem um objetivo, que podemos chamar de verdade e que também pode ser o real. Objetivo, por vezes grave, que orienta o discurso e exclui a simples falação, assim como a associação sem fim⁶³. Um tratamento necessariamente se orienta pelo que pode estabelecer — e deve estabelecer — em direção a uma conclusão que responda à necessidade, mesmo fragmentária, de uma certeza e de um julgamento⁶⁴.

Certeza do analisando e do analista, mas sobretudo do analisando, e correlativa à necessidade da interpretação. É apenas um aspecto do tratamento, pois o reconhecimento com frequência é tão importante quanto a interpretação, e se a verdade é um processo, deve haver lugar para que, nele, ela se fabrique. Com os efeitos que conhecemos. O amor pela verdade pode se tornar destrutivo quando se esquece que ela só pode ser dita pela metade.

Mas a questão não é esta. Trata-se da certeza do sujeito na afirmação do inconsciente. Afirmação dependente de um tempo e de um julgamento. O inconsciente só é conhecido por ser reconhecido e só se constitui por ser sustentado e afirmado. A análise não o recolhe, ela o faz existir, ela o faz ser, ao reconhecê-lo. Ele tem sua parte no processo do tratamento. O inconsciente e a verdade não são coisas, eles falam e seu devir numa palavra está suspenso pela dialética de seu reconhecimento.

O analista está incluído no processo analítico. O tempo do tratamento é um tempo dialético, lógico com efeito, que não se cumpre sem julgamento. Assim, como no sintoma, a certeza nasce de um ato — ato ou ato de palavra, a questão é sempre a mesma. “O sujeito só pode encontrar a certeza num ato”, escreveu Lacan.

62. As dimensões deste estudo não permitem reproduzir o sofisma em sua íntegra. O leitor pode se remeter ao texto de Lacan onde o que está em jogo é a liberdade. Também é conhecido sob uma outra forma onde o que está em jogo é a vida, o que não o resolvem morrerão.

63. Esta questão não é a mesma de Winnicott, do jogo na análise, do espaço transicional ou imaginário, ou do jogo do significante.

64. “Do sujeito da certeza”, 29. I. 1964, in *le Séminaire livre XI, Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*, Seuil.

Ato de pensamento, ação política ou ato de julgamento? Mas se a verdade está submetida ao tempo lógico, ela depende de um processo onde se conjugam dois elementos heterogêneos. O tempo da abertura do inconsciente, tempo de pulsação, escansão da abertura e do fechamento, momento em que isso fala antes de calar-se. Este é o tempo de irrupção sobre o fundo de atemporalidade: a do inconsciente. E o *tempo do processo lógico*, que para Lacan comporta três momentos: o instante de ver, o tempo para compreender e o momento de concluir. O segundo tempo se desdobra, sob a urgência e a ameaça que o sofisma dramatiza (a liberdade ou a morte), em busca de uma certeza e necessidade de concluir.

Concluir antes que seja tarde demais e que o tempo, o momento oportuno, esteja perdido, talvez para sempre. Este tempo impõe que não há tempo. Não é para a análise que não há tempo, ela tem todo o tempo possível e o inconsciente é fora de tempo, mas para a verdade. A verdade não espera, pode-se perdê-la, ela pode faltar, esquivar-se. Tarde demais, ela pode estar perdida para sempre. É uma dimensão evidente do tratamento. Sem mencionar a psicanálise de crianças, com muita frequência dominada pelo temor do tarde demais que é uma das formas do impossível, ela está presente em toda análise onde a repetição não garante que tudo possa ser retomado, rememorado e elaborado de novo. A tese lacaniana impõe uma *dimensão forclusiva da verdade*: que é o próprio de toda ação humana e que diferencia o *tarde demais* — temporalmente falido — do *perdido* — a perda do objeto do desejo. Esta dimensão forclusiva se situa num tempo que não é aquele, generoso, de um porvir rico e aberto, tempo metafórico de fecundidade, tempo da “foice de outro no campo de estrelas”; mas um tempo que passa, um tempo que falta, que destrói tanto quanto pode construir. Tempo do irreversível, outra figura do real.

O tempo da simbolização, tempo de afirmar — *bejahung* — de dizer, aparece como tempo do desejo sobre o horizonte do tempo que falta. A conclusão, o momento de concluir, toma uma outra dimensão, ela é ato de simbolização. Lacan julga nesses termos a posição de Freud. Esclarecendo a ligação entre tempo lógico e a associação que produz significantes, ele acrescenta: “No que toca ao inconsciente, Freud reduz tudo o que vem ao alcance de sua escuta à função de puros significantes. A partir desta redução isso atua e pode aparecer”, diz Freud, “um momento de concluir — um momento em que se sente a coragem de julgar e de concluir. Isto faz parte do que chamei de seu testemunho ético”⁶⁵.

65. Lacan, *Séminaire*, livro XI, 1963-1964, Seuil, p. 40.

O inconsciente tem um estatuto ético, ele se sustenta por uma afirmação: momento de concluir de Freud sobre sua própria análise. O analista homologa a verdade, a certeza do analisando em parte depende da sua. Ele não pode se contentar em ser a testemunha — é uma posição louca. Ele participa num processo que fará da análise algo mais que uma repetição vã, o lugar de uma simbolização: “É o que nos indica que a função-tempo aqui é de ordem lógica, e ligada a uma formalização do real”⁶⁶. O desejo do analisando se afirma e se analisa — se constitui na sua interpretação — sobre o do analista.

O tempo lógico tem sido utilizado com frequência numa argumentação a favor da técnica de sessões curtas⁶⁷. No entanto ele conjuga elementos que importa distinguir: a pressa e a urgência remetem tanto ao desejo do analista como à precipitação da verdade. O momento de concluir afirma a dimensão forclusiva da verdade⁶⁸, mas também seu porvir num processo que só existe escandido e onde o julgamento do analista confirma o estatuto ético do inconsciente. A certeza do sujeito só se encontra num ato que rompe a dúvida; certeza do analista e do analisando que se constitui a posteriori. Ato que é igualmente afirmação — e posição — do sujeito e de um julgamento. Inversamente, e segundo uma lógica já sublinhada, a única certeza efetiva e o único julgamento são aqueles que um ato institui? Fascinação pelo ato como razão dos efeitos.

Que prática deduzir destas teses? Em certo sentido, nenhuma. Tomemos como prova o apoio que Lacan encontra em Freud para sustentá-lo. Lá se sustentam: tempos de precipitação no tratamento, a especificidade do tempo lógico ligado à certeza do sujeito distinto do tempo associativo, o tempo do sujeito em função do que deve ser assumido, inscrito e reconhecido, e a irreversibilidade possível e pontual do momento de concluir. Isto não permite inferir a necessidade de sessões curtas ou ultra-curtas. A conclusão não é repetitiva, a cada sessão, numa agitação maniaca. Trata-se da escansão do tempo referido à sua dialética. Ela, a rigor, impõe uma variação da duração da sessão — e em momentos seletivos ou singulares. Por outro lado, Lacan não menciona sua prática nem no artigo sobre o tempo lógico, nem no seminário XI. Ao contrário, ele cita a conclusão do Homem dos Lobos onde Freud, diante da imobilidade do tratamento e ausência e não participação do paciente, acaba por colocar um ultimátum⁶⁹ cujos efeitos

66. Lacan, id. *ibid.*

67. E até à caricatura.

68. Ligado à necessidade de que a verdade se antecipe ao erro.

69. Pelo qual, numa espécie de aposta, elimina-se qualquer possibilidade de retorno: o leão só salta uma vez!

foram criticados primeiro pelo próprio Freud e em seguida por Lacan.

Em que termos? “A fixação antecipada de um termo, primeira forma de intervenção ativa, inaugurada (proh pudor!) pelo próprio Freud, qualquer que seja a certeza divinatória (no sentido próprio do termo) de que possa fazer prova o analista que seguir seu exemplo, sempre deixará o sujeito na alienação de sua verdade”⁷⁰. A fixação de um termo para o tratamento tem um efeito alienante: a verdade já está lá. O sujeito está excluído dela e restabelece sua “miragem original ao colocar em nós (o analista) sua verdade e, ao sancioná-la com nossa autoridade, nós instalamos sua análise numa aberração”⁷¹.

Maior clareza não é possível. É preciso transpor este esquema para a sessão que deveria, para evitar esta alienação, ser de duração variável? Seria um absurdo e um sofisma; a verdade, se esta palavra deve conservar algum crédito, não tem que emergir a cada sessão. Lacan distingue claramente o problema da fixação do final do tratamento e o da duração da sessão⁷².

Considerada em seu eixo maior: qual é a incidência subjetiva da regulamentação profissional do tempo da sessão? Esse modelo não contradiz a função real do tempo na técnica? Assunto tabu, com efeito, que afeta a identidade do grupo e que é *o sinal de existência de um problema que quanto menos se quer abordar mais se sente que levaria longe demais no questionamento da função do analista*⁷³. Da parte do analista, como da parte do analisando, o sujeito é ao mesmo tempo chamado e questionado.

O SENHOR DA VERDADE

Qual é a argumentação de Lacan? Ela se funda inteiramente na análise do obsessivo⁷⁴. Na troca simbólica que rege o ato de palavra que é uma análise, a realidade do tempo tem um valor de *recepção do produto do trabalho*⁷⁵. Se o trabalho não vale mais nada, e se o sujeito em

70. *Escritos*, p. 311.

71. *Escritos*, p. 310.

72. O texto mais completo de Lacan sobre esta questão está em *Função e campo da palavra e da linguagem*, *Escritos*, p. 312-316.

73. *Escritos*, p. 312.

74. Nos *Escritos* há outras referências a este tema que não estão explicitamente ligadas ao problema aqui tratado da duração da sessão. Eu me atenho ao explícito. Com a ressalva de retomar em outro lugar o debate, numa perspectiva diferente.

75. *Escritos*, p. 313.

sua alienação se esforça em demonstrar ao analista uma boa vontade com a qual pouco se pode fazer, tanto menos quanto ela vem recobrir uma outra expectativa, o que vale o tempo então? O obsessivo, escravo que se esquivou diante do risco da morte, espera a morte do senhor, adia sua vida para mais tarde. Tanto assim que já está morto, da morte que deseja para seu senhor e na qual ele espera, ao abrigo da angústia, que este morra para que ele viva. Seu trabalho de analisando não vale nada, envolto como está na renúncia do desejo necessário a este trabalho: “Dessa forma ele pode aceitar trabalhar para o senhor e renunciar ao gozo no entre tempo; e, na incerteza do momento em que acontecerá a morte do senhor, ele espera”⁷⁶.

O analista não espera. Cortando pela raiz toda sedução, recusando este presente envenenado, ele faz do tempo a medida do valor do trabalho: “Como duvidar, então, do efeito de um certo desdém do senhor pelo produto de um tal trabalho? A resistência do sujeito pode se desconcertar inteiramente”⁷⁷. E vem Lacan assinalar como a técnica de sessões curtas produziu num homem o parto “de fantasmas de gravidez anal com o sonho de sua resolução por cesariana”⁷⁸.

A terapêutica justifica os temperamentos e curto-circuitos. Porque não este? Por um lado, só o analista pode ser juiz. E seria cômico que, a espera infrutífera e secretamente odienta do paciente, correspondesse no analista à mesma procrastinação da interpretação, que recobriria nele um frenesi de trabalho onde se confundiriam a renúncia ao gozo e o problema de sua castração. O analista encontraria então seu senhor. Numa forma de trabalho do analista há nada menos que a recusa do angustiante problema de seu desejo. Freud se safou como pôde, recusando que o Homem dos Lobos o levasse ao esquecimento de seu desejo. Este ultimátum produziu um trabalho ao preço de uma transferência não analisada. Não há certeza de que o problema tenha sido superado.

Tanto menos quanto o desencadeamento de sua psicose⁷⁹ questiona seriamente a obsessividade de sua estrutura. Da mesma forma que os sintomas obsessivos que por vezes recobrem estruturas muito mais narcísicas ou psicóticas, e estados de dependência que se manifestam por transferências psicóticas, e que requerem outras referências analíticas diferentes da dialética do senhor e do escravo. Mas, com efeito, a

76. *Escritos*, p. 314.

77. *Escritos*, p. 315.

78. *Id.*, *ibid.*

79. “Alienação paranóide”, escreve Lacan (*Escritos*), p. 311.

neutralidade analítica tem seus limites: “este não agir tem seu limite, ou não haveria intervenção: e porque torná-lo impossível num ponto privilegiado como este?”⁸⁰

De que lugar o analista age? A resposta é surpreendente: o analista “continua sendo antes de tudo o senhor da verdade cujo progresso é este discurso. É ele, antes de tudo, quem pontua a dialéctica, como dissemos. E neste caso ele é apreendido como juiz do valor deste discurso”⁸¹. Desligada de seu quadro de horário, a análise encontra seu quadro alhures. Quadro não realmente formal, quadro variável, contendo outro imperativo: a dialéctica do tratamento. O quadro analítico é a dialéctica da análise. Onde está a regra comum à qual analista e analisando se curvam? No trabalho empreendido; mas esta dialéctica vai necessariamente se alimentar da transferência e do vínculo simbólico, contrato que já não se mede pelo tempo. Pelo que então? Pela transferência.

O analista torna-se um senhor: senhor da verdade. Será preciso recuar frente a este termo? A verdade não tem senhor. Comanda-se o saber, mas não a verdade⁸². O analista não está casado com a verdade. É ela quem o agarra. Freud é levado por sua paixão por Diana; novo Actéon, ele é a presa dos “cães de seus pensamentos”⁸³. O analista não é um senhor, o discurso do mestre é o inverso da psicanálise. O que este termo impõe? No texto que cito, a referência é clara e dupla: a dialéctica do senhor e do escravo e o mestre na tradição zen, bem mais que o mestre da antiguidade.

A associação, entretanto, é surpreendente — o que têm em comum o analista e o mestre hegeliano? — a menos que se esqueça justamente aquilo que Lacan lembra em outra passagem, sobre a formação dos analistas. “O analista não se forma no não-saber, forma acabada da paixão da ignorância, sem um ou vários mestres”⁸⁴. O analista é um mestre, pois ele ensina⁸⁵. O estilo do analista é um estilo

80. *Escritos*, p. 314.

81. *Escritos*, p. 313.

82. É a fórmula do impossível do discurso psicanalítico: impossível que o saber comande a verdade. Disjunção entre S1 (o recalcado) e S2 (o que o sujeito enuncia).

83. *Escritos*, p. 412.

84. *Escritos*, p. 359.

85. Continua sendo um mestre se não ensina? Vamos reler a abertura do *Seminário I* (1953-1954), Seuil, à luz desta questão: “O mestre interrompe o silêncio por alguma coisa, um sarcasmo, um ponta-pé. É assim que um mestre budista procede, ~~na~~ busca do sentido, segundo a técnica zen. São os próprios alunos que devem procurar a resposta às suas questões. O mestre não ensina ex cathedra uma ciência pronta, ele traz a resposta quando os alunos estão no ponto de encontrá-la. Este ensino é um repúdio de todo o sistema”. (p. 7).

formador. O analista pode ser um mestre; mas que mestre pode se dizer analista? É notável que Lacan tenha precisado produzir este significante para fundar uma prática analítica. A instrumentalidade do desejo não vem substituir a do inconsciente? E o desejo, desesperado, de ter alunos não é antinômico ao de analisar?

O mestre pontua. A escansão da sessão, de fato sua suspensão, é uma *pontuação de seu progresso*. A *pontuação* é o conceito de ação analítica. Pontuação num texto associativo potencialmente sem fim e que fixa seu sentido, que o determina mesmo: só ela elimina uma forma de ambigüidade que não pode continuar. Pois o paciente nela encontraria refúgio e todos as escapatórias diante da verdade. Enfim, ela torna o texto simplesmente *legível* e lhe retira o caráter oculto, obscuro, falsamente mágico e sagrado. Ela é a luz da razão analítica⁸⁶.

Entretanto, não é assim tão simples. A língua comporta uma diversidade de pontuação que permite o jogo em numerosos registros: como especificar a pontuação? Com freqüência é o caso de sublinhar um significante, de fazê-lo ouvir e ressaltar. Ademais, a referência ao valor nulo — se assim se pode dizer — do trabalho do obsessivo não evoca uma pontuação mas uma suspensão cujo dizer seria: isto não vale nada. Enfim, por que não se poderia dizer tudo isso? Sobretudo se a pontuação deve ser modulada. Por que o ato tem que substituir a palavra? E, na uniformidade da suspensão das sessões curtas, não há um desabono da palavra e uma degradação do sentido da interpretação? Que esta prática tenha efeitos não prova mais nada, hoje: enquanto não se definir o trabalho do tratamento. Toda prática tem efeitos, por pouco que alguém se entregue a ela. E se o analisando subjetivamente se põe em posição de aluno ou de discípulo, há grande probabilidade que ele esteja disposto a se submeter a qualquer coisa, ou quase. A violência da suspensão alimentando seu próprio ódio deletério que, por

Como se vê, os argumentos contundentes evocados mais acima não estão ausentes. Isto provém do curto-circuito, do temperamento, da eterna juventude de Deus, ou da disciplina do significante, como se diz? Ao aluno cabe encontrar a resposta. Pode-se juntar à lista o inenarrável “bastão do diretor” que ensaiou sua aparição em dado momento. O essencial é que, no movimento do ensino de Lacan, análise e docência sejam tomadas num jogo dialético, permutação do discurso cuja verdade, um tanto objeto, um tanto mulher — gostaríamos de dizer —, regulamenta o jogo. Mas o analisando pode se tornar um aluno ou discípulo?

86. “É um fato que se constata muito bem na prática dos textos das escritas simbólicas, quer se trate da bíblia ou dos canônicos chineses; a ausência de pontuação é fonte de ambigüidade, a pontuação estabelecida fixa o sentido, sua alteração o renova ou o revoluciona, e, defeituosa, equivale a alterá-lo”. (*Escritos*, pp. 313-314).

sua vez, se nutre do fantasma de um senhor cuja violência tem lugar de onipotência.

A psicanálise se tornou uma ligação social que leva os analisandos a se submeterem ao que julgariam inaceitável sem o peso de um discurso. Ela gera seus próprios devotos. Ela tem sua parte de responsabilidade no desenvolvimento de terapias paralelas e corporais. Somente uma reflexão sobre as condições de seu rigor e o valor de suas orientações poderá evitar uma perda do sentido de sua própria prática e o perigo de seu encerramento num universo de mestres e discípulos.

Ao fazer o balanço destas razões, a que se somam motivos clínicos, orientações teóricas, caminhos de formação e atos de julgamento⁸⁷, não se pode fazer uma escolha isolada. Escolha de técnica, escolha de estilo, quanto ao problema da suspensão da sessão: *o desejo de suspender*. Desejo do analista⁸⁸ que tem seu efeito neste ato. Que se espera dele? Por vias diversas, um efeito de revelação. Satori que legitima a referência à técnica zen cuja paternidade Lacan reconhece: este procedimento “no limite converge para uma técnica designada por zen, e que se aplica como meio de revelação do sujeito na ascese tradicional de certas escolas do extremo oriente”⁸⁹.

Meio de revelação do sujeito a si mesmo e à verdade sobretudo. Nada de “científico” nisto, mas uma técnica que provoca uma iluminação na busca do caminho. Técnica que pode admitir a pancada, a injúria, o sarcasmo ou a resposta enigmática⁹⁰. Ela tem o efeito de desprender o discípulo de uma busca da verdade como coisa e de dialetizar a relação entre as palavras e as coisas. Em seu princípio, ela é simbolização, repousa sobre o assassinato da verdade como coisa, ou assassinato da coisa. Revela o sujeito na iluminação da negação fundamental do significante⁹¹.

87. “O pensamento moderno mostrou que todo julgamento é essencialmente um ato” (*Escritos*, p. 208).

88. Dimensão essencial, com a condição de que não se faça dela uma questão de imponência ou audácia.

89. *Escritos*, p. 315.

90. Assim: um monge pergunta à Yun-men: “O que é o Buda?” Men diz: “Petulante imundo.”

91. Remetemo-nos a um dos Koan zen mais célebres, comentado de formas diferentes segundo os mestres: Um monge pergunta a Tchao-Tcheou: “Qual é o sentido da chegada do primeiro Patriarca à China?” Tcheou diz: “O cipreste no jardim”. A resposta a uma pergunta sobre a essência da doutrina é que a resposta está em todo lugar. Como diz um dos comentários (o do mestre chinês Woumen): “Aos olhos do mestre zen não há nada que não seja zen; mesmo que procurasse alguma coisa que não o fosse, não poderia encontrar”. É por isso que Tcheou escolheu o cipreste no jardim como resposta zen. Todas as coisas percebidas com os olhos são

O OBJETIVO DO ESTILO: O SUJEITO

Ao considerar estas questões técnicas e a posição de Lacan, o objetivo aparece claramente. Praticamente a cada vez, em cada um dos exemplos, em todas as direções que cruzam este problema, sempre reaparece o sujeito. Seja o analisita, de subjetivado, robotizado, reduzido a um funcionário que afirma seu desejo contra sua ausência e neutralidade. Seja o analisando que é convidado, suscitado, provocado e empurrado a ser o sujeito de seu dizer, sujeito de sua palavra, sujeito de seu discurso. Não um sujeito esvanecente, mas que se ausenta, se anula, parte e é reconvocato, acordado e interpelado.

De fato, é uma constante da dificuldade da análise. Tão real que tem o dom de exasperar os analistas e quase com certeza levá-los à passagem ao ato. Freud escreveu isto com a maior honestidade. O que diz ele do Homem dos Lobos quando a análise patina? “O paciente permaneceu um longo tempo entricheirado sob uma atitude de não participação dócil. Ele escutava, compreendia e não permitia que nada o afetasse”⁹². Não se percebe uma certa irritação, uma impaciência mal contida e no limite do suportável por trás destas constatações clínicas? O paciente não quer participar e desde as primeiras melhoras: “Ele interrompeu imediatamente o trabalho para prevenir outras mudanças e se manter confortavelmente na situação produzida”⁹³.

Este conforto não é do agrado de Freud. ele quer levá-lo a uma existência autônoma que o paciente recusa, pelo menos agora, para fazer com que a análise ande. Esta luta termina numa prova de força. O analista coloca um ultimátum: o tratamento se concluirá em tal data. O que acontece? “Finalmente o paciente acreditou que eu falava a sério”, escreveu Freud. Zombava dele anteriormente? Em todo caso, o efeito de mudança sobre a análise é radical. Todo o material necessário ao levantamento das inibições e à análise dos sintomas aparece sem resistência. “O doente dava a impressão de uma lucidez que habitualmente só é acessível por hipnose”⁹⁴. O preço da análise é a reintrodução da hipnose:

o Despertar. Levanto o pé, ali está a areia do caminho. Cada um julgará o valor e a possibilidade de traduzir: *o significante está em todo lugar*. De fazer do significante um absoluto, da mesma forma que o caminho, o que fundamenta o efeito de uma sessão ultra-curta: não há caminho privilegiado de acesso ao inconsciente. O efeito está garantido: ao preço do absoluto do significante. E com a condição de que o mestre não pense ter encontrado o caminho: ele esporia o discípulo às desventuras de Tintin no *Lótus azul*.

92. Muriel Gardiner (textos reunidos e apresentados por): *O Homem dos Lobos por seus psicanalistas e por ele mesmo*, Gallimard, p. 175.

93. Id., *ibid.*, p. 175.

94. Id., *ibid.*, p. 176.

transferência psicótica não analisada!

Coincidentemente, mas de uma coincidência esclarecedora: ela ilumina um ponto pivô da análise. As mesmas observações vêm sob a pena de Freud em outro caso célebre: o da jovem homossexual⁹⁵. Vencidas as preliminares, a análise se bloqueia. Freud o nota, com uma precisão e um humor evidente onde transparece uma não menos evidente exasperação. Ele não aguenta mais. “A análise se desenvolveu sem o menor indício de resistência, por assim dizer: a analisada era muito cooperativa do ponto de vista intelectual, mas sem se afastar de sua tranquilidade de espírito. Um dia em que eu lhe explicava um ponto de teoria particularmente importante e que a tocava de perto, ela me replicou em tom inimitável: ‘ah! que interessante’ — como uma dama mundana que passeia num museu e que, com seu binóculo, considera objetos que lhe são perfeitamente indiferentes”⁹⁶.

Visivelmente Freud não está muito satisfeito por ser tomado por peça de museu. Ele está perfeitamente consciente de que, aparentemente, ela não o leva muito a sério. A indiferença não lhe agrada. Ele quer uma transferência, mas não qualquer uma! E novamente a hipnose vem dar a razão, inversa desta vez, da dificuldade. “Sua análise dava um pouco a impressão de um tratamento hipnótico, onde a resistência se dobra do mesmo modo até uma fronteira indeterminada, para além da qual ela se revela invencível”⁹⁷. E quem afirmará que a análise às vezes não é um combate? Feita a constatação, ele não aguenta mais. Passa ao ato e a encaminha a uma médica. As mulheres que se entendam!

Quem não vê que a cada vez Freud tropeça na presença do sujeito, em seu dizer e sua implicação profunda na análise? A não participação no trabalho⁹⁸ do tratamento leva a procurar o sujeito em outro lugar: onde está ele? Ausente da resistência, do conforto do sintoma, do ódio do pai e amor pela dama, em suma, ele não está lá. A hipnose ressurge, um setor do paciente cede, se entrega, mas outro, o que Freud julgava essencial para recusar a violência da hipnose e escolher a análise, não está mais lá. A escolha de análise é o apoiar-se na resistência, e não

95. Freud, “Psicogênese de um caso de homossexualidade feminina”, in *Névrose, Psychose et Perversion*, P.U.F.

96. Id., *ibid.*, p. 262.

97. Id., *ibid.*, p. 262.

98. O trabalho do analista é uma questão essencial. Ele é dialético, o que não significa nem um idílio de intercâmbios de inconscientes, nem uma guerra. Não podemos imaginá-lo sem incluir a dimensão persecutória de um analista que compreende tudo e coloniza o analisando com suas projeções interpretativas. Ele inclui necessariamente a dimensão subjetiva do malentendido.

sua recusa. Estas situações recriam para Freud uma espécie de cena primitiva da invenção da psicanálise. Cena original: deve-se escolher o saber sob hipnose ou o sujeito, ao preço de não saber tudo?

Em todo caso, Freud não exita, age. Os analistas conhecem situações semelhantes de impasse que exigem escolha e invenção. Uma escolha onde, sem dúvida, nem tudo pode ser salvo, e a análise tem que ser reinventada. Neste caso o agir analítico e a suspensão da sessão podem ter um outro alcance⁹⁹: criar um novo espaço possível e, como no efeito zen, ressuscitar o sujeito; onde está ele neste impasse? Tanto mais quanto sem dúvida não consegue se safar sozinho, encerrado como está na repetição de um impasse — talvez lógico — do qual o analista deve se desprender só, e sair através de um dizer. Mas que o ato não crie ilusão. Os exemplos de Freud não são gestos, nem golpes. São escolhas, que ele fez questão de testemunhar, de forma que podemos falar delas graças a ele. Não são marcadas por palavras e interpretações. A passagem ao ato que se pode e se deve julgar, com a modéstia que se impõe, é um ensino. Pode esclarecer outras passagens ao ato mais evidentes, ou menos visíveis porque perpetuadas. Ela só se define por referência a um quadro de trabalho que, como sabemos, era imutável.

A pontuação da sessão fixa o sentido do dizer. A suspensão — repetição ou marca de pontuação — faz emergir o sujeito. Técnica zen ou passagem ao ato, seu objetivo é claro: *apreender o sujeito*. Está sob o domínio da tentativa¹⁰⁰ de agarrar, e não de objetivar, o sujeito do inconsciente. O inconsciente emerge numa brecha, produz-se nas situações de dificuldade, de desfalecimento e de perturbação. Ele não é dado.

Aparece como um dizer que tenta se realizar. A exploração freudiana do inconsciente se apresenta como uma descoberta. Descoberta do inconsciente que inova, se diz apesar da censura e “*pensa*” onde isso não deveria pensar¹⁰¹. Manifesta-se na surpresa: o sujeito, ultrapassado, percebe que sabe mais e menos do que pensava. Mas a abertura do inconsciente se acompanha de seu fechamento. O que se fez acessível e se fez desejar, se esquivava, impossível de alcançar.

99. É essencial considerar que a análise pode desembocar em impasses que prendem o analista. É necessário que o imutável da técnica não deixe o analista sem saída. Isso esclarece um aspecto do abandono da neutralidade, sem tentar legitimá-lo, o que não é o caso. Com a condição, é claro, que a excessão não se torne a regra.

100. Mas quantas vezes isto pode se repetir no curso de uma análise? Aí está o problema.

101. Toda a *Psicopatologia da Vida Cotidiana* é testemunha.

A interpretação deve se igualar a esta escansão, esta pulsação diz Lacan. Freud critica o contratempo de uma interpretação que, mesmo e sobretudo quando verdadeira, pode desembocar no efeito inverso do esperado se é feita no momento errado¹⁰². De acordo com o inconsciente, e talvez por amor ao inconsciente, isso só pode gerar a procura do bom momento, procura de felicidade, busca de um ponto mítico de encontro onde enfim se alcança o que por natureza se esquia: “Permitindo-me uma metáfora, Eurídice duas vezes perdida, tal é a imagem mais sensível que podemos dar no mito do que seja a relação de Orfeu analista ao inconsciente”¹⁰³.

O momento da suspensão pode ser o da apreensão, e do assinalamento, do sujeito na afirmação de sua emergência como sujeito, dividido, de um inconsciente, perdido, cujo resto só o objeto pode simbolizar. O analista empreende então a busca do inalcançável. A psicanálise que se reclama ao estilo de Lacan está animada do amor pelo que jamais se repete duas vezes. Amor pelo instante, amor da eterna juventude do presente do dizer. Afirmação do “cipreste no pátio”, verdade próxima, apreensível, ao alcance da mão, da vista. Mas já era muito tarde. O cipreste não é imagem, não é mais que a lembrança do que ainda não era. Amor pelo gesto e pelo ato que, mais do que sublinhar o dizer, marca-o com esplendor fugaz mas durável, que ilumina aquela vez, aquele momento, com um clarão único¹⁰⁴.

Assim, esta apreensão do instante pode inaugurar, num tempo paradoxal, um a posteriori que só existe por esta afirmação prévia. Deste ponto de vista, ao qual voltaremos, há uma estética da interpretação, que, do chiste ao riso, do enigma ao gesto, envolve para Lacan o trágico e o destino, o porvir e o passado com a felicidade presente de um clarão malicioso¹⁰⁵.

Esta apreensão do sujeito do inconsciente, encontro impossível, que só o riso, talvez partilhado, pode selar no instante de sua aparição,

102. Ao intervir “muito cedo” o analista *se desacreditaria ao desacreditar a psicanálise. Além do que, quer se tenha ou não adivinhado certo — diria mesmo que no caso de interpretações exatas — ele provocaria a mais viva resistência*, Freud, *A técnica psicanalítica*, P.U.F., p. 100.

103. Lacan, *Séminaire XI*, p. 27.

104. *O amor*, lembrou Lacan, citando Paul Eluard, *é um sexo sorridente sob o sol*.

105. Mais que no personagem de Lacan, que aqui me parece fora de propósito, esses clarões, que pouco diferem do riso dos mestres zen, fazem pensar numa posição subjetiva de uma outra ordem. É evidente que isso não é mais que um dos aspectos de um estilo que só existe pela sua diversidade e perde toda a vida ao se ver caricaturado em uma de suas facetas.

tem uma face mais negra. Se o humor é a polidez do desespero, pode ser que esse riso ressoe apenas no vazio da impotência. O cômico é desesperado, seu companheiro tanto é o cinismo do mestre como a fraternidade da amizade.

A INTERPRETAÇÃO, ALÉM DA SIGNIFICAÇÃO

A relação do sujeito com o significante é uma relação de submissão. A análise deve conduzir a ela? É uma das vias da análise lacaniana. No entanto, é preciso saber tomá-la. As indicações de Lacan, como quase sempre acontece, são muito claras. Quando, no Seminário XI, ele retoma a célebre análise de Serge Leclaire que no *sonho do unicórnio*¹⁰⁶ se choca com uma seqüência significativa irredutível: Poordjeli se faz a mesma pergunta que todos: é o fim do fim, o término da análise? Ele define as ligações entre sentido e não sentido na análise. “A interpretação é uma significação (...) ela tem o efeito de fazer surgir um significante irredutível”¹⁰⁷. Mas ela não é uma coisa qualquer e, inversamente, não é qualquer coisa que é uma interpretação. Tampouco é um sem sentido, puro chiste¹⁰⁸; o sem sentido surge dela, é seu efeito, e de uma maneira bem singular.

“A interpretação não é aberta a todos os sentidos. Ela não é qualquer uma, de jeito nenhum”. A polissemia do significante não implica na polissemia da interpretação. “Ela é uma interpretação significativa e que não se deve perder”. Dimensão essencial do tempo. “Isso não impede que, para o advento do sujeito, o essencial não seja esta significação. O essencial é que, para além da significação, ele veja a qual significante-sem-sentido, irredutível, traumático, ele está submetido como sujeito”¹⁰⁹.

106. Serge Leclaire, *Psychanalyser*, Seuil, 1968, p. 119.

107. Lacan, *Séminaire XI*, p. 226.

108. Às vezes surpreende notar que os analistas esquecem de suas infâncias a ponto de não ver o ódio e a destruição que todo jogo de palavras sobre o significante potencialmente contém. Com frequência é esta a razão do conjunto de zombarias que transforma o nome próprio em um ou vários nomes comuns, isolados, para grande sofrimento de uma criança, que vê nisso seu próprio assassinato. O uso contínuo do jogo de palavras no tratamento, pelo analista, põe em jogo o mesmo ódio ao dizer do analisando que o das crianças que zombam de uma outra. Tanto mais quanto este ódio sempre produz seu efeito: o riso. O analista pode encontrar em seu riso uma cumplicidade e se regozijar do efeito de sua descoberta. Ele não vê que não deixa ao paciente outra possibilidade que o riso a compartilhar; sem o que, estaria face a face com um ódio insuportável. Sobre o riso e a piada os analistas poderiam ler o *Homem que Ri*. Encontrariam um Hugo surrealista que poderia mostrar-lhes o que o riso pode mascarar.

109. Lacan, *Séminaire XI*, p. 226.

Este texto liga o efeito da interpretação ao *advento do sujeito*. Com certeza Freud não usaria uma expressão como esta. Ela mostra bem uma finalidade da análise, explícita neste caso. Mas o sujeito só advém pela visão de seu submetimento a um significante. Não ao real, mas a um significante. A irredutibilidade deste significante, “sem sentido”, só se entrega porque a interpretação tem um sentido: é significativa. Mas o efeito de submissão do sujeito é a perda do sujeito. Ele só existe em seu dizer, no ato, talvez de dizer, mas como sujeito: ele está perdido. Lacan interpreta assim o sonho do Homem dos Lobos. Seu ponto traumático, seu umbigo, é o olhar dos lobos sobre a árvore. Este olhar é representante da perda do sujeito. “O olhar fascinado deles é o próprio sujeito”¹¹⁰.

Como uma análise pode conduzir o advento do sujeito a uma visão de sua submissão e do representante de sua perda? Como pode ligar, sem dependência, a afirmação do sujeito do inconsciente e seu efeito liberador, liberação do desejo, e, ao mesmo tempo, a revelação da submissão não à significação, mas ao sem sentido significante e ao objeto (aqui o olhar) que o simboliza? É concebível que o caminho seja estreito; uma frágil e delgada trilha entre os dois abismos da submissão sem liberdade e da perda sem desejo.

É preciso, além disto, que o analista não se tome pelo real e não se identifique ao sem sentido significante, quer dizer, que ele não tenha esvaziado sua função de toda significação e de todo desejo, a ponto de oferecer ao analisando apenas o nada de seu cinismo e o significante de sua certeza sobre o sem sentido. Seria preciso também que o analista não identificasse seus analisandos a devotos cuja credulidade devesse ser explorada ao invés de analisada, certo como está de não ter mais crença. E ainda seria necessário, enfim, que o advento do sujeito não se identificasse com a entrada num mundo de mestrezinhos e de astutos, onde o livre pensar faça as vezes de inteligência e o ateísmo, tão comum num alto clero, como Lacan gostava de apontar, seja uma espécie de passaporte para o clero analítico. Sobre isso Lacan se pronuncia sem ambigüidades: “O psicanalista não quer crer no inconsciente para recrutar adeptos. Onde iria parar ao perceber que os adeptos que acredita recrutar só fingem sua crença?”¹¹¹

Senão, a submissão deixa de ter qualquer dimensão subjetiva. É pura submissão ao significante mestre. O analista passa a ser um mestre e a servidão se torna o prelúdio do mestrado. A perda do sujeito

110. Lacan, *Livro XI*, Seuil, p. 227

111. Lacan, *Scilicet* 2/3, p.29. Isso dá uma outra dimensão a questão do passe.

já não é revelação da origem do desejo, de sua causa perdida, mas o prelúdio, numa transferência sem fim, do sacrifício de seu desejo.

Lacan, como vemos, recusa a confusão entre este último ponto que o sem-sentido significativo designa e a interpretação, que deve ser orientada e significativa. O analista fala e interpreta. É daí que pode surgir a questão do sem-sentido. Se não o faz, se permanece silencioso ou se se identifica ao sem-sentido, se a interpretação significativa toma o lugar do significativo, é ela que se torna sem-sentido e o significativo fica sendo o sentido absoluto. O mestre não tem mais a fazer do que ocupar o lugar.

Que me permitam uma observação sobre isto, cuja importância me parece perdoar a excessiva atualidade. Mas a questão é muito grave. A carta em que Lacan anunciou a dissolução da Escola Freudiana¹¹² tinha, entre outras, a seguinte frase: “o sentido sempre é religioso”.

Tal como está, esta frase é absurda. A menos que nos fechemos numa escolástica analítica, da qual Lacan tentou distanciar a psicanálise. Não é difícil encontrar justificações possíveis, que existem aliás. Não faço nenhuma objeção a que lhe encontrem um sentido, pois este é o primeiro sinal de seu absurdo: ela obriga o leitor a se submeter... sem lhe oferecer outro sentido além da submissão, e a se entregar ao fantástico trabalho do significativo¹¹³. Se ele encontra um sentido, o que é o meu caso, sentido que qualifico de absurdo, ele deve assumir o religioso. Caso contrário, é com prazer que assumo a crença no inconsciente¹¹⁴.

O único sentido da frase é político, significa: façam o que mando. Tipicamente, ela erige quem a profere em significante-mestre, o próprio sem sentido, mestre das significações, quando não da verdade. Sob o prisma da prática da análise e da questão que ora debatemos, é um escândalo. O religioso, o texto sagrado, é aquele que não tem nenhuma pontuação: aberto a todos os sentidos e preservando sua ambigüidade. O analista pontua, dá e constitui sentido, sem fazer disto

112. Dissolução necessária, como a seqüência dos acontecimentos mostrou amplamente.

113. Seria bom que os analistas, e eu entre eles, fossem mais exigentes no uso dos termos que empregam. Como a fórmula “trabalho do significativo”.

114. Esta frase é do tipo dos paradoxos lógicos que pressupõem uma resposta, se o interlocutor responde por *sim* ou *não*, como é levado a fazer. Assim, é impossível responder à pergunta: *você deixou de bater em sua esposa?* por um *sim* ou por um *não*, sem admitir que já lhe bateu. O Koan zen oferece uma solução mais eficaz e elegante a este tipo de pergunta, como demonstra o “petulante imundo” a pouco mencionado.

um absoluto, mas fazendo de sua interpretação a condição da produção do sem-sentido significativa. Na verdade, como muitos enunciados e de acordo com o que Freud tão bem mostrou na *Interpretação dos Sonhos*, esta frase é um voto. Ela não afirma, e sim prescreve, diz ao leitor: não interpretem, não procurem compreender. Em suma, não sejam analistas. Calem-se e usem suas orelhas para não entender. Cada um julgará se este voto foi ouvido.

O ATO E A PALAVRA

Para concluir, penso ter mostrado como o estilo de Lacan, o estilo de sua prática, implica numa questão que é mais ética que técnica. O estilo se liga ao inconsciente e de fato constitui sua afirmação numa prática. Daí a variação da duração da sessão e o valor de sua suspensão. Na sua verdade e nos seus excessos.

É mérito de Lacan, mais do que de Freud, ter destacado o impossível da análise, às vezes até ao excesso. Suas formulações, assumidas como sua prática, não permitem orientação a não ser dentro de um trabalho analítico. É necessário voltar a ele e interpretá-lo, como ele mesmo fez com Freud. Se ele afirmava sua obra como rebelde à tese e à Universidade é porque sabia que seus ditos e escritos eram inseparáveis da análise, da sua em primeiro lugar, onde encontravam a necessidade de sua produção. Sem ela, o “mestre da verdade” não é mais um analista, mas um mestre que erige seu desejo em absoluto e faz desejar — gozo do escravo — sem análise.

Esta prática não tem que ser imitada. Tem que ser retomada. Cada analista se preocupando mais em constituir seu estilo do que em alimentar sua maestria com o de um outro. Não há herança nesse domínio, como em outros tampouco. Em arte ou em ciência, as filiações sempre são objetadas, e só um escritor ou um sábio pode se dizer filho de um outro.

É claro, entretanto, que uma das dominantes do caminho lacaniano é o pensamento do ato. O analista não age, mas a análise é margeada pelo ato; nem a palavra, nem o julgamento se excluem do ato. A própria forclusão é efeito de um ato. Pergunta: ato de quem? A neutralidade também é um ato e o não-agir pode ser a resposta de Pilatos. À verdade que fala, ele responde: o que é a verdade? e lava as mãos.

Esta ablução não convém aos analistas. Não causa espanto que a contribuição de Lacan para o renascimento da análise na França o tenha levado a fazer de seu ensino um ato.

Mas, entre o mestre e o analista, cabe perguntar quem age. Dizer que é o inconsciente não basta. Pois os analistas têm menos desculpas que outros “nesse campo”, dizia Lacan, “o erro de boa fé é o menos desculpável de todos”. Haveria erro também ao esquecer a lição de Freud.

Os guerreiros japoneses pensavam que os atos são mais verdadeiros que as palavras. Uma palavra pode mentir, ser falsa ou incompleta, e não poderia ter em si mesma seu próprio fim. Já o ato não mente, ele possui e mostra uma verdade que não pertence à palavra. Só o ato é verdadeiro e pode dizer o que a palavra é impotente para dar a entender¹¹⁵. Eis a origem de diferentes formas de morte voluntária: suicídio de admoestração na morte do guerreiro que só assim pode salvar sua identidade. Ser entendido e ser acreditado. A fidelidade se torna um valor maior que a verdade, já que não há jogo nem espaço dialético de negação desta ética: a paixão da vitória, uma lógica da afirmação e uma interpretação da linguagem fazem do ato seu próprio fim.

Se o ato é mais verdadeiro que a palavra, isto significa que se negligencia a intenção em proveito do ato. Este é cortado de sua origem. É a negação do inconsciente, se o ato fala por si. Ele recobre o desespero diante da palavra. A palavra pode mentir, mas o ato é verdadeiro. É uma lógica da fidelidade cujo preço é o inconsciente.

Não há certeza de que Lacan tenha escapado. Em alguns momentos, seu desejo de fidelidade era maior que seu amor pela verdade. Então, como não pode deixar de acontecer se o analista se toma de fascinação pelo ato e pelo corte, o ato se torna o esplendor do verdadeiro. Ele é o que torna verdadeira uma palavra da qual não se espera mais nada. Com seu clarão repetitivo, ele ilumina o presente sem esta outra temporalidade: a história. O ato se torna um fim em si.

Quando o ideal analítico do dizer bem se acompanha de uma fascinação pelo agir bem e de um narcisismo pelo ato, a análise bascula para uma estética branca e gelada de morte. O belo reencontra sua função enganadora. Ao procurar a verdade do ato e sua vitória, nada mais conserva esta outra verdade que Lacan notava desde 1953: “o único ato bem sucedido é o suicídio”. Quando se quer demais o sucesso do ato, quando não se quer fracassar, desencadeia-se a destruição.

115. Referência excelente é o livro de M. Pinguet, *La mort volontaire au Japon*, Gallimard, 1985.

Lacan soube temperar seu próprio sucesso. Não teve medo de dizer seu fracasso. Resta que, por querer dar ao analista uma dimensão fora do comum, ele a impôs também à sua prática. Felizmente ele só pretendeu engajar nela seu desejo. O que é uma outra maneira de ser responsável. Cada analista que se empenhe em consegui-la. O que demanda tato. E pelo menos uma idéia do que é a psicanálise.

Outros Títulos da Papirus:

Autismo Infantil

Marion Leboyer

**Corpo e Terapêutica - Uma
Psicopatologia do Corpo**

Paul Sivadon e A. Fernandez-Zolla

**Desenvolvimento em
Psicopatologia Psicanalítica**

Jorge A. Kury e Carlos D. Perez

**Dialogando sobre Crianças e
Adolescentes**

Françoise Dolto

Fracasso do Princípio do Prazer (O)

Moustapha Safouan

Inconsciente Maquínico (O)

Félix Guattari

Introdução à Leitura de Lacan

Oscar Masotta

Objeto em Psicanálise (O)

M. Augé, M. David-Ménard,
W. Granoff, J.-L. Lang, O. Mannoni

**Placebo Terapia - A fé no
processo de cura**

Jefferson Fish

Psicodrama Psicanalítico

E. Kestenberg e P. Jeammet

**Psicologia da Aprendizagem
Centrada no Estudante**

Sulami Pereira Britto - 3ª Ed.

**Teatro da Anarquia - Um
Resgate do Psicodrama**

Moysés Aguiar

Solicite Catálogo

Caixa Postal 736

13010 - Campinas - SP

UM SABER QUE NÃO SE SABE

A EXPERIÊNCIA ANALÍTICA

"Lacan, mais que Freud, colocou em relevo o impossível da análise, por vezes até de maneira exagerada. Suas formulações, assumidas como sua prática, permitem orientar-se somente a partir de um trabalho analítico. Com efeito, é necessário retornar a seu trabalho e interpretá-lo, como ele mesmo fez com Freud". (Patrick Guyomard — Posfácio).

É assim que, retomando alguns textos psiquiátricos e psicanalíticos, Maud Mannoni propõe uma "redescoberta" que ela veicula nesta importante obra, através de relatos de alguns pacientes.

Discutindo questões variadas, a autora faz uma análise das diferentes técnicas utilizadas por Françoise Dolto e Serge Lebovici no trabalho realizado com crianças, e revela que o inconsciente é um saber que não se sabe e que somente o discurso analítico pode — segundo Lacan — determinar o saber que possuímos.